

ERIBERTO NASCENTE SILVEIRA

IDEOLOGIA DE MERCADO NA EDUCAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2006

IDEOLOGIA DE MERCADO NA EDUCAÇÃO

ERIBERTO NASCENTE SILVEIRA

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do prof. Dr. Paulo Meksenas e com Banca Examinadora formada pelos profs. Dr. Alexandre Vaz e Dr. Adriano Luiz Duarte.

FLORIANÓPOLIS

2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

“Ideologia de Mercado na Educação”

**Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial a obtenção do título de Mestre em
Educação**

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 17/04/2006

Dr. Paulo Meksenas (CED/UFSC-Orientador)

Dr. Adriano Luiz Duarte (CFH/UFSC-Examinador)

Dr. Alexandre Vaz(CED/UFSC- Examinador)

Dra. Eneida Otto Shiroma (CED/UFSC-Suplente)

**Profa. Diana Carvalho de Carvalho
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação**

Eriberto Nascente Silveira

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/ABRIL/2006

À Adriana,

Roger e Maic.

AGRADECIMENTOS

Especialmente ao Prof. Dr. Paulo Meksenas — Orientador

Aos professores e colegas do curso de mestrado

À Banca Examinadora

Aos amigos, Marcial e Alfredo.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo os meios, as práticas, os sujeitos-atores e os projetos pelos quais a ideologia de mercado se faz presente na educação escolar pública. Primeiramente, será apresentada a categoria Mercado na forma como ela é concebida pelo liberalismo e como ela é pensada pelo filósofo, filiado ao Neoliberalismo, Robert Nozick, de forma a absolutizar a esfera privada em relação à esfera pública. A discussão se desenvolve a partir da crítica feita por Karl Marx à concepção de Sociedade civil de G.W. F. Hegel, sendo que, para este, há uma intersecção entre o público e o privado representado respectivamente pelo Estado e a Sociedade civil. Num segundo momento as discussões partem para o campo da educação escolar. São mostradas as análises e as críticas feitas por alguns estudiosos do contexto europeu, à privatização e a mercantilização, que na verdade são promovidas pelo próprio mantenedor desse setor — o Estado. Em seguida a análise recai nas relações de mercado no Brasil. Aqui, a idéia de mercado é compartilhada com o clientelismo, tutela e troca de favores. Daí a pergunta: quais os efeitos do mercado — na forma como está constituído no Brasil — na educação escolar? As respostas para esta e outras perguntas surgidas durante a investigação tornaram-se possíveis com a análise de um fato evidenciado no ano de 2001: a doação de uma parte do terreno de uma escola da rede pública do Estado de Santa Catarina para a realização de um projeto proveniente da parceria público-privada.

Palavras-Chave: Educação escolar; Mercado; Estado; esfera pública; esfera privada.

ABSTRACT

The present study has as its object the means, the practices, the actors-subject and the projects through which the ideology of market is present in public school education. At first, the category Market is presented in the form it is conceived by the liberalism and the way it is thought by the neo-liberalist philosopher Robert Nozick, where the private sphere is absolute when compared to the public sphere. The discussion is developed using the analysis of Karl Marx on the concept of civil Society conceived by G. W. F. Hegel, where there is an intersection between the public and the private sectors represented respectively by the State and the civil Society. In a second moment, the discussions are directed to school education. The analysis and reviews written by some authors of the European context about privatization and mercantilism of education are presented, showing that they are promoted by the maintainer of the sector — the State. The following step is to present the analysis of market relations in Brazil. Here the idea of market is mixed with ideas such as favor exchanges and tutelage. Which are the effects of market — in the form it is constituted in Brazil — in school education? The answers to this and other questions that came up during the investigation were possible through the analysis of a fact occurred in 2001. The donation of a piece of land owned by a public school of the State of Santa Catarina to the realization of a project originated from a public/private partnership.

Key words: School education; Market; State; public sphere; private sphere.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 A EDUCAÇÃO NA TENSÃO MERCADO-ESTADO.....	11
1.1 Considerações a Respeito da Categoria Mercado.....	11
1.2 Educação e Mercado.....	32
2 RELAÇÃO MERCADO E ESTADO EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA	47
2.1 Brasil e o Perfil das Relações de Mercado.....	47
2.2 Mercado e Sociedade Civil.....	56
3 RELAÇÃO MERCADO E ESTADO EM CONTEXTO EMPÍRICO.....	72
3.1 A Escola entre o Público e o Privado.....	72
3.2 As Medidas Políticas de Privatização.....	86
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

A idéia da educação escolar como direito de todos está associada à idéia segundo a qual o Estado tem a obrigação de ser seu provedor. Essa prerrogativa tem um destaque cada vez maior, hoje, nas discussões sobre a educação, quem sabe, devido aos ataques ao Estado, originados pela precariedade e pelo sucateamento das instituições públicas, dentre estas, a escola pública. Em vista disso, como podemos pensar o papel do Estado hoje em relação à educação? A abertura da escola pública por parte do Estado, deixando-a à mercê da sociedade civil, significa deixá-la à mercê do mercado? Como podemos pensar a relação sociedade civil e mercado no Brasil no contexto da educação? Estas questões deixam transparecer a complexidade que surge quando se procura compreender o contexto da educação escolar brasileira. Basicamente, como podemos observar nas questões acima, os aspectos principais da análise referem-se à ideologia de mercado e, conseqüentemente, ao Estado. Nesta pesquisa, ideologia de mercado traduz, de uma forma ampla, projetos políticos com orientações voltadas à reconfiguração paulatina de setores públicos que prestam serviços¹.

A implicação das categorias Mercado e Estado na educação brasileira se faz notar objetivamente pelos resultados de pesquisas que têm demonstrado, entre outros, uma paulatina interferência de órgãos econômicos estratégicos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — e o Banco Mundial nas políticas de Estado voltadas para o ensino².

¹ Nestas condições, ideologia de mercado passa tanto por projetos de mudança curricular, quanto por projetos políticos com propósitos mais amplos, que não deixam de interferir na Educação Pública Escolar. A análise de Gaudêncio Frigotto, Maria Civiatta e Marise Ramos sobre as políticas de educação profissional do Governo Lula expressa bem as possibilidades políticas de adequação e intervenção na Educação por meio de Decreto e desconsiderando medidas que envolvem outras instituições na discussão dos temas. Segundo os autores, “A manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, após a edição do novo decreto, dá continuidade à política curricular do governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais. Neste particular, reafirma-se um dos fetiches ou uma das vulgatas, insistentemente afirmada nos oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, de que no Brasil não havia falta de empregos, mas de ‘empregáveis’. O relator, de forma inteligente e competente, por conhecer bem o pensamento do governo passado e dos empresários, acomodou o Decreto n. 5.154/2004 aos interesses conservadores, anulando o potencial que está em sua origem. Sob as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes e um parecer que sedimenta a separação, as perspectivas de mudanças substanciais de ordem conceptual, ética, política e pedagógica, que poderiam ser impulsionadas pelo governo, ficam cada vez mais afastadas.” (FRIGOTTO, G.; CIVIATTA, M.; RAMOS, M., 2005, p.09).

² Pode-se citar a *Declaração Mundial de Educação para Todos*, aprovada na *Conferência de Educação para Todos*, realizada em Jomtien, em março de 1990 e da qual o Brasil foi um dos signatários. O Banco Mundial foi um dos organismos internacionais que convocaram a Conferência (MUNARIM, 2000).

A pesquisa sobre a presença de tais órgãos internacionais nos programas políticos destinados à educação é abundante, e os resultados que mostram um progressivo esvaziamento no interior das instituições de ensino por parte do poder público estatal, principalmente no que se refere ao escasso investimento em pessoal, são corriqueiros, muito embora as análises que conduziram a tais resultados não deixem de enriquecer e renovar a compreensão desses processos.

Diferentemente, nesta pesquisa, não se fará uma investigação direta sobre as causas e as conseqüências de políticas públicas e sociais que venham ou não a privilegiar o mercado na educação, nem se discutirá sobre a legitimidade do Estado neste âmbito. A isso, a pergunta que orienta a pesquisa está indiretamente relacionada, mas surge exatamente pautada pelo contexto brasileiro em que a idéia de mercado se desenvolveu. Desse modo, cabe indagar: **o estudo de experiências empíricas oferece elementos à compreensão histórica da tríade Mercado-Estado-Educação Pública?** Com esta preocupação, a presente dissertação estrutura-se por meio de três seções.

A primeira apresenta um estudo da categoria de mercado assente em aspectos teóricos e contidos em alguns dos trabalhos de John Locke, Robert Nozick, Georg W. F. Hegel e Karl Marx. Ainda, no segundo item dessa primeira seção, abre-se espaço para indicar algumas análises a respeito da ideologia de mercado na educação, com ênfase, sobretudo, nos trabalhos de Pablo Gentili, Roger Dale, Stephen J. Ball e Daniel Suárez. O objetivo é servir-se das duas ordens de análises como subsídio para a pesquisa empírica.

Veremos com o clássico do liberalismo, John Locke, que a idéia de mercado traz consigo a percepção das relações contratuais como algo submetido aos desígnios das relações de troca. Já, na visão de Hegel, o mercado, integrando o sistema de carências, está submetido à jurisdição e, portanto, deve ser regulado pelo Estado. Marx, criticando a ambos, concebe o mercado nem como autônomo e nem como fato determinado pelo Estado, mas como a forma aparente das relações sociais de produção, marcadas pela luta de classes.

O propósito da segunda seção é inquirir sobre a categoria Mercado no Brasil. Pela abordagem de autores nacionais e a partir de aspectos econômicos, sociais e culturais, a categoria em questão pressupõe as relações sociais de caráter patrimonial, inerente à cultura política implantada ainda no período colonial. Marilena Chauí (2000) demonstra como o poder da Coroa Portuguesa em terra tropical, fundamentado em concepção teológica, adquiriu legitimidade graças ao mecanismo da distribuição de favores. Tal poder acabou incorporado pelos *estamentos* — classes e grupos sociais que representam a sociedade civil da época — influenciando nos padrões de nossa organização social. Com José de Souza Martins (2004)

compreendemos como tal mecanismo se perpetua na política de Estado e que se faz presente nele através de acordos entre oligarquias e, contraditoriamente, com as frações de grupos mais progressistas da classe dominante.

As características do mercado em contexto brasileiro contemporâneo são melhor entendidas, por outro lado, quando destacamos os estudos de Maria Célia Paoli (2002), Paulo Sérgio Tumolo (2002) e Maria Lúcia Montes (1998), que destacam as investidas da sociedade civil representada pelo empresariado, pelo sindicato e pelas instituições religiosas na urgência de uma prática liberal nos diversos campos sociais. Evidencia-se aí o quanto a idéia de mercado está imbricada com outras relações sociais e o quanto a sua concretização como uma esfera auto-regulada e independente de outros processos sociais é difícil em contexto brasileiro.

Neste momento emerge a pergunta capital para esta pesquisa: quais os efeitos do mercado — na forma como está constituído no Brasil — na educação escolar? Outra questão essencial diz respeito ao processo de inserção do mercado na educação.

Algumas respostas começam a ser vislumbradas na terceira seção, onde está apresentado o fato que envolve a Escola Pública Governador Ivo Silveira, a Prefeitura Municipal de Palhoça e a Empresa de Transporte Coletivo JOTUR. Por meio da exposição e análise da investigação, e remetendo sempre às seções primeira e segunda, serão introduzidas algumas conclusões acerca do problema.

Desta forma, a presente investigação procura identificar e analisar os meios, as práticas, seus atores e os projetos pelos quais o mercado se faz presente no interior da escola pública, tomando como exemplo uma experiência empírica e localizada.

Quanto aos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desta pesquisa, deu-se prioridade à coleta de depoimentos de sujeitos-chaves no caso em questão. Além disso, realizou-se uma análise dos vários documentos elaborados na época: o projeto do terminal integrado elaborado pela Prefeitura Municipal de Palhoça e a empresa de transporte coletivo JOTUR, a avaliação da Secretaria de Urbanismo de Palhoça, o projeto do Ginásio elaborado pela Escola Governador Ivo Silveira, documentos expedidos formalmente junto com abaixo-assinado de professores, bem como jornais, atas de reuniões e ações judiciais e, por fim, estudo das contribuições dos autores citados anteriormente e interface com suas teorias.

1 A EDUCAÇÃO NA TENSÃO MERCADO-ESTADO

Nesta seção apresentamos algumas das idéias principais que estarão presentes no decorrer deste trabalho. Pensar o mercado como uma categoria de pesquisa científica suscita a necessidade de se pensar a sua origem, as possibilidades de seu uso, bem como de seu significado no decorrer da história. Segue daí um estudo, mesmo que breve, de alguns clássicos do pensamento social.

Para dar início ao nosso intento, abordamos a propriedade nos termos de John Locke. Com este autor encontramos uma das teorias liberais em sua forma mais pura, pois que nascente. Como se verá, a propriedade, legitimada pelo trabalho, constitui o espaço de trocas de produtos a que chamamos de mercado.

Outro autor, Robert Nozick, pensador contemporâneo, nos apresenta uma teoria liberal mais radical, que conhecemos por neoliberalismo, mantendo as bases lockeanas. A condição lockeana de aquisição sem prejuízo à propriedade alheia é o fundamento da investida de Nozick contra a idéia de um Estado amplo.

Karl Marx é o contraponto na discussão que surge a respeito de uma absolutização da esfera do mercado em detrimento das demais. O espaço público, antes amalgamado com o privado, passa a constituir-se como um organismo impessoal e coercitivo na forma do Estado. Daí Marx ter criticado a sociedade civil, por ser o espaço legítimo das relações sociais de produção (mercado), e o Estado, por ser a forma política de manutenção de tal empresa. Hegel aparece como subsídio para a compreensão da crítica de Marx.

Por fim, algumas idéias sobre a educação num contexto da tensão Mercado-Estado aparecem no segundo item. Em Pablo Gentili (org.) encontramos os preceitos ideológicos formulados para a inserção paulatina da ideologia de mercado na educação escolar, desviando-a de sua moderna missão: a de assistir ao progresso a partir do direito à igualdade de oportunidades. É nesse sentido que abordamos o conteúdo que nos propomos pesquisar.

1.1 Considerações a Respeito da Categoria Mercado

O Mercado e o Estado emergem, neste trabalho, como as principais categorias que permitem a reflexão sobre questões pertinentes ao campo da educação. A escola pública, tradicionalmente definida como espaço determinado pelo Estado, no contexto da presente

pesquisa, passa a ser entendida também por meio de fatos relacionados ao mercado. Em outras palavras, busca-se demonstrar como a tensão Estado-Mercado configura contextos localizados e referentes a experiências presentes na escola pública.

Inicialmente, portanto, destaco o modo como dois autores clássicos — um do liberalismo e outro filiado ao neoliberalismo — definem a categoria “mercado” de modo a absolutizarem essa esfera como determinante da regulação da vida social. A seguir, abordo o conceito em questão na perspectiva crítico-histórica e, para tal, destaco outros dois autores: Hegel e Marx. Nesse segundo prisma é possível encontrar os elementos que não absolutizam o mercado frente a outras esferas da vida social. Ao contrário, é possível perceber como o mercado aparece imbricado na dinâmica do Estado.

Começemos, pois, com John Locke (1977). Este autor clássico do liberalismo se propõe a mostrar como os homens constituem propriedade. Para isso define a propriedade partindo da idéia de trabalho e, desta forma, a legitima como direito natural, concernente a todos os homens. Esse direito natural é revelado pela razão natural que, para Locke (1977, p.45), diz respeito ao “direito à própria preservação” do homem. Deste modo, Locke pôde determinar a propriedade regulada por leis naturais e não por leis positivas, ou seja, leis que nascem do consenso entre os homens. Essas leis positivas passaram a regular a propriedade “onde o aumento da população e da riqueza, com o uso do dinheiro, tornara rara a terra e de certo valor” (LOCKE, 1977, p.52), pois não bastava a propriedade ser estabelecida pelo trabalho e sua extensão delimitada pelo uso que o homem faz dela. Contudo, Locke mostra que, com a ampliação da circulação do que se convencionou como dinheiro, foi possível aos homens acumular mais propriedades sem necessariamente precisar de um pacto.

Observa-se que o objetivo de Locke era evidenciar, antes de tudo, a origem da propriedade na imposição da natureza sobre o homem que primeiramente se manifesta por meio da sua busca de provimentos, embora mais tarde surgisse a necessidade de um pacto entre os homens para o estabelecimento de leis.

[...] Os homens tornaram praticável semelhante partilha em desigualdade de posses particulares fora dos limites da sociedade e sem precisar de pacto, atribuindo valor ao ouro e à prata, e concordando tacitamente com respeito ao uso de dinheiro; porque, nos governos, as leis regulam o direito de propriedade e constituições positivas determinam a posse da terra (LOCKE, 1977, p.53).

Daí que a desigualdade de posses, segundo o ponto de vista de Locke (1977), tem sua raiz nas formas de utilização da propriedade. O dinheiro torna-se, assim, um meio para continuar a ampliá-la: “E como graus diferentes de indústria eram suscetíveis de dar aos homens posses em proporções diferentes, assim também essa invenção do dinheiro deu-lhes a oportunidade de continuar a ampliá-las” (LOCKE, 1977, p.53).

Por ora, a propriedade é definida como tudo aquilo que deixou de ser comum a todos por ser utilizado pelo homem por meio do trabalho e este, por sua vez, tornou-se propriedade do homem para efeito de seu sustento. No entanto, é necessário compreendermos como se desenrolam alguns elementos supracitados na teoria de Locke sobre a propriedade.

[...] A liberdade tem de ser livre de restrição e de violência de terceiros, o que não se pode dar se não há lei; mas a liberdade não é como nos dizem: licença para qualquer um fazer o que bem lhe apraz — porquanto, quem estaria livre, se o capricho de qualquer outra pessoa pudesse dominá-lo? — mas liberdade de dispor e ordenar, conforme lhe apraz a própria pessoa, as ações, as posses e toda a sua propriedade, dentro da sanção das leis sob as quais vive, sem ficar sujeito à vontade arbitrária de outrem, mas seguindo livremente a própria vontade (LOCKE, 1977, p.56).

Nesse contexto, a liberdade do homem é constituída pelo respeito à lei, seja civil ou natural. A lei é conhecida pela razão que, por sua vez, é adquirida durante a sujeição do indivíduo aos seus progenitores. Locke (1977) vai dizer que todos os homens inseridos em uma comunidade sabem quando o menor entra na idade da razão. Assim, aborda os limites do poder dos pais sobre os filhos. Determina a idade da razão também como a idade da aquisição de propriedades, assim, não cabendo aos pais intervir nos bens de seu filho (referindo-se ao pátrio poder). Este argumento foi utilizado como crítica àqueles que sustentavam a idéia de uma monarquia absoluta.

Sua crítica vai mais além, quando faz um paralelo entre o poder político do soberano e o poder que o pai tem sobre o filho. Este último tem seu efeito na “menoridade dos filhos, e em um grau somente adequado à disciplina e governo dessa idade” (LOCKE, 1977, p.62). Portanto, Locke observa que o poder do pai só tem continuidade na família sob o acordo tácito entre os filhos adultos e devido ao costume destes em obedecer-lhe (costume que se manteve mais por comodidade). Assim nasce o poder monárquico, posto que da mesma forma que arbitrava na família, passava a arbitrar sobre quem a ela ofendesse. Daí aparecem os “reinados hereditários ou eletivos sob várias constituições e maneira” (LOCKE, 1977, p.63).

Outros exemplos são propostos por Locke com o objetivo de reforçar a sua oposição ao absolutismo: “Dei assim vários exemplos tirados da história de homens livres e no estado de natureza que, tendo-se reunido, incorporaram e deram início a uma comunidade” (LOCKE, 1977, p.77).

Contudo, fica implícito o caráter principal pelo qual surgiu o poder do soberano — o acordo entre os homens. A lei da natureza determina que todo homem tem direito de preservar a propriedade, mas não atribui um poder especial a um só. Isso fica estabelecido pelos homens na sua comunidade.

Em suma, o governo nasce mediante o consentimento do povo, de um pacto que tem sua raiz no direito natural e não, simplesmente, de um direito paterno.

A partir dessas observações podemos pensar que a sociedade civil constitui-se quando o indivíduo abandona o seu direito natural de defender e preservar a sua propriedade, passando à comunidade o direito de exercer por ele tal defesa segundo as leis estabelecidas. Daí que o monarca, portanto, estaria em estado natural, como qualquer outro homem da comunidade em que vive, com pleno direito de zelar por suas posses, uma vez que seria o juiz de si próprio, pois as regras, as leis, são fixadas por ele, não havendo, assim, um juiz imparcial que, seguindo as leis estabelecidas pela sociedade (com base nas leis da natureza), arbitrasse a favor de qualquer um.

Sendo os homens, conforme acima dissemos, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela (LOCKE, 1977, p.71).

Com efeito, temos que a idéia de propriedade que vem a definir o espaço de onde provêm os produtos e as trocas resultantes que constituem o que chamaremos de mercado é, para Locke, inconcebível em relação a uma regulação arbitrária que se supõe legal.

Como podemos ver, as leis às quais os homens se submetem surgem de um pacto que tem como fundamento a necessidade de preservação da propriedade. O direito natural de

preservar a vida, para Locke, reside unicamente na propriedade. Segue que, a isso, todos têm direito e, à lei, é atribuído apenas o poder de regular as dissensões entre pares.

Portanto, seguindo algumas das idéias de Locke expostas resumidamente acima, podemos concluir que o mercado é um espaço regido por leis internas, tratadas como leis naturais, pois são estabelecidas e determinadas pela natureza separada do homem. O mercado é dotado de liberdade que só se restringe perante a lei que, por sua vez, tem como pressupostos únicos a sua defesa e a sua preservação. O indivíduo, neste espaço, age dotado de uma razão natural que se desenvolve no contato com outros, razão esta que, portanto, se reproduz e não é refletida.

Robert Nozick (In KRISCHKE, 1993), por sua vez, parte das concepções manifestas por Locke e as reorienta na perspectiva do neoliberalismo. Assim, este segundo autor toma o conceito de propriedade com o objetivo de estabelecer o que constitui a sua distribuição e como é possível que isto ocorra com justiça.

Nozick diz que, para que uma distribuição seja justa, deve estar apoiada nos princípios de justiça na aquisição e na transferência ou no de reparação de injustiça. É neste terceiro tópico que se levanta a questão sobre quem tem o direito de redistribuir algo que foi distribuído previamente e, ainda, segundo os dois primeiros princípios. Para o autor, o princípio de repartição corrente e relacionado à reparação da injustiça consiste em um princípio de resultado final, isto é, o que interessa é quem termina com o quê. É um princípio a-histórico, uma vez que entra em contraste com os princípios históricos de justiça que se voltam para circunstâncias e ações passadas por influenciar no processo de distribuição.

Outro ponto também sustentado por Nozick se refere à padronização das distribuições das mercadorias. Não existe um padrão porque há diversos modos de se adquirir bens por direitos conferidos, resultando no desequilíbrio da distribuição. Nas palavras do autor (1993, p.197), “[...] não há uma dimensão natural, uma soma ponderada ou combinação de pequeno número de dimensões naturais que produzam as distribuições geradas de acordo com o princípio de direito a alguma coisa”.

Ou seja, não há um padrão na origem das aquisições como não haverá numa distribuição corrente. Nozick chama a atenção para a “distribuição de acordo com os benefícios aos demais”, o que não constitui um padrão para a sociedade capitalista, embora seja um “grande elemento padronizado” (NOZICK, in KRISCHKE, 1993, p.198).

A liberdade, diz Nozick, é um problema à padronização da justiça distributiva, pois sempre atos voluntários de indivíduos subverterão certos padrões do sistema distributivo, uma

vez que não é possível a um sistema qualquer intervir em todas as ações isoladas dos indivíduos sobre todos os seus bens e recursos de utilização.

[...] Aqui desejo simplesmente observar que a propriedade privada, mesmo de meios de produção, ocorreria em uma sociedade socialista que não proibisse pessoas de usar, como desejassem, os recursos que lhes foram dados sob a distribuição socialista [...] A sociedade socialista teria que proibir atos capitalistas a adultos que gostariam de praticá-los (NOZICK, in KRISCHKE, 1993, p.201).

Além disso, a padronização da distribuição requer uma atividade redistributiva. A redistribuição ocorre porque, inicialmente, infere-se que os indivíduos irão gastar os recursos justamente distribuídos com eles mesmos (o que, para Nozick, não é verdade). Ao gastar com outros, aumentam a parcela de alguns, o que provoca uma nova distribuição, isto é, a distribuição da distribuição desses recursos que, sobreposta uma à outra, provoca um contexto de injustiça econômica. Diante disso, o autor argumenta:

[...] Manter um padrão distributivo é individualismo com violência! Os princípios distributivos padronizados não dão às pessoas o que lhes conferiram os princípios de direito a alguma coisa, apenas mais bem distribuídos, porque não concedem o direito de fazer o que se quer com aquilo que se tem (NOZICK, in KRISCHKE, 1993, p.202).

A redistribuição em questão sofre uma crítica severa quando se pergunta de que forma pode-se justificar uma expropriação dos bens de um homem que prefere trabalhar mais e, com isso, desfrutar menos do seu lazer, diferente da expropriação dos bens de um homem que gasta a maior parte do seu tempo em lazer, ou seja, menos dinheiro (sobre a tributação da renda). Aqui é colocado também em questão o trabalho que, desta forma, é visto como posse de terceiros. Portanto, deve-se considerar que, neste estágio de argumentação em que nos encontramos, segundo Nozick, toda justiça distributiva de propriedades baseada num sistema de redistribuição tem um caráter impositivo sobre o direito de propriedade alheia, o que vem a chocar-se com a idéia liberal clássica de direitos de propriedade. Isto é, a idéia de “propriedade de si mesmo”, por meio de seus atos e trabalho é trocada pela idéia de “direitos de propriedade (parciais) sobre outras pessoas” (NOZICK, in KRISCHKE, 1993, p.206).

Pra melhor fundamentar as suas críticas, Nozick trata da teoria de aquisição de Locke. A condição lockeana de apropriação impõe a idéia de uso sustentável dos produtos ou bens para que outros possam se servir futuramente — ou, como quer Nozick, não tenham sua situação piorada. Não é uma condição de resultado final, pois há, a priori, uma preocupação de como deve ser utilizada a propriedade. A distribuição não é afetada pela escassez ou pelo aumento dos recursos necessários para a sua manutenção. Para Nozick (1993, p.212) a condição lockeana "[...] se concentra em uma maneira particular em que as ações apropriativas afetam os demais, e não na estrutura da situação resultante". E mais, o autor acredita

[...] que a livre operação do sistema de mercado não se chocará realmente com a condição lockeana. [...] Se esta visão é correta, a condição não desempenhará um papel muito importante nas atividades das agências de proteção e não criará qualquer oportunidade significativa de futura ação do Estado (id., ibid.).

Baseada na condição lockeana, qualquer teoria do direito à propriedade não corre o risco de ser refutada uma vez que os princípios históricos de justiça na aquisição e transferência não se excluem nessa condição. Como os princípios de resultado final, na teoria do bem-estar social, acabam interferindo de alguma maneira nos atos de indivíduos no uso de suas propriedades, a condição lockeana de uso sustentável, como já foi dito, não se aplica a esta última teoria por se antecipar à apropriação dos resultados do uso da propriedade. Ou seja, se atentarmos à sua lógica, conforme exposta por Nozick, perceberemos que ela dá conta até mesmo de situações em que, por exemplo, todo o suprimento necessário à vida se torna propriedade de um único indivíduo.

Outra idéia sobre a justiça distributiva discutida por Nozick é colocada nos termos de uma crítica a John Rawls. Robert Nozick critica a idéia de cooperação social, proposta por John Rawls, uma vez que não comporta uma teoria de direito à propriedade baseada nos princípios de justiça na aquisição e justiça na transferência. Portanto, uma teoria de justiça distributiva só seria necessária nos casos de cooperação social, mas, levando-se em consideração que os produtos ou bens a serem distribuídos são aqueles produtos conjuntos, resultados e próprios de uma cooperação, resta a dúvida sobre como distribuí-los, pois se trata de “contribuições de diferentes indivíduos que cooperam: tudo é produto conjunto de todos” (NOZICK, in KRISHKE, 1993, p.214). A cooperação social proposta por Rawls estabelece

uma destituição da idéia de *dotações naturais* para que não existam diferenças na aquisição de propriedades, possibilitando, assim, uma distribuição mais justa. Isto é, para Rawls a desigualdade em posses se justifica pela desigualdade em dotes naturais ou talentos que determinam o que os indivíduos poderão ter, ou melhor, o quanto poderão adquirir. Portanto, deve-se considerar que esses talentos estão em benefício de todos, são “bens coletivos” (NOZICK, in KRISHKE, 1993, p.220) e que se deve tratar de outra maneira essa idéia de diferenças de dotes para se eliminar a idéia de diferenças nas aquisições. Nozick rebate essa conclusão de Rawls uma vez que se as pessoas não podem saber sobre sua posição inicial na aquisição de posses, isso também impediria que elas soubessem qualquer coisa a seu respeito. Também pergunta, ao se referir a “outra maneira de lidar com elas” — frase de Rawls sobre as distinções entre os dotes naturais — o que seria feito com eles — se deveriam ser eliminados ou proibidos de serem usados em benefício de si próprio. Vale notar que Rawls, em perspectiva liberal, parece tolerar e mesmo defender algumas posições do Estado de Bem-estar Social. Isso explica a crítica de Nozick endereçada a Rawls quando o primeiro, de modo sectário, apresenta-se como defensor do Estado Mínimo. Assim, a concepção de justiça distributiva apresentada com seus dois princípios — o de justiça na aquisição e de justiça na transferência — não serve, segundo Nozick, para legitimar um Estado amplo e que, por isso, seja mais justo e eficaz na distribuição de direitos a propriedades.

Os argumentos mais fortes para tal idéia que podemos de imediato citar são estes: há desigualdades na aquisição de propriedades porque há diferenças de dotes naturais; não havendo regras de controle sobre o uso que os indivíduos fazem de seus dotes naturais, fica difícil controlar o uso que os indivíduos fazem de seus bens; da mesma forma, não há como padronizar a distribuição de bens, pois há modos diferentes de os adquirir. É mais justo deixar ao mercado o poder (não reconhecido) de regular a distribuição de propriedades evitando, assim, qualquer tipo de arbitrariedade sobre todo e qualquer direito pessoal. Por estes argumentos, Nozick se faz o mais importante teórico do neoliberalismo na contemporaneidade. Por um lado, ao abordamos o conceito de mercado em proposições conservadoras como as presentes em Nozick e nos seus interlocutores diversos — Locke e Rawls —, é oportuno indicar que o conceito em questão é objeto da crítica filosófica, para além dos muros da economia burguesa. Nesta outra perspectiva, vale discutir algumas das proposições de Karl Marx a respeito da categoria de mercado. Por outro lado, com o objetivo de melhor entendermos como Marx pode contribuir com a crítica aos autores até aqui abordados, vamos, antes de tudo, compreender a idéia das quais relações de mercado são relações de contrato e direitos a partir de Hegel, o que nos possibilitará ler Marx com mais

propriedade, ou melhor, situar precisamente as suas críticas ao mercado como categoria central da economia burguesa.

Hegel (1997) situa o mercado no complexo social que denomina de sociedade civil. Inicialmente, Hegel concebe a sociedade civil tanto como sistema de carências (mercado), quanto como a possibilidade de sua regulação, no que diz respeito ao direito à propriedade, a partir do princípio de universalidade, representado pelo Estado. Ou seja, Hegel situa o Estado como uma extensão da sociedade civil.

O sistema de carências se constitui pela busca de satisfação das necessidades objetivas e subjetivas por meio do trabalho, da posse da propriedade e dos bens econômicos que emergem frente às necessidades e a satisfação dos outros. Em tudo isso está o princípio de particularidade que se opõe ao princípio de universalidade ao qual Hegel atribui a concretude do sistema de carências, ou seja, do seu desenvolvimento.

A universalidade, que aqui é o reconhecimento de uns pelos outros, reside naquele momento em que o universal faz das carências, dos meios e dos modos de satisfação, em seu isolamento e em sua abstração, algo concreto como social (HEGEL, 1997, p.175).

É bom registrar que Hegel considera a multiplicação das carências e os meios de sua satisfação como um aprimoramento da cultura — uma diferença entre o homem em seu estado de natureza (constrangido pelas necessidades naturais simples) e o homem livre. A cultura que começa a se manifestar no empenho de se satisfazer as carências imediatas resulta no universal. Ela proporciona o rompimento com a “simplicidade dos costumes naturais” e com “os prazeres que a civilização oferece ao desenvolvimento da particularidade”³. Para Hegel, a cultura se realiza no nível do intelecto, pelo pensamento. Por isso, o filósofo vai dizer que é um espaço de libertação, pelo sujeito, das “exigências imediatas” e “da vaidade subjetiva das impressões sensíveis e a arbitrariedade das preferências” (HEGEL, 1997, p.172)⁴. Só desta forma as carências, antes individuais e isoladas na natureza, se tornam universais.

O objetivo de Hegel é conciliar o particular com o universal, ou seja, mesmo demonstrando a preponderância do universal, deixa implícito que o princípio de

³ Estas expressões são usadas por Hegel (1997, p.172) quando se refere aos fins racionais, que aí não estão.

⁴ Considero importante refletir sobre o conceito de cultura expresso por Hegel, principalmente por se chocar com os muitos usos que fazem deste conceito, como os que aparecem na mídia televisiva e que servem mais para fundar mitos. Também, é claro, por ser um conceito de importância absoluta para a Educação escolar.

particularidade subsiste no de universalidade por ser imanente a ele. Suponho ser importante alertar para isto, pois estará presente em todos os momentos a seguir. Vejamos os conceitos de trabalho e de classe.

O trabalho, mediador essencial no sistema de carências, se desenvolve como cultura prática e se distingue da cultura teórica. Esta representa, de forma geral, um conjunto de “representações e conhecimento” e a busca da “compreensão de relações complicadas”, tudo decorrente da “diversidade das condições e dos objetos” (HEGEL, 1997, p.176). A segunda surge das necessidades que se reproduzem e as atividades com fim de satisfazê-las; ocorre, assim, a especificidade dos procedimentos de exploração da natureza que leva à divisão do trabalho e à qual Hegel (1997, p.177) se refere como abstração das aptidões e dos meios.

[...] Pela divisão, o trabalho do indivíduo torna-se mais simples, aumentando sua aptidão para o trabalho abstrato, bem como a qualidade de sua produção. Esta abstração das aptidões e dos meios completa, ao mesmo tempo, a dependência mútua dos homens para a satisfação das outras carências, assim se estabelecendo uma necessidade total.

Toda a abstração, neste caso, se refere ao particular. É pela abstração do trabalho que as carências são satisfeitas e sem a qual, devido à diversidade delas, não haveria a reciprocidade em que repousa o universal.

No sistema de carências surgem as classes. Estas, para uma breve definição de Hegel (1997, p.178), são "sistemas particulares de carências, técnicas e trabalhos, modos de satisfazer as carências, cultura teórica e prática".

Hegel diz que existem três tipos de classes: a substancial, que surge e reside na família e que se constitui pela propriedade privada; a classe industrial, que emerge com o propósito da transformação do produto natural; e, por último, a classe universal, que, de certa forma, regula todas as outras. Uma vez que, como ainda veremos mais especificamente, toda e qualquer relação entre indivíduos pode resultar em contradições, devido até pela divergência nos interesses, existe a necessidade de se zelar, de se resguardar o que é de interesse geral. Nisto se justifica a classe universal que atuará por intermédio das instituições com os mesmos fins. Contudo, o que deve ser destacado é que a inclusão dos indivíduos nessas classes se faz pela consciência subjetiva do indivíduo.

[...] Mas a repartição dos indivíduos em classes, embora sofra a influência da natureza, do nascimento e das circunstâncias, depende essencialmente da

opinião subjetiva da vontade particular que nesta esfera, nesta classe obtém o seu direito, o seu mérito e a sua dignidade, de sorte que, quando se produz por necessidade interior, só se produz por intermédio do livre-arbítrio e para a consciência subjetiva, tem o aspecto de uma obra da vontade (HEGEL, 1997, p.180).

Com isto, Hegel quer dizer que não é por imposição natural ou de um governo que o indivíduo irá pertencer a esta ou àquela classe. Isto ocorre pela existência do indivíduo na própria classe que se constitui e se realiza por meio dele. Ou seja, a classe que o representa é, também, representada e definida pelo indivíduo.

Daí que o indivíduo, não sendo totalmente determinado pela classe em que se encontra no sistema de carências, influi nos meios de produção e na qualidade das trocas de produtos podendo até dar uma nova forma a ele. Passamos agora a entender como Hegel caracteriza a questão do reconhecimento do direito dessas classes e a sua relação com a propriedade e os meios de produção, de um outro modo, de como essas relações são reguladas.

Primeiro, pode-se dizer que, para Hegel (1997, p.189), é necessário considerar a importância dos tribunais para tal efeito de decisão e controle:

Inserido na existência com a forma de lei, o direito existe para si e se opõe à vontade particular, à opinião subjetiva sobre o direito, como sendo algo autônomo. Deverá fazer-se valer como universal, e o ato de reconhecer e realizar o direito no caso particular, desvinculado da impressão subjetiva dos interesses particulares, pertence a um poder público, ao tribunal.

A codificação do direito em forma de lei é o primeiro passo em busca de uma racionalidade jurídica em que se coloca objetivamente uma interpretação aproximada do direito consuetudinário:

A diferença entre eles e o direito escrito apenas consiste em serem conhecidos de um modo subjetivo e contingente; são, portanto, mais indeterminados. A universalidade do pensamento é neles menos evidente. Ademais, em um outro aspecto, o conhecimento do direito em geral é propriedade contingente de alguns. Fala-se hoje que esta propriedade formal de costumes lhes dá a vantagem de se terem introduzido na vida. (Fala-se muitíssimo em vida e introdução na vida precisamente a propósito de

matérias mais mortas e de pensamentos mais que mortos.) Trata-se, porém, de uma ilusão, pois as leis em vigor numa nação não deixam de ser hábitos por estarem escritas e codificadas (HEGEL, 1997, p.183).

Junto com a objetivação do direito consuetudinário em forma de lei, ocorre a objetivação do direito individual que passa a ser universal. Esta universalização é a própria racionalidade da lei, dá forma à jurisdição, tornando-se, assim, um poder público.

Como na sociedade civil o direito em si se torna lei, assim também a existência primeiramente imediata e abstrata do meu direito individual alcança, na existência da vontade e do saber universais, a significação de algo reconhecido como existência. É, então, como forma que lhes proporciona este gênero de existência que as aquisições e as ações sobre a propriedade deverão ser empreendidas e realizadas (HEGEL, 1997, p.187).

Nisso, Hegel legitima o direito como um elemento mediador entre o indivíduo e o mercado, formalizando por meio de contratos a aquisição da propriedade e também o estendendo à regulação dos próprios indivíduos:

Uma vez reconhecidas como válidas a propriedade e a personalidade na sociedade civil, o crime não é apenas uma ofensa à infinitude subjetiva, mas também uma violação da coisa pública que possui uma existência estável e sólida (HEGEL, 1997, p.188).

A jurisdição é a esfera intermediária entre a sociedade civil e o Estado que torna possível a regulação do direito à propriedade privada bem como dos indivíduos, sendo utilizado este poder tanto por um como por outro. Ao Estado cabe a função reguladora do direito à propriedade como a de tutelar aqueles que se encontram socialmente excluídos das possibilidades contidas nesse direito. Contudo, não é possível cumprir estas funções somente por meio dos tribunais. Assim, toda contingência deve ser controlada para que o bem-comum se realize. Tudo o que escapa dos mecanismos de controle judiciário deve ser suprimido por

meio das instituições públicas que, envolvidas com a sociedade civil, executam a tarefa de representar o Estado na defesa do interesse comum⁵.

[...] o livre arbítrio autoriza ações jurídicas e um uso da propriedade privada que implicam relações exteriores com os outros indivíduos ou com instituições públicas de finalidades coletivas. Mediante este aspecto universal, as minhas ações privadas tornam-se algo contingente que escapa ao meu poder e é suscetível de ocasionar ou ocasiona danos ou prejuízos a outros (HEGEL, 1997, p.195).

Não deixando de estar totalmente livres da contingência, ou seja, qualquer acontecimento que, mesmo possível em si, pode ser necessariamente determinado por alguma outra coisa, as relações entre os indivíduos, entre consumidores e produtores, entre as respectivas classes, extrapolam o âmbito dos tribunais, acarretando maiores cuidados para com as conseqüências advindas principalmente das atividades industriais e comerciais. A atenção sobre estes setores se baseia na garantia do direito ao trabalho, na oferta e qualidade das mercadorias, deste modo, tornando mais viável a garantia de subsistência para a maior parte dos indivíduos que se encontram fora deles. Contudo, deve o poder público não se estender completamente na sociedade civil para a garantia da subsistência mínima, pois compete à existência dela abrigar por meio da coletividade aqueles que estão aquém das necessidades básicas satisfeitas.

Ainda que os indivíduos a possuam e ela lhes deva ser assegurada pelos poderes públicos, a possibilidade de participar na riqueza coletiva nunca deixa de estar submetida, no que tem de subjetivo, à contingência. A garantia dos poderes públicos deve, portanto, ser incompleta, tanto mais que supõe condições de aptidão, de capital etc. (HEGEL, 1997, p.197).

No entanto, toda a assistência prestada por instituições coletivas deve ter como limite a real possibilidade de participação na riqueza da sociedade por meio de qualquer atividade que se oponha à mera inação.

⁵ Para Hegel (1997, p.196), é do interesse comum, por exemplo, uma regulamentação sobre as relações entre produtores e consumidores. A defesa dos interesses de cada um pode ser traduzida “no direito que [o consumidor] tem de não ser ludibriado, no exame das mercadorias”, etc.

Se se impuser à classe rica o encargo de diretamente manter no nível vulgar de vida a classe reduzida à miséria, ou se, por uma qualquer forma de propriedade pública (ricos hospitais, fundações, mosteiros), diretamente se fornecerem os meios, a subsistência ficará assegurada aos miseráveis sem que tenham de recorrer ao trabalho, o que é contrário ao princípio da sociedade civil e ao sentimento individual de independência e honra (HEGEL, 1997, p.199)⁶.

Por outro lado, Hegel (1997, p.199) argumenta que, aumentando a oferta de trabalho, aumentaria a oferta de produtos e diminuiria o número de consumidores. Conseqüentemente haveria excesso de mercadorias o que redundaria no primeiro problema — a falta de trabalho.

Nisso Hegel supõe que ao progresso é imprescindível o desenvolvimento do comércio marítimo intercontinental.

Nesta dialética que lhe é própria, a sociedade civil é impelida para além dela mesma; tal definida sociedade é obrigada a procurar fora de si os consumidores e, portanto, os meios de subsistir, recorrendo a outros povos que lhe são inferiores nos recursos que ela possui em excesso, em geral na indústria (HEGEL, 1997, p.200).

Com o comércio marítimo e a colonização, a sociedade civil chega ao seu limite. A defesa dos interesses particulares é garantida por um meio comum. A administração pública, em forma de instituições dos mais diversos tipos, assegura o que há de universal em todos os interesses particulares: que o bem-estar seja tratado como direito. Tendo chegado ao limite com os novos contratos que emergem com a transposição das barreiras marítimas, o fim de garantir a subsistência e a defesa da propriedade como universal retorna à sociedade civil como fim moral por meio das corporações⁷.

Na corporação, os interesses particulares, as formas de trabalho, as aptidões e capacidades dos indivíduos objetivam-se por meio das necessidades que são imanentes à indústria e ao modo como os requisita e os qualifica. Ou seja, é na corporação, característica

⁶ É bom deixar claro que, para Hegel, qualquer iniciativa privada com fins filantrópicos constitui-se num espaço público. É assim que o particular desenvolve-se em universal, mas abstrato, pois o Estado é a realização completa da “Idéia”, “o espírito como vontade substancial revelada, claro para si mesmo, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e por que sabe” (HEGEL, 1997, p.204).

⁷ A corporação é a expressão do particular enquanto universal concreto na sociedade civil. Torna-se universal concreto, pois se realiza na satisfação de suas próprias carências. Neste ponto, posso dizer que a satisfação traduz-se no lucro financeiro, para explicar sua realização em si mesma.

própria da classe industrial⁸, que o indivíduo se torna reconhecido como membro da sociedade com garantia de seus direitos.

Na corporação, não só encontra a família um terreno firme, pois a capacidade que lhe assegura a subsistência é uma riqueza estável, como ainda lhe são reconhecidas tal subsistência e tal riqueza, isto é: o membro de uma corporação não precisa procurar estabelecer, em outras demonstrações exteriores, o valor dos seus recursos e do seu sucesso (HEGEL, 1997, p.202).

A característica principal da corporação que é a de estar voltada para seus próprios interesses — os interesses da indústria — recupera o universal que se realiza dividido na sociedade civil: o bem-estar da família a partir do direito ao trabalho e a defesa da propriedade garantida por lei.

Ao lado da família, a corporação constitui a segunda raiz moral do Estado, que está implantada na sociedade civil. Contém a primeira os elementos de particularidade subjetiva e de universalidade objetiva numa unidade substancial; a segunda une interiormente esses momentos que inicialmente eram divididos, na sociedade civil, em particularidades de carência e de prazer refletidas sobre si e em universalidade jurídica abstrata. Deste modo, nessa união, o bem-estar se realiza e é, ao mesmo tempo, reconhecido como direito (HEGEL, 1997, p.203).

É preciso notar que a classe industrial ou corporação atua na sociedade ao lado da administração pública como um mecanismo moral de regulação. Os direitos promovidos pelas duas classes — a universal e a industrial — têm a mesma origem. Contudo, é preciso que os direitos estejam previstos em lei. Por isso Hegel destaca também o papel dos tribunais como espaço próprio do direito objetivo.

Diante de tudo isso se pode considerar que Hegel pensa a categoria Mercado como parte de um processo social maior, intimamente relacionado a contextos que incorporam outras categorias como a Sociedade civil e o Estado, isto é, o Mercado não aparece como um conceito auto-explicativo do real em si mesmo, mas é explicativo à medida que está

⁸ Hegel usa o conceito de classe industrial para se referir ao conjunto de indivíduos que dela fazem parte — burgueses e trabalhadores.

imbricado com outras dimensões históricas da vida social. É nesse contexto que Hegel atribui à Sociedade civil a característica de ter configurado em si o espaço privado e o espaço público mediados por leis e direitos imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade e seus princípios.

Karl Marx diverge de Hegel no modo como concebe este processo da configuração dos espaços sociais e, conseqüentemente, da noção de Estado, Sociedade civil e Mercado. Antes de abordamos estas diferenças, entretanto, é oportuno lembrar alguns aspectos em que Marx se opõe aos liberais John Locke e Robert Nozick.

Marx (2002) afirmou que é pela eliminação positiva da propriedade privada que o homem recupera o seu caráter humano, pois a propriedade privada constituída pela expropriação dos produtos do trabalho e o estabelecimento das relações sociais produtoras do capital distancia-se e distancia o homem de suas características humanas. Ao discutir a propriedade nos termos de Locke, passamos, com Marx, a empregar nela o caráter essencial do homem que é a sua humanidade (que para Marx tem um caráter social). Dar um caráter humano à propriedade significa a objetivação do homem em sua totalidade, “não apenas no sentido do ter” (MARX, 2002, p.141), ou seja, no âmbito dos objetos que produz, mas também no âmbito de seus sentidos. Este último fato é mais difícil de ser considerado, pois situa o próprio homem como objeto principal de apropriação da “realidade humana” (id., ibid.). Ao contrário, Locke faz da propriedade o centro das idéias liberais por ser de fácil objetivação, isto é, os direitos a sua defesa e preservação são delegados a um poder central que apenas possui o poder de fazer cumprir aquilo que ficou como resultado de um consenso. Este consenso diz respeito a leis naturais.

Para Marx, ao contrário, a propriedade privada significa alienação ou o não reconhecimento daquilo que o homem faz como sendo fruto do seu trabalho e, este próprio, também não reconhecido como pertencente ao homem. Ou seja, a propriedade privada elimina não só a possibilidade de o homem reconhecer-se enquanto tal por meio do uso que faz dos meios de produção e dos bens, mas também por substituir os sentidos humanos de compreensão da realidade, pelo sentido do que é útil — do ter.

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando por nós é diretamente possuído, comido, bebido, transportado no corpo, habitado, etc., ou melhor, quando é utilizado (MARX, 2002, p.142).

Se o trabalho é concebido, segundo Locke, como um atributo como que divino e para que o homem pudesse satisfazer suas necessidades e, dessa maneira, legitimar a posse sobre determinada terra, Marx o concebe como produto da relação entre os homens. O trabalho é uma atividade social.

Mesmo nos momentos em que eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com outros, sou social, porque é como homem que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade — como também a própria linguagem que o pensador emprega — que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produz e com a consciência de agir como ser social (MARX, 2002, p.140).

Quanto a Nozick, a noção de que o trabalho pertence ao homem só se justifica pela sua idéia de dotes naturais. Como foi visto, Nozick faz críticas às idéias de John Rawls de, num primeiro momento, desprezar as diferenças de talentos e procurar evitar uma desigualdade de saída nas aquisições, sendo assim, favorecer uma distribuição mais igualitária dos bens.

Seria injusto, segundo Nozick, ocultar as qualidades constitutivas dos indivíduos as quais fazem com que uns venham a ter mais que outros. Daí ser a redistribuição um meio ilícito. Um roubo praticado pelo Estado. Para isso, o trabalho seria o atributo pelo qual os indivíduos desenvolveriam seus talentos próprios e inatos. De outra forma, podemos dizer que o trabalho se define, também, como propriedade.

Marx, ao contrário de qualquer liberal como Locke, Nozick e mesmo Rawls, rejeita qualquer caráter inato ou empírico do trabalho. Ele é produto das relações sociais. Ou seja, enquanto o trabalho é compreendido como um atributo divino, legitimador da propriedade privada, portanto inato no que diz respeito às habilidades humanas (LOCKE, 1977), por outro lado, obtém um significado empírico, por ser resultado das experiências acumuladas entre os homens, em Marx, o trabalho surge como característica da espécie humana. O homem é produtor das condições em que vive e sua produção, depende das condições naturais que encontra e em que se encontra (MARX, 1991b). Diante deste fato, o trabalho é gerador de humanismo e desenvolve-se, no que se refere à técnica, ao passo que o homem evolui. Daí que, mais tarde, com a divisão social do trabalho conduzindo à distinção entre o campo e a cidade, e a própria manifestação da propriedade (id.), acarretando na introdução da separação

entre a força de trabalho e os meios de produção, o trabalho se torna produto das relações sociais de produção. Aqui, adquire também um caráter de mercadoria. Portanto, o conceito de trabalho em Marx é muito mais complexo: o autor, ao mesmo tempo que o concebe como um elemento da evolução humana, no decorrer da história, explica como se torna um produto de troca. Os homens vendem seu trabalho (proletário) a outros (donos dos meios de produção) para viver, mas numa lógica de exploração, da busca pela mais-valia. Como vemos, conforme a concepção de trabalho elaborada por Marx, este conceito não tem validade como legitimador de um *statu quo* em que os donos dos meios de produção só são donos porque trabalharam para isso, e que, então, é por merecimento, como querem os liberais.

Já em relação a Hegel, Marx diverge da concepção de que o desenvolvimento da sociedade civil estaria atrelado a uma intersecção da esfera privada com a esfera pública. Em Marx, a sociedade civil moderna rompeu com o sistema político e social anterior que determinava, por meio de privilégios, a distância entre o indivíduo e o Estado. A presença dele na esfera estatal era garantida pela extensão de seus domínios na forma de bens de todos os tipos. O Estado se constituía abstratamente na forma de posse e defesa da propriedade sob a imagem do senhor feudal.

Não obstante, as funções e condições de vida da sociedade civil continuavam a ser políticas, se bem que políticas no sentido feudal; isto é, excluía o indivíduo do conjunto do Estado e convertiam a relação especial de sua comunidade com o conjunto do Estado em sua própria relação geral com a vida do povo, do mesmo modo que convertiam determinadas atividades e situações burguesas em sua atividade e situações gerais (MARX, 1991a, p.48).

Se as relações no feudalismo se constituíam por meio do poder senhorial, da subserviência, dos privilégios e da posse, após a dissolução desse sistema, as relações se constituíram por meio de direitos. O que parecia ser uma emancipação política da sociedade civil, Marx mostra que ocorre o contrário.

Em crítica a Bruno Bauer, ao empreender uma análise sobre as condições em que se deu a abolição da religião de Estado na América, Marx considera o exame dos direitos do homem e do cidadão na forma em que foram elaborados nos Estados Unidos e na França e conclui pela parcialidade política desses direitos.

Marx observou a compatibilidade entre os direitos do homem e o livre exercício de qualquer culto e vai mais além quando em seu exame da *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*, na Constituição de 1793, faz notar que os direitos de igualdade, liberdade, segurança e propriedade são direitos do homem burguês, expressão da sociedade civil que rompeu com as estruturas que configuravam, dentro de um limite, um espaço público.

Como síntese ao que Karl Marx desenvolve a respeito desses quatro direitos, pode-se dizer que o direito à liberdade, à igualdade e à segurança giram em torno daquele que é o próprio fundamento da sociedade civil moderna: o direito à propriedade.

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente (*à son gré*), sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal (MARX, 1991a, p.43).

O direito à liberdade refere-se a uma liberdade que tem por limite o direito do outro: “ou segundo a Declaração dos Direitos do Homem, de 1791: *‘La liberté consiste à pouvoir faire tout ce qui ne nuit pas à autrui’*” (MARX, 1991a, p.42)⁹. Esta liberdade só tem existência no uso que o indivíduo faz de seus bens, ou seja, no direito à propriedade: “A aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada” (id.,ibid.).

A igualdade, por sua vez, se refere a essa liberdade: que todos possam usufruir de seus bens (desde que tenham algum: “Art. 3 (Constituição de 1795): *‘L’égalité consiste en ce que la loi est la même pour tous, soit qu’elle protège, soit qu’elle punisse’*” (MARX, 1991a, p.44)¹⁰.

Já o direito à segurança é o instrumento criado pela sociedade burguesa com o objetivo de sua própria manutenção.

A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito de polícia, segundo o qual toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade (MARX, 1991a, p.44).

Portanto, conforme Marx, todos esses direitos se traduzem no individualismo fundado pela propriedade privada. Assim, os Direitos do Homem jogam para o Estado o dever de

⁹ A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique a ninguém.

¹⁰ A igualdade consiste na aplicação da mesma lei para todos, quando protege ou quando castiga.

apenas garantir ao burguês a conservação de seu *status quo*. O Estado tem a obrigação restrita de não permitir somente aquilo que impeça a liberdade política — entendida como a liberdade de luta pela preservação desses direitos. “[...] Portanto, até mesmo nos momentos de entusiasmo juvenil, exaltado pela força das circunstâncias, a vida política se declara como simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa.” (MARX, 1991a, p.46).

Contudo, resta-nos concluir com Marx que a revolução burguesa da sociedade civil trouxe a emancipação política do Estado em relação à religião na América, como pretendia Bauer para a Alemanha, e deu ao burguês a sua emancipação em relação à política.

Por conseguinte, o homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da indústria, obteve a liberdade industrial (MARX, 1991a, p.50).

Daí que "Toda emancipação é a redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem" (MARX, 1991a, p.51).

Como pudemos ver, Hegel e Marx começam a se distanciar na medida em que é posto em questão o caráter político da sociedade civil moderna. Se para Hegel a sociedade civil tem como um de seus fundamentos o controle sobre a propriedade por meio da administração estatal, mesmo que ao lado de instituições civis, constituindo-se, assim, um espaço público, para Marx deve-se colocar em questão a própria propriedade privada. Uma vez investigando-se o seu desenvolvimento, chega-se ao verdadeiro caráter da sociedade civil. Hegel desconhece o fato de que ao desenvolvimento da propriedade e do direito privado estão atreladas as conseqüências advindas dos diferentes tipos de modos de produção.

[...] Entre os povos modernos, onde a comunidade feudal foi dissolvida pela indústria e pelo comércio, o nascimento da propriedade privada e do direito privado marcou o começo de uma nova fase, capaz de ulterior desenvolvimento (MARX, 1991b, p.99).

Marx concebe a sociedade civil como espaço da vida privada do homem burguês, portanto, como mercado, pois é ali que se dão, entre outras coisas, as relações de trocas de produtos, e rejeita a idéia de Hegel, pois transfere ao Estado o poder de regular a propriedade privada sob o domínio dela.

[...] A esta propriedade moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado paulatinamente pelos proprietários privados através dos impostos, cai completamente sob o controle destes pelo sistema de dívida pública, e cuja existência, como é revelado pela alta e baixa dos valores do Estado na bolsa, tornou-se completamente dependente do crédito comercial concedido pelos proprietários privados, os burgueses (MARX, 1991b, p.97).

Contudo, os dois autores concordam com a intermediação do direito (em forma de lei) como atividade reguladora da vida em todos os seus aspectos. Em última análise, para Hegel, o direito é o Universal concreto, resultado do encontro das disposições de caráter, das atividades particulares, enfim, da consciência em si do indivíduo com a cultura, "pensamento do indivíduo na forma do universal" (HEGEL, 1997, p.182). A objetivação do direito, portanto, é uma consequência necessária ao pensamento, ao seu desenvolvimento. Representa-se em idéia e, assim, é um Universal.

“Situar algo como universal, ou ter consciência de algo como universal, é evidentemente pensar [...] emprestando a um conteúdo a sua forma mais simples, o pensamento confere-lhe a sua última determinação” (HEGEL, 1997, p.197).

A isso Marx chama de ilusão. O direito oculta as verdadeiras relações ou, mais propriamente, relações materiais e sociais entre os indivíduos. Podemos dar como analogia ao exemplo de Marx em *A Ideologia Alemã* (1991, p.100), um outro que possa ser mais simples e direto. Vejamos: o direito formaliza os contratos que, através de cláusulas, estabelecem regras a serem seguidas pelas partes contratantes. Iludidos com a idéia de retorno que uma sociedade nos negócios pode vir a propiciar, esquecem da possibilidade da queda nos recursos financeiros para a manutenção da sociedade, em meio à concorrência com outros. A descapitalização põe em risco o negócio e compromete a sociedade. O enfraquecimento financeiro de um dos sócios, impossibilitando a retomada dos lucros e, assim, sem capital para aplicação, garante, por um determinado tempo, a existência da propriedade apenas no contrato. Daí que, também, a lógica do capital com base no direito privado é corruptora. Seduz o indivíduo apenas pela possibilidade de retorno. A sedução estimula a vontade, e é por essa vontade dos indivíduos que o direito dá efeito aos contratos.

[...] Na prática, o *abuti*¹¹ tem limites econômicos muito bem determinados para o proprietário privado, se este não quer que sua propriedade, e com ela seu *jus abutendi*, passe para outras mãos, já que a coisa, considerada simplesmente em relação com a sua vontade, não é inteiramente uma coisa, mas apenas se torna uma coisa, uma verdadeira propriedade, no comércio e independente do direito (uma relação que aqui os filósofos chamam de idéia) (MARX, 1991b, p.100).

Percebemos em Marx o caráter ideológico dos contratos e direitos que, enquanto idéias utilizadas para fundamentar um Estado liberal, se relacionam com o mercado apenas como forma de mantê-lo regulamentado e sob o poder dos donos dos meios de produção. E é assim, como espaço que nada tem de livre, isto é, um espaço totalmente regulado e configurado por diferentes projetos políticos, que o analisaremos a seguir.

1.2 Educação e Mercado

Tendo em vista o que foi discutido no item anterior, buscarei, neste campo específico da dissertação, refletir sobre algumas análises atuais a respeito da relação entre mercado e educação. Para tal, ainda valem algumas considerações teóricas.

Em Karl Marx encontrei aportes seguros da concepção de que tudo o que é relegado à sociedade civil se torna propriedade, uma vez que é o próprio fundamento daquela, isto é, a sociedade civil é um espaço propriamente das relações sociais de produção (o espaço das relações entre os meios de produção e a força de trabalho) orientada, principalmente, de forma geral, pelos donos dos meios de produção. Portanto, como é nela que surgem os conflitos e as contradições resultantes de diferentes interesses de grupos sociais de classe, também é nesse espaço que tais contradições podem ser resolvidas.

Se durante a história foi preciso à sociedade civil compartilhar da idéia hegeliana da necessidade da regulação estatal, sendo este poder, conforme Marx, apenas uma representação da classe dominante para a garantia de seus interesses, fica claro que todas as instituições que emergem disso são instituições políticas, mas fica claro também que não são políticas no sentido social. A participação do indivíduo é restrita aos seus interesses particulares.

¹¹ Como consta em nota (MARX, 1991b, p.100): “Em latim no original: o abusar. *Jus abutendi*: o direito de abusar”.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política (MARX, 1991b, p.98).

Decorre disso tudo que, como programa moderno (e, mais tarde, socialista e liberal) de difusão de uma concepção de sociedade legitimada pelos aparatos ideológicos de qualquer Estado-nação livre, onde os indivíduos (cidadãos) têm o direito de pensamento e expressão garantidos e seus interesses resguardados pela lei, a educação escolar transforma-se num instrumento de reprodução dessa mesma sociedade. Contudo, a educação escolar é também uma possibilidade de contraponto a um determinado modelo social, se for considerada a dinâmica da sociedade. Os conflitos de interesses entre classes, por estarem presentes tanto fora como dentro da escola, acabam impulsionando a criação de estratégias com fins, por um lado, hegemônico e, por outro, apenas de conciliação e até negação de tal sociedade. Portanto, é nessa lógica da luta entre classes que podemos pensar a educação escolar como objeto de cunho emancipador ou reprodutor de classes.

Nestes termos é que passamos a pensar sobre alguns aspectos apontados pelos autores abordados em seguida e procurando responder: o que significa o bem-comum?; como podemos pensar em educação para todos em contextos históricos com o predomínio da política de mercado?.

A problemática referente à Educação escolar, hoje, se situa dentro de um outro problema inerente à modernidade: a modernização. Como vimos nos parágrafos anteriores, Marx percebeu a modernização (relações sociais de produção capitalista) como processo intrínseco ao desenvolvimento da sociedade civil e não deixou de observar também que, mesmo nesse processo, havia um espaço próprio para a contestação de uma ordem que subjuga o homem aos meios de produção. É nesse sentido que Marx se associa ao projeto iluminista de “desencantamento do mundo” (expressão de Max Weber), isto é, na crença de que a razão e a ciência como reflexão crítica da sociedade, da história humana, e não apenas como objetos de desenvolvimento técnico-instrumental, constituem-se nos melhores atributos do homem de compreensão e busca de melhorias da vida em todos os aspectos. A modernidade, de fato, significa exatamente isso, mas deve-se ter também o entendimento de que, embora alguns atributos próprios da razão e da ciência, como a cultura, enquanto

objetivação de tudo o que é reproduzido na sociedade (SACRISTÁN, 1999)¹² sejam considerados, por um lado, um bem para a concreção de tais melhorias e, portanto, um direito¹³ — a ser universalizado na forma de instituição escolar —, esses mesmos atributos começaram a ser, a partir do século XX, arrematados por grupos sociais representantes de corporações economicamente fortes e ligados a grupos políticos (liberais; neoliberais) orientados por princípios puramente econômicos. Quero dizer que a educação escolar, detentora de cultura¹⁴ e instrumento de produção e transmissão de conhecimentos necessários para o bem-estar e a reprodução da vida, começa a ser concebida como serviço social e, portanto, implícito nela um valor de troca. Isto é, o Estado passa a oferecê-la como um serviço em troca da quantia resultante do total de impostos coletados.

A modernização, como desenvolvimento técnico-instrumental dos meios de produção, por ser um fator integrante da modernidade, mantendo uma relação complexa e muitas vezes contraditória com seus ideais humanísticos, acaba, num primeiro momento, relativizando o valor da educação escolar, pois é nessa relação complexa e contraditória que surge a necessidade do ensino como um meio próprio de reprodução de capacidades técnicas orientadas para a produção de mercadorias; para a manutenção de valores; e, por fim, para a regulação do mercado.

Esta é a inevitável conseqüência de converter tudo em propriedade exclusiva e de jogar tudo no mercado. Isto é claramente incoerente com um dos princípios de uma sociedade democrática, que, a meu ver, é o da manutenção da igualdade de oportunidades para usar, desenvolver e desfrutar das capacidades que cada pessoa possui. Os que devem pagar o acesso aos meios para usar suas capacidades e exercer suas energias — e pagam transferindo a outros tanto o controle de suas capacidades como parte do produto — essas pessoas, digo, vêm recusada a igualdade no uso, desenvolvimento e

¹² Conforme Sacristán (1999, p.152), a reprodução significa, na dinâmica do progresso (idéia central da modernidade), “capacitação para continuar produzindo cultura, o que representa valorizar o papel de cada geração e de cada indivíduo nessa missão”.

¹³ Neste caso, podemos citar os progressistas: “o conteúdo da idéia de *progresso* é resumido na crença e na esperança de que a humanidade avançou no passado, partindo de uma situação inicial de primitivismo, e que continua e continuará fazendo o mesmo no futuro” (SACRISTÁN, 1999, p.150). De forma bem simplificada, a essa idéia estão filiados os progressistas e os liberais. Os primeiros crêm “no valor do conhecimento, das ciências e da tradição como sustentadoras do progresso”, apesar de adotarem “uma atitude crítica — o que não significa negação — diante da herança cultural empregada na escolaridade, detectando e denunciando seus desvios de classe social” (SACRISTÁN, 1999, p.160). Já os liberais preconizaram as diferenças sociais e, assim, as diferenças nos “tipos de níveis de cultura reproduzíveis em grau e qualidade diferentes para as diversas classes sociais. [...] respeitam o pluralismo, a discussão da tradição e apreciam o valor do conhecimento para o progresso” (id., ibid.).

¹⁴ Não é do intento desta pesquisa fazer uma análise dos conteúdos culturais presentes na escola.

desfrute de suas próprias capacidades. E, em uma moderna sociedade de mercado, a maioria pertence a essa categoria. [Considerado] em seu sentido estritamente moderno, o direito de propriedade contradiz os direitos humanos democráticos (MACPHERSON, apud GENTILI, 1995, p.241).

A partir das questões formuladas acima, compreenderemos o sentido de algumas políticas no campo da educação; seus projetos e as conseqüências disso em contextos históricos.

O que ocorre com a educação na contemporaneidade faz parte de mudanças no cenário político-econômico mundial, resultantes daquilo que alguns autores denominam de ajuste estrutural, isto é, "[...] um conjunto de programas e políticas recomendadas pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras organizações financeiras" (TORRES, in GENTILI, 1995, p.114). Tal conjunto de programas e políticas¹⁵ tem implicações diretas na educação por determinar a redução “do gasto público, além da inflação e das taxas de câmbio e tarifas” (id., ibid.), mas a primeira direcionada especificamente às áreas que mais dependem do Estado, ou seja, direitos sociais como educação, saúde e transporte, terão a “participação financeira do estado”, diminuída (TORRES, in GENTILI, 1995, p.115) e “sua subseqüente transferência ao setor privado” (id., ibid.). Claro que tudo isso faz parte de um pacote de medidas que têm uma função bem maior: a de suplantam o Estado do Bem-estar Social¹⁶ definitivamente, colocando no seu lugar o Estado Mínimo¹⁷.

Uma das metas neoliberais é instaurar uma política de privatização, passando para o privado todos direitos sociais dados pelo poder público, por ser considerada a melhor resposta, num mercado livre, às transformações que ocorrem no mundo moderno (conforme TORRES, in GENTILI, 1995, p.115).

A partir da macro-política acima mencionada e para melhor compreendermos como ocorre uma inserção do mercado na educação (tema que me proponho discutir aqui) vou, antes de tudo, expor duas idéias fundamentais para poder continuar a desenvolver os

¹⁵ Para Torres (In GENTILI, 1995, p.114), além de outras recomendações, essas políticas incluem a “redução do gasto governamental, desvalorização da moeda para promover a exportação, redução das tarifas para importações e um aumento das poupanças públicas e privadas”.

¹⁶ Conforme Torres (In GENTILI, 1995, p.112), “O estado de bem-estar social representa um pacto social entre o trabalho e o capital, que remonta às reorganizações institucionais do capitalismo do início do século [XX] na Europa, especialmente nas origens da social-democracia européia, com as expressões mais vigorosas nas social-democracias escandinavas. Mais recentemente, o *New Deal*, concebido por Roosevelt nos Estados Unidos, constituiu uma formação de governo na qual os cidadãos podem aspirar a níveis mínimos de bem-estar social, incluindo educação, saúde, seguridade social, salário e moradia, como um direito de cidadão, não como caridade”.

¹⁷ “O Estado Mínimo é o modelo que os neoliberais preconizam: um Estado não interventor, sem empresas estatais; e, contraditoriamente, coercitivo.” (TORRES, in GENTILI, 1995, p.115-116).

argumentos de que me utilizei para demonstrar os efeitos nocivos do mercado na educação. A primeira delas se refere a uma reconfiguração dos sistemas escolares frente ao mercado, e a outra, a uma reforma cultural protagonizada pela *Nova Direita*¹⁸.

De partida, para este trabalho, será exposta uma idéia defendida por Roger Dale (In GENTILI, 1995). Esta diz respeito ao mercado da educação que, segundo ele, pode ser promovido a partir da liberalização, ou seja, da abertura de espaços no setor público à competição sem transferir a propriedade (no nosso caso, a educação). Para Dale, o Estado sempre detém o controle das condições das quais o mercado é sempre dependente, no próprio universo ideológico do neoliberalismo é impossível prescindir da ação do Estado. Mesmo as políticas que pretendem incorporar o setor privado na gestão dos direitos sociais, entre eles a educação, não deixam de ser políticas que partem antes do Estado e, secundariamente, do mercado. De outra forma, pode-se dizer como quer o autor, o mercado opera mais como um slogan, isto é, precisa ser promovido para adquirir credibilidade. Outro ponto destacado pelo autor a respeito disso é que o modo de como os fatores políticos e econômicos são interpretados e implementados, se constitui na característica principal para o estabelecimento de mercados educacionais.

[...] Enquanto privatização envolve a venda de bens do Estado, 'liberalização' significa a redução do controle governamental através da abertura de uma área a pressões competitivas (DALE, in GENTILI, 1995, p.140).

Para melhor compreensão de como ocorre uma liberalização de setores públicos, é bom ficar ciente de que Dale pontua quatro constrangimentos na configuração de mercados educacionais, dentre os quais, para o nosso interesse, vou citar apenas o último, também o mais importante: a necessidade de manter o controle do Estado quer sobre "o produto" quer sobre "o serviço". Com este *constrangimento*, Dale esclarece não só porque o mercado é passível de promoção e depende de fatores políticos e econômicos, como também revigora a importância do Estado, mesmo que em última instância, num contexto de mercado educacional livre. “[...] Dada a tendência do mercado para ‘falhar’ em tais situações, parece

¹⁸ Podemos chamar de Nova Direita, seguindo a definição de Suárez (In GENTILI, 1995, p.256), a coalizão da direita dominante (neoconservadores e neoliberais) que no campo educacional resulta em um conjunto de discursos, propostas e práticas da nova coalizão de poder que o autor denomina de *princípio educativo da Nova Direita*.

provável que essa responsabilidade terá de ser exercida permanentemente e com vigilância” (DALE, in GENTILI, 1995, p.145).

A característica fundamental para a promoção do mercado educacional é a *escolha* dos pais. A base para a inserção do mercado na educação se constitui por mercados não convencionais denominados de *quase-mercados*. Ou seja, Dale mostra que toda política de promoção do mercado educacional passa pela não necessária maximização dos lucros e não significa que as escolhas sejam feitas diretamente pelos pais e sim por agentes com fins representativos e que, também, não precisam ter seu poder de aquisição expresso em forma de dinheiro e sim em *vouchers* (bônus) ou orçamento reservado.

Algumas das formas de financiamento para garantir a educação a partir das escolhas dos pais são expressas pelo Banco Mundial.

Las medidas financieras para fomentar la autonomia y la responsabilidad escolar e institucional pueden incluir: [...] — Costos compartidos con las comunidades. [...] — Cargo de cuotas en los niveles superiores de educación. [...] — El estudio de mecanismos de financiamiento, en los cuales el dinero se destine a los estudiantes, tales como becas capitalizables, vales y préstamos estudiantiles. — Financiamiento basado en el rendimiento y calidad (BANCO MUNDIAL, 1996, p.1).

Antes de darmos continuidade, cabe abrir um parênteses para um aspecto destacado por Dale que parece estar presente no cenário político educacional brasileiro: a despolitização da educação como um projeto da introdução do mercado na educação. Entre as suas várias formas tomadas inclui "devolver à ‘comunidade’ (deliberadamente construída como um grupo ‘politicamente neutro’) uma série de responsabilidades no fornecimento de educação" (DALE, in GENTILI, 1995, p.142).

Um conceito importante para o entendimento do processo de escolha dos pais como base de um mercado educacional é o de capital social¹⁹. Com este, torna-se evidente a dependência do valor dado aos certificados escolares, à posição social e ao sexo.

[...] na distribuição de recompensas profissionais para resultados escolares, pessoas iguais podem ser tratadas desigualmente. A origem de classe pode

¹⁹ *Capital social* é o conjunto de fatores relacionados ao sistema de produção e circulação de bens simbólicos e resultantes da origem de classe, capaz de determinar o lugar do indivíduo num espaço social específico. Para aprofundar a questão, vide: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. MICELI, Sérgio (org.). São Paulo: Perspectiva, 2003.

contrabalançar os fracassos e os homens tendem a ser favorecidos em relação às mulheres... Aqueles que... começaram a partir da origem da classe de serviços, apesar da falta de sucesso educacional..., são... funcionários públicos, diretores gerais e de serviços, [...] nenhum sequer passou em algum exame ou obteve qualquer outro diploma reconhecido... Se as crianças de origens favorecidas fracassam na escola, sua posição de classe torna provável que elas sejam capazes de apelar a outros recursos, talvez mais decisivos, sob a forma de redes sociais de relações de classe que podem protegê-las das conseqüências (MARSHALL; SWIFT, apud DALE, 1995, p.153).

Vemos, nesta citação presente no ensaio de Dale (In GENTILI, 1995), que o capital social aqui tem um dos sentidos destacados pelo próprio autor que é a compensação pela ausência da qualificação educacional. Assim, isso acaba influenciando no processo de escolha dos pais pelo tipo de escola de seus filhos, optando sempre por aquelas de nível socioeconômico mais alto, pois desejarão, sempre que possível, garantir um capital social mais rico para eles²⁰.

Para finalizar, resta apenas mencionar a polarização que uma liberalização de sistemas de controle educacional acarreta sem haver qualquer tipo de privatização (conforme Dale). Em síntese, vou citar aqui os três mecanismos que intensificam essa polarização.

O primeiro é o efeito multiplicador: significa que a escola com alto capital econômico, cultural e social tenha um melhor aproveitamento dos mesmos recursos do que qualquer outra escola com um nível inferior de capital. Isto, claro, num sistema educativo liberalizado.

O segundo mecanismo é o efeito "marginal". Este tem três características: a primeira é que os pais "flutuantes" têm um impacto bem maior na escola e esta é muito mais atrativa para eles (Os pais flutuantes são aqueles que realmente teriam interesse de participar da escolha. Eles formam a minoria); outra é o fato de investimentos suplementares acabarem se tornando os únicos focos de crescimento das instituições, uma vez que o financiamento básico é usado ao máximo por ser mínimo; e, finalmente, é a própria posição do setor privado como substituto do setor público que o coloca na marginalidade, garantindo, assim, um melhor êxito através de outros meios.

²⁰ A escolha dos pais sempre terá influência das suas condições socioeconômicas. Assim, deve-se entender que a busca pelas melhores escolas (num mercado educacional) será a busca pelas melhores escolas dentro de um quadro de possibilidades mais econômicas do que propriamente apenas no que se refere à qualidade.

O terceiro e último mecanismo é o efeito de aceleração: quando há uma promoção do mercado, acaba-se fazendo uma apologia do privado. Isto acarreta um desequilíbrio entre as escolas públicas e privadas e influencia na escolha dos pais, enfraquecendo o sistema.

[...] a qualidade reduzida do fornecimento público é uma característica auto-reforçadora. Já que os pobres são os beneficiários de muitos programas, a classe média opõe-se a gastos para produzir uma alta qualidade de serviço, visto que é obrigada a pagá-la por conta própria. E já que a qualidade permanece baixa, os pobres, bem como a classe média, desenvolvem um menosprezo pelo setor público e uma ansiedade por escapar dele. O movimento de privatização reflete e promove este desdém (e aí reside parte de seu perigo político) (STARR, apud DALE, 1995, p.165).

Outro autor citado aqui é Stephen J. Ball (In GENTILI, 1995). Este mostra que uma ideologia do mercado é constituída como uma estratégia de classe tendo como base as críticas feitas em relação à "educação como monopólio público".

O que interessa ressaltar, também, em Ball, é que através do argumento bastante simples, segundo o próprio autor, contra a "educação como monopólio público" e o argumento em favor do mercado e da escolha, o importante é não ver os mercados como um fenômeno neutro ou natural e, sim, que eles são social e politicamente construídos (como em Dale) — como ele demonstra na análise do mercado educacional no Reino Unido:

[...] O mercado é, assim, fortemente determinado e singularmente construído pelo Governo. Além disso, os indicadores de desempenho da escolarização são fixados pelo Governo, através de um sistema de Testagem Nacional e das exigências da Carta dos Pais (*Parents Charter*, 1991). É isso uma escolha 'real'? É isso o mercado? Tem certamente o efeito de um mercado, ao criar a competição entre as escolas, mas as possibilidades de invenção e empreendimento ou as expressões dos interesses das minorias ou as preocupações dos pais ficam fortemente limitadas pelo controle político do mercado (BALL, in GENTILI, 1995, p.208).

Para Ball, uma ideologia do mercado forjada através de uma reconfiguração das escolas, baseada no processo de escolha dos pais, deixa de lado outras questões úteis ao desvelamento do que ocorreria, nestas circunstâncias, com crianças e pais menos favorecidos num mercado livre.

[...] E, entretanto, é evidente que a desigualdade assim gerada está relacionada com um conjunto de outras desigualdades de consumo (habitação, transporte, recreação, etc.) que são vividas pelos mesmos grupos sociais (BOYD, 1982, p. 119.) Os 'alguns' e os 'outros' são, respectivamente, os beneficiários e as vítimas do mercado. A falta sistemática de atenção à sorte dos perdedores no mercado sugere que as teorias do mercado estão orientadas fundamentalmente pelos valores, interesses e preocupações de certas classes e frações de classe (BALL, in GENTILI, 1995, p.211).

Para uma melhor visualização do que foi dito no parágrafo anterior, citarei aqui alguns aspectos mencionados por Ball sobre como funciona a ideologia de mercado. Segundo ele,

[...] a ideologia do mercado, na verdade, funciona como um mecanismo de reprodução de classe. Em primeiro lugar, ela pressupõe que as habilidades e as predisposições para a escolha e o capital cultural que pode ser investido na escolha são características que existem de forma generalizada na população. [...] Em segundo lugar, ela legitima as diferenças em relação àquelas capacidades e disposições, ao rotular os que não escolhem ou escolhem mal como 'maus pais' — não se culpam nem as políticas nem os procedimentos, a culpa é de quem não escolhe ou escolhe mal, ocultando-se as discriminações inscritas no próprio sistema, pois 'em matéria de cultura, a falta absoluta de sua posse exclui a consciência de sua falta' (BOURDIEU; PASSERON, apud BALL, 1990, p. 210). [...] Em terceiro lugar, o mercado educacional coloca 'quem escolhe mal' (em geral, alguém pertencente a um grupo minoritário) numa dupla situação de desvantagem, ao vincular a distribuição dos recursos à distribuição das escolhas. Cria-se um sistema de exclusão e diferenciação que reforça e amplia as vantagens relativas das classes médias e superiores na educação estatal (BALL, in GENTILI, 1995, p.216).

Há, também, outro efeito do processo de escolha para o qual Ball utiliza o conceito de Bourdieu e Passeron: a auto-exclusão daqueles que não se encaixam no processo de escolha por motivos de "incapacidade" ou "falta de inclinação" e também por ser necessária uma sujeição à "comparação", "mobilidade" e "planejamento de longo prazo", o que se opõe à cultura de comunidade e localidade.

O que se deve destacar em tudo o que foi dito até aqui, é que, para Ball, o caráter reprodutivista de uma classe surge com a consciência das vantagens de um sistema público que, ao mesmo tempo em que tem beneficiado, e em muito, as camadas mais favorecidas, tem criado um processo de homogeneização entre outras classes, possibilitando uma diminuição do distanciamento e das diferenças culturais destas em relação às primeiras. A mercantilização da escola através da escolha dos pais torna-se, assim, um substituto do monopólio público da educação garantindo os privilégios de que as classes mais abastadas têm se utilizado para se perpetuar.

[...] O mercado funciona como uma estratégia de classe, ao criar um mecanismo que pode ser explorado pelas classes médias como uma estratégia de reprodução em sua busca de uma situação de vantagem relativa (BALL, in GENTILI, 1995, p.225).

Com estes dois autores, encerra-se esta primeira parte que tenta, sinteticamente, mostrar como ocorre uma reconfiguração das escolas ao sofrerem uma paulatina inserção de uma ideologia de mercado, por exemplo, na forma de projetos políticos de Estado como os da escolha dos pais, demonstrado por Ball. Evidenciam-se dois aspectos que, a título de uma conclusão preliminar, devem ser destacados: o primeiro é a influência do Governo e do Estado na promoção do mercado como um regulador mais eficiente para a educação; e o segundo, o interesse ideológico de classe, renovando a idéia da importância dos confrontos políticos e de classe por um determinado espaço no campo social.

Quanto à segunda idéia lançada anteriormente, Gentili (1995) expõe argumentos sobre como ocorre uma reforma cultural comandada pelo neoliberalismo no sentido de uma crítica à lógica que até agora tem sido o alicerce da escola pública. Segundo ele, o projeto neoliberal tem como um de seus aspectos mais importantes não o enfraquecimento do Estado que o distancia do controle de certos setores (como a educação), mas a recriação de um Estado mais violento para um melhor controle social.

O quadro de que Gentili se vale para mostrar como isso se dá é o de uma crise Pós-fordista e de Estado do Bem-estar Social, aos quais os neoliberais oferecem eufemisticamente um governo e Estado Mínimo.

[...] Este exercício de força (que reconhece antecedentes no estado de vigilância e seguridade também idiossincráticos do regime de acumulação

fordista) assume uma nova fisionomia orientada a garantir uma — também nova — estabilidade política e ideológica. O Estado neoliberal pós-fordista é um Estado forte, assim como são fortes seus governos 'mínimos' (GENTILI, 1995, p.237).

O que interessa, exatamente, é o processo de desvinculação da idéia de direito à educação escolar a partir não só da política de privatização apresentada por uma descentralização autoritária, mas, também, de uma estratégia de despolitização da educação (reforma cultural).

A presente ofensiva neoliberal precisa ser vista não apenas como uma luta em torno da distribuição de recursos materiais e econômicos (que é), nem como uma luta entre visões alternativas de sociedade (que também é), mas sobretudo como uma luta para criar as próprias categorias, noções e termos através dos quais se pode definir a sociedade e o mundo. Nesta perspectiva, não se trata somente de denunciar as distorções e falsidades do pensamento neoliberal, tarefa de uma crítica tradicional da ideologia (ainda que válida e necessária), mas de identificar e tornar visível o processo pelo qual o discurso neoliberal produz e cria uma 'realidade' que acaba por tornar possível a possibilidade de pensar outra (SILVA, apud GENTILI, 1995, p.245).

Para Gentili, o discurso da qualidade e o discurso dominante de articulação do universo educacional e do universo do trabalho são as duas estratégias discursivas que têm contribuído para o avanço daquele projeto.

A qualidade, entendida pelos neoconservadores e neoliberais, é apenas um atributo potencialmente adquirível no mercado dos bens educacionais (uma propriedade)²¹. Supõe diferenciação interna no universo dos consumidores de educação.

[...] A qualidade da educação como propriedade está sujeita a tais regras e só ela, enquanto 'propriedade', pode constituir-se em algo desejável e

²¹ Conforme Gentili (1995, p.241), o conceito de propriedade no capitalismo contemporâneo também sofreu uma mudança no sentido de um “estreitamento” de sua definição: 1) a propriedade reduzida à idéia de propriedade material; 2) a propriedade como direito a excluir a outros do usufruto de algo; 3) a propriedade como direito exclusivo de usar e dispor de algo, o direito de vendê-lo ou aliená-lo; 4) a propriedade como direito a coisas (inclusive aquelas que geram alguma renda).

conquistável pelos indivíduos empreendedores. Ela se conquista no mercado e se define por sua condição de não-direito (GENTILI, 1995, p.247).

Quanto à outra estratégia, da articulação entre educação e trabalho, colocam-se duas questões:

- a) a educação de qualidade enquanto propriedade deve ser possuída para competir no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, ela pode ser possuída como meio de competir no mercado político, tornando possível, assim, o exercício de uma "**cidadania responsável**"²² (grifo do autor) "que contribua para a modernização da economia e oriente com eficiência a 'compra' das melhores ofertas eleitorais que, no mercado político, prometam realizar tal modernização" (GENTILI, 1995, p.248). Para Gentili, ambas reproduzem um modelo que põe à margem os excluídos;
- b) como o emprego e a educação são regulados pelas leis de mercado, quem for proprietário de educação terá maior opção de emprego, mesmo considerando que até para estes, a oferta muitas vezes pode ser escassa. Mas isto também é uma deficiência que só o mercado pode corrigir.

[...] A educação para o emprego pregada pelos profetas neoliberais, quando aplicada ao conjunto das maiorias excluídas, não é outra coisa senão a educação para o desemprego e a marginalidade. Reduzir e confinar cinicamente a educação a uma propriedade que só potencializa o acesso ao trabalho é nos resignarmos a sofrer uma nova forma de violência em nossas sociedades não-democráticas (GENTILI, 1995, p.249).

Daniel Suárez (In GENTILI, 1995), numa mesma perspectiva crítica de Gentili, propõe a análise do que ele chama de "discurso político-educativo neoliberal" tomando sob o aspecto de estratégia política de "reforma cultural".

Em síntese, o projeto neoliberal de despolitização da educação (como vimos em Gentili), para Suárez, começa tentando apagar da memória coletiva as noções de cidadania, bem comum, solidariedade, igualdade e direitos sociais, bem como o processo da construção social destes.

²² Conforme o fim explicado pelo autor, *cidadania responsável* é um atributo daqueles que obtiveram uma educação de qualidade. São eles que melhor saberão escolher, orientar e/ou definir os projetos políticos mais viáveis ao desenvolvimento social e econômico.

A análise do *princípio educativo da Nova Direita* leva à compreensão de como outras zonas e âmbitos educacionais e culturais são privilegiados pelos teóricos neoliberais por se tratarem de meios de alta propagação ideológica e, também, como ocorre a imposição do seu discurso e visão sobre a educação e que opera com uma dupla face: crítica e produz simultaneamente apresentando-se como um

[...] conjunto de critérios que permitem 'modernizar a educação' e 'ajustá-la às demandas colocadas pela sociedade' ou, o que dá no mesmo, pelas exigências de qualificação-disciplinamento ditadas pelo mercado de trabalho surgido de processos produtivos reconvertidos (SUÁREZ, in GENTILI, 1995, p.259).

Suárez chama a atenção que, para este projeto neoliberal, são usados outros domínios que não somente aquele da escola pública, por ser um espaço culturalmente dotado e densamente povoado, mas como instrumento estratégico deve-se contar, também, com os meios de comunicação de massa.

[...] Neste sentido, ao mesmo tempo em que 'comunicam' sem conflitos, se convertem em poderosas tecnologias de manipulação do afeto, do desejo e da cognição (SILVA, apud SUÁREZ, 1995, p.259) de amplos setores da sociedade que, por estarem total ou parcialmente marginalizados (seja material ou culturalmente) da escolarização, escapam a sua influência pedagógico-disciplinadora (SUÁREZ, in GENTILI, 1995, p.259).

Portanto, despolitizar a educação através de um processo que destitui os sujeitos da importância da história do processo de construção da instituição escolar pública, tornando esta um espaço "natural" e dotando-a de um caráter mercantil, é o projeto de reforma cultural neoliberal.

A educação como mercadoria tem como pressuposto o que foi dito acima e por consequência "benéfica", segundo os mentores neoliberais, o combate à crise escolar e a ampliação e o aprofundamento das condições de equidade e democracia.

[...] desde que não seja regulado externamente e fique entregue à sua própria legalidade, este mercado garantiria uma vasta e hierarquizada oferta de

qualidades variada e a liberdade de escolha de seus 'usuários' ou 'consumidores' (SUÁREZ, in GENTILI, 1995, p.260).

Há, ainda, a conversão de uma ética do cidadão para uma ética do mercado. O primeiro passo é uma troca de termos que durante a história foram associados às lutas por igualdade e democratização do sistema. Hoje, estes termos estão mais próximos de traduzir o significado do livre mercado e do consumo. Ou seja, seria uma redefinição do intento da educação em formar cidadãos para formar consumidores mais-que-perfeitos (SUÁREZ, in GENTILI, 1995).

Por fim, os currículos se constituem num outro cenário educacional que também faz parte da inflexão e atuação da nova direita para a concretização de seu projeto. São objetos culturais²³ pelos quais ocorre uma imposição de valores, conteúdos e conceitos tradicionalmente selecionados o que os tornam um campo privilegiado para disputas por controle político.

[...] Na medida em que a ética do livre mercado e do consumo consiga penetrar o sentido do currículo, o fundamento mesmo das práticas escolares, será transformada pela predominância das mercadorias culturais e pelas relações sociais e pedagógicas que estas determinam. Por isso, a luta por uma definição coletiva do currículo — isto é, pela democratização dos critérios de seleção, classificação, hierarquização e organização de conhecimentos e de valores a incluir no currículo — é, antes de tudo, uma luta política e ética (SUÁREZ, 1995, p.267).

Com este autor, encerra-se a última parte deste texto, que teve por objetivo discutir o projeto de reforma cultural neoliberal. Com isso, pode-se dar continuidade à conclusão preliminar a respeito da inserção do mercado na educação. Dizia, então, que se evidenciavam dois aspectos com relação ao tema. O primeiro, a influência do Estado na promoção do mercado, e o segundo, o interesse ideológico de classe na restrição de direitos. Acrescente-se a estes, agora, o fortalecimento do Estado para o controle dos meios que garantam a efetivação das políticas de privatização e liberalização (como visto em Dale) e a forma discursiva pela qual a *Nova Direita* leva adiante seu projeto.

²³ Conforme Suárez (In GENTILI, 1995, p.265) em nota, seguindo a definição de Giddens, os “objetos culturais” são “textos ou ‘artefatos’ que transcendem os contextos de estado em que incorporam formas de significados ampliadas”. E, também, “introduzem novas mediações entre a cultura, a linguagem e a comunicação”.

Como foi visto em Gentili, o fortalecimento do Estado se refere ao uso da violência em setores diferentes da sociedade, que até antes do regime pós-fordista, era considerado abuso de poder do Estado sobre os direitos do cidadão. Ao mesmo tempo, a crítica dos neoliberais ao *Welfare State* é que este, quando intervinha, o fazia sempre buscando o sentido da promoção de igualdade. Assim, isso os força a apelar para o mercado. O Estado sempre se mostrou ineficiente neste caso, pois debilitava mais o que restava das estruturas tradicionais. Em síntese, o Estado, hoje, serve para garantir a violência do mercado.

A utilização dos meios de comunicação, além do uso dos currículos como campo de criação simbólica e cultural que se traduzem nas estratégias discursivas político-educacionais, aprofunda a discussão proposta no sentido de ampliar as formas pelas quais se torna possível a regulação da educação pelo mercado.

Os argumentos desenvolvidos até aqui chegam ao final com estes quatro aspectos. A conclusão é uma só: de todos os caminhos demonstrados e pelos quais uma ideologia de mercado vai tomando forma, nenhum deles deixa de representar, também, um campo social de luta por uma ressignificação mais democrática de todos os termos, idéias e valores vítimas de uma política des-historizadora.

Tendo em vista as críticas lançadas ao Estado neoliberal e as indicações de um só tipo de educação possível nele, se faz necessário entender o Estado em sua forma local (Brasil) para depois formular a tese que irá ou não ao encontro da análise sobre a educação feita até aqui. Este será o objetivo da seção seguinte.

2 RELAÇÃO MERCADO E ESTADO EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

A análise da categoria de mercado na primeira seção leva-nos a empreender uma outra em contexto brasileiro. Isto porque, como podemos notar pela bibliografia referenciada, a orientação para o desenvolvimento do tema deu-se com base no modelo europeu de análise. Os autores citados na primeira seção e as suas abordagens a respeito das categorias *Mercado*, *Estado*, *Sociedade civil* e *Educação* nos situam em contextos nos quais tais categorias foram historicamente legitimadas na forma em que foram apreendidas e formuladas.

A idéia de contrato estabelecida por Locke, por exemplo, pressupõe a liberdade do indivíduo nas suas ações em relação à propriedade, e a responsabilidade individual em relação ao uso que faz dela em nome da coletividade. Estes dois fatores de legitimação do contrato foram observados e comentados por Marx na sua análise da *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*, na Constituição de 1793, em *A Questão Judaica*, também discutida na primeira seção deste estudo. A liberdade, como observada por Marx, significa autonomia do burguês para cuidar de seus interesses e o seu comprometimento com a lei, assim como esta lhe garante tal direito. Desta forma, a idéia de contrato materializa-se na sociedade civil por mediação do Direito e pelo respeito à Lei.

Diferente disso foi a prática colonizadora dos europeus nas Américas, com exceção do Norte. No Brasil a história burguesa se configura, como veremos, por meio da modernização que mantém aspectos pré-capitalistas. O mercado que, no exemplo europeu, consolidou-se numa esfera separada da pública e com regras próprias — mesmo que regulado pelo Estado —, no Brasil confunde-se com a esfera pública e também, até nos termos da Lei e do Direito, perde parte das características modernizadoras.

Assim, passamos a discutir como ocorrem as relações de mercado no Brasil a partir da idéia de contrato e de direitos na forma em que foram historicamente experimentados por aqui. Após, será feita uma exposição de caso, como uma tentativa de exemplificar e elucidar o processo de inserção do mercado na educação escolar.

2.1 Brasil e o Perfil das Relações de Mercado

Pensar a origem e o desenvolvimento das relações de mercado no Brasil é complicado tendo em vista aquilo que a discussão a respeito do mercado nos mostrou na primeira seção, referente a contexto Europeu. Neste Continente, as idéias introduzidas a respeito da categoria de mercado tinham como pano de fundo a secularização do Estado. Sabe-se que o poder da Igreja Católica nos Reinos do ocidente, a partir da Idade Média, motivava inúmeros conflitos internos e externos. De qualquer forma, se não explícito, pelo menos implicitamente encontramos nos textos de pensadores por volta do século XVI, formulações a respeito da constituição do poder soberano e do próprio rei ou governante, contraditórias ao que podemos chamar – tomando emprestado do uso que Marilena Chauí (2000, p.58) faz do termo empregado pelo filósofo judeu-holandês Baruch Espinosa — de *poder teológico-político*²⁴.

Quando John Locke escreve sobre a origem do poder patriarcal, procurando usá-lo para compreender o poder do monarca²⁵, pressupõe, com a idéia da legitimação desse poder pelo consenso dos indivíduos, a insuficiência de uma teoria teológica que dê sustentação a uma teocracia e, portanto, à idéia de um Estado baseado num poder teocrático.

Contudo, o processo de secularização do Estado, até a forma em que o encontramos atualmente, não se deu do mesmo modo e ao mesmo tempo por toda a Europa. Ainda no século XIX, discutia-se muito, por exemplo, na Alemanha, a questão da religião de Estado²⁶.

Um Estado laico, um governo eleito pelos indivíduos representaria também o fim do absolutismo e, assim, do monopólio sobre bens (terras, produtos e mercadorias). O Estado passaria a ter, em síntese, duas funções de acordo com as duas perspectivas que abordamos na primeira seção: a liberal e a socialista. Para a primeira, a função do Estado seria, numa concepção mais radical apenas de coibir a violência (polícia) e punir e arbitrar sobre casos de desobediência à lei (jurisprudência). Na segunda, o Estado teria, também, a função de regular o mercado por meio de políticas públicas de redistribuição de bens, com o objetivo de diminuir a desigualdade entre classes²⁷.

No Brasil, a formulação do poder teológico-político se mantém presente, com alguns elementos que passaram a caracterizá-lo externamente. Ou seja, a forma tomada aqui por este poder está bem representada na política partidária pelo patrimonialismo.

A idéia de um Estado laico significava um Estado não monopolista para alguns teóricos do liberalismo. No Brasil, o poder absolutista mantido pelo monopólio sobre bens,

²⁴ Este conceito é usado por Chauí (2000, p.58) para se referir, de forma mais sintética, às três operações divinas presentes na construção do mito fundador do Brasil: “a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a História, e a vontade de Deus, isto é, o Estado”.

²⁵ Ver primeira seção, subseção 1.1.

²⁶ Ver *A Questão Judaica* (MARX, 1991).

²⁷ A título de exemplo, ver o conceito de social-democracia, na subseção 1.2 da primeira seção.

significava, entre outras coisas, o poder da Coroa em cooptar, favorecer e manter sob seus interesses qualquer pessoa ou coisa. A idéia do patrimônio da Coroa, sustentado, como veremos a seguir, pela teoria do corpo político místico do rei e pela teoria do direito natural objetivo, se transforma na cultura da troca de favores, pelo qual o poder do governante, desde a época colonial, mantinha o caráter de tutela sobre o povo e o distanciamento dos aristocratas e burgueses mais poderosos, oferecendo, quando era de seu interesse, algum título ou cargo e, até mesmo, propriedades. É justamente a idéia de clientelismo, decorrente disso tudo, que se interpõe nas relações de mercado. Assim, junto com a idéia de contrato, o que justificaria e legitimaria um espaço de trocas em igualdade, o patrimonialismo atua como um elemento que desequilibra e, portanto, irracional em relação ao modo como aquela idéia foi apreendida na Europa.

Então, logo de início, é fundamental entendermos como o poder político patrimonial se instalou e foi um constituinte do Estado brasileiro desde a invenção do Brasil — “terra abençoada por Deus” (CHAUÍ, 2000, p.57).

Uma das primeiras formas instituinte do poder político patrimonial é a idéia do *direito natural objetivo* (CHAUÍ, 2000). Significa que existe uma ordem jurídica natural, criada por Deus, e sob esta ordem estão os homens dispostos hierarquicamente “segundo sua perfeição e seu grau de poder” (CHAUÍ, 2000, p.63). Esta idéia juntamente com a do *direito natural subjetivo*²⁸ foi utilizada pelos teólogos da Contra-Reforma para justificar o escravismo no *paraíso*.

[...] De acordo com essas teorias, o ordenamento jurídico natural, por ser uma hierarquia de perfeição e poderes desejada por Deus, indica que a Natureza é constituída por seres que naturalmente se subordinam uns aos outros. Explica-se assim que Pero Vaz de Caminha, depois de descrever a inocência dos habitantes da terra achada, se lembre de dizer que não possuem crença alguma, situando-os na escala de seres abaixo dos cristãos e sugerindo a El-Rei que “o melhor fruto, que dela se pode tirar, me parece será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza deve nela lançar” (CHAUÍ, 2000, p.64).

²⁸ “[...] A teoria do direito natural subjetivo, por sua vez, afirma que o homem, por ser dotado de razão e vontade, possui naturalmente o sentimento do bem e do mal, do certo e do errado, do justo e do injusto, e que tal sentimento é o direito natural, fundamento da sociabilidade natural, pois o homem é, por Natureza, um ser social” (CHAUÍ, 2000, p.64).

É importante frisar que a influência da Igreja Católica no Brasil se deve principalmente aos jesuítas que aqui desembarcaram, com o objetivo de catequizar os nativos e expandir os valores oriundos da Contra-Reforma. Assim, foram incorporados os preceitos morais do catolicismo, que não só teriam sido difundidos pelos primeiros colonizadores, mas se perpetuariam pelo sentido educativo dado pelos jesuítas. Compreende-se nisso como a ética centrada na “realização de obras generosas pelos homens e com fins de levá-los ao céu” passou a ser determinante na cultura de um povo. A isso se associa o sentimento de culpa introjetado pela idéia de “pecado original”, que, disseminado pelos primeiros cristãos, torna-se um instrumento de controle para a Igreja. Diante disso, a idéia de caridade aparece como uma forma de atenuar tal “peso de consciência”. O contrabalanço exercido pelo sentimento de culpa propositado pela caridade caracteriza uma ética que espelha uma prática econômica não totalmente conformada ao sistema capitalista. Ou seja, a caridade pressupõe a idéia de que a salvação está em Deus, independentemente de outros fatores. Ao contrário, a ética protestante da “salvação pelas obras contribuiu para tornar a pobreza mais suspeita ainda e endurecer os critérios de acesso aos socorros” (CASTEL, in MEKSENAS, 2002, p.109). Isto é, o puritanismo estabeleceu que os lucros advindos do trabalho são a manifestação da graça da salvação dada por Deus. A idéia da predestinação aparece como meio de justificar que uns têm mais que outros. Aqui encontramos uma ética que se conforma totalmente ao capitalismo voltado ao seu auto-investimento pelo lucro²⁹. Portanto, nas relações de mercado pensadas numa cultura e economia como a brasileira deve-se considerar a influência de uma ética caritativa na sua delimitação.

Sabe-se que a Monarquia Absoluta surgiu atrelada a essa questão e se estabeleceu juntamente com a expansão ultramarina e a formação de impérios coloniais. Assim, Portugal, lançando-se na expansão ultramarina na colonização de outras terras, se utiliza de instrumentos como o *direito divino do rei* (CHAUÍ, 2000). Este último é a teoria pela qual os estamentos surgidos com a burocracia são limitados em poder diante da lei — por ser divina — e do rei — por ser o único representante. Essa teoria, como diz Chauí, só poderá ser entendida plenamente quando a entrelaçarmos com a teoria do *direito natural objetivo*. Pois esta

[...] oferece o fundamento para uma concepção teocrática do poder político, isto é, uma concepção que afirma que o poder político vem diretamente de Deus. (Teocracia é uma palavra vinda do grego e se compõe de dois

²⁹ Ver Max Weber (1999): *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

vocábulos gregos: théos, deus e krató, poder, comando. Um regime no qual o poder pertence a deus ou emana diretamente da vontade de deus é um regime teocrático) (CHAUÍ, 2000, p.82).

Ao explicar de onde provém a formulação desse poder teocrático, a autora conclui a idéia que acaba implicando no seguinte: “[...] o governante não representa os governados, mas representa Deus, origem transcendente de todo poder” (CHAUÍ, 2000, p.83).

O patrimonialismo surge com a teoria do corpo político místico. A terra é o patrimônio simbolizado pelo anel que o rei recebe em sua coroação.

[...] A concepção patrimonial se ajusta perfeitamente à idéia de monopólio exclusivo da coroa sobre os produtos do território metropolitano e colonial, monopólio que é um dos pilares da monarquia absolutista do período mercantilista (CHAUÍ, 2000, p.83).

Portanto, temos duas idéias fundadoras do poder político patrimonial no Brasil: a idéia do poder de distribuição de favores (desde sempre representada pela distribuição de sesmarias e pelas capitânicas hereditárias) e a idéia do poder natural da coroa proveniente da teoria do direito natural objetivo.

Deve-se observar que as duas idéias expostas acima decorrem, ou melhor, só se tornaram realizáveis, por causa de um poder centralizado, absoluto, e que, por isso, detinha o monopólio dos produtos comercializados dentro e fora de seus domínios.

No Brasil, ao lado de uma ética católica, o sistema de poder centralizado foi determinante nas relações de mercado desenvolvidas tanto na Metrópole quanto na Colônia. Como na Europa o controle da monarquia sobre o comércio e os produtos era nada mais nada menos do que a garantia dos privilégios da aristocracia, que já não podia suportar os levantes camponeses, aqui a idéia de um poder absoluto resguardado pela teoria teológica, sem os incômodos apresentados às elites européias, não podia ser mais fácil de ser empregada. Então, esses dois fatores coexistiam e foram responsáveis pelo amadurecimento deturpado do mercado em terras brasileiras.

Por outro lado, foi por meio do direito romano e da burocracia dos funcionários (burguesia) que a monarquia deu início à introdução da idéia de direito à propriedade, desde que não entrasse em contradição com o interesse público — do rei.

[...] a monarquia absoluta passou a invocar a tese do jurista Ulpiniano, segundo a qual “o que apraz ao rei tem força de lei”, e a tese complementar, de acordo com a qual, sendo o rei origem da lei, não pode ser submetido a ela e por isso é *legibus solutus* (donde o regime ser denominado monarquia absoluta). Ora, estando acima da lei e não estando obrigado por ela, o rei não pode ser julgado por ninguém, é a *nemine judicatur* (CHAUÍ, 2000, p.81).

Os estamentos³⁰ — clero, nobreza e burguesia — responsáveis pelo funcionamento do sistema civil e fiscal, uma vez que o monarca estava protegido pela teoria do direito divino do rei, só não usavam o poder que detinham por meio de cargos, conseguidos por compra ou “apadrinhamento”, contra o rei, pois no que tange à colônia e ao povo, o jogo de interesses entre esses estamentos permeava a antiga estrutura feudal. Daí que “as classes sociais (senhores de terra e escravos) operam no plano econômico da produção e do comércio, mas os estamentos mandam” (CHAUÍ, 2000, p.84). Desta forma, podemos dizer como e por que o mercado no Brasil não opera livre de regulação e, sim, por meio de interesses que submetem as próprias leis. Como a terra é propriedade da Coroa e esta que a distribui em forma de favor, o direito romano introduzido aqui, para legitimar a idéia de propriedade, só serviu, na verdade, para legitimar a terra como propriedade da Coroa. É a partir deste contexto que persistirão as idéias de favor, clientela e tutela como forma de mediação entre o poder público e a sociedade civil.

Mesmo salientando a imbricação do público e do privado no Brasil-Colônia “que inventa sua própria ação nos meandros, intervalos e silêncios do aparato legal e jurídico” (CHAUÍ, 2000, p.85), causada, na prática, pelo distanciamento desses dispositivos jurídicos ou legais da metrópole, a autora não deixa passar despercebido o que, segundo ela,

[...] se passa no imaginário político. Pelo contrário, ela³¹ reforça a imagem de um poder percebido como transcendente, mas que, distante, também aparece como um lugar vicário e, como tal, preenchido pelas múltiplas redes de mando e privilégio locais, cada uma delas imitando e reproduzindo os dois princípios da sacração do poder: a vontade do senhor como lei acima

³⁰ “[...] O estamento, como lembra Faoro, é um grupo fechado de pessoas cuja elevação se calca na desigualdade social e que busca conquistar vantagens materiais e espirituais exclusivas, assegurando privilégios, mandando, dirigindo, orientando, definindo usos, costumes e maneiras, convenções sociais e morais que promovem a distinção social e o poderio político. Um estamento define um estilo completo de vida” (CHAUÍ, 2000, p.82).

³¹ A autora (2000, p.85) está se referindo a uma dualidade produzida pelos conflitos entre os estamentos: “[...] de um lado, a centralização monárquica e o monarca por direito divino aparecem como o único pólo capaz de conferir alguma unidade aos interesses das classes abastadas e aos privilégios dos estamentos; de outro, a referência metropolitana parece ineficaz e inoperante diante da realidade social fragmentada, costurada apenas com os fios de decretos, alvarás e ordenações emanadas da Coroa”.

das leis e o direito natural ao poder, segundo a hierarquia do direito natural objetivo (CHAUI, 2000, p.85).

Como podemos notar, as mesmas formas de relação entre os estamentos e a Coroa são transplantadas na Colônia, agora entre estamentos e entre estes e as classes.

Para nos aprofundarmos um pouco mais sobre a idéia do poder patrimonial, é bom seguirmos José de Souza Martins (1994) que nota, entre outras coisas, que o centro dinâmico das mudanças políticas brasileiras está nas contradições e debilidades introduzidas pela modernização oligárquica.

O autor, em sua análise, mostra como a política, com base na troca de favores, torna irrelevante a distinção entre o público e o privado e como está encoberta por uma modernidade contratual. Para isso, Martins busca na história da tradição oligárquica a construção dos mecanismos de poder e das instituições que permanecem e que confundem o público e o privado para analisar a questão da corrupção na atualidade.

No Brasil colonial havia uma personificação do público pelo privado onde os homens *bons* administravam as vilas e os municípios sob a concessão do rei que delegava a eles parte de sua autoridade (MARTINS, 1994). Esses homens que faziam parte da unidade fiscal (a família extensa) eram os mesmos a formarem o que se chamava *cabos dos moradores dos bairros* e que, no século XVIII, passariam para *capitães de ordenanças* (uma evolução da estrutura administrativa da época) (id.). Essa evolução explica, com a criação da guarda nacional, na Regência de Feijó, após a abdicação de Dom Pedro I, o entrelaçamento do poder central e a tradição oligárquica e patrimonial (id.).

[...] O que fora originalmente instrumento político do município e, portanto, dos senhores de escravos e de terras, sobretudo nos séculos XVI e XVII, tornara-se instrumento direto de expressão do poder absoluto da coroa a partir do século XVIII. Com a Independência, esse poder acrescido e organizado politicamente pelo absolutismo no período colonial, retornou ao controle dos potentados rurais e locais. Eles se tornaram os guardiões do estado nacional nascente e, portanto, a fonte de legitimidade política do novo país (MARTINS, 1994, p.27).

Martins (1994, p.28) também mostra que a concessão gradativa do direito ao voto como temos nos dias atuais, “[obedece], na verdade, a critérios de ampliação do poder dessas oligarquias mediadoras entre os excluídos e o Estado”. Em sua origem, o direito ao voto era

dado a grupos sociais que tinham como excluídos as mulheres, os escravos e os mendigos. Também, o patrimônio determinava a amplitude desse direito, ou seja, os mais ricos votavam em todas as eleições, enquanto que os menos ricos votavam apenas nas eleições municipais, o que fazia desta

[...] o lugar de mais completa participação política da minoria a quem se reconheciam direitos políticos, pois era onde estava o mais completo colégio eleitoral, dos eleitores mais ricos aos eleitores com reduzido patrimônio (MARTINS, 1994, p.27).

E, portanto, era graças à relação clientelista entre as oligarquias e o povo que tal direito se tornava possível. Assim, temos, conforme Martins, um poder de duas faces (militares e oligarquias), central e local, que até a história recente, vinham se revezando nesse espaço, atravessados por divergências e acordos tácitos.

Até aqui está clara, conforme o autor, a influência do poder patrimonial na política brasileira ainda nos dias atuais. Contudo, Martins prossegue discutindo sobre o clientelismo. Para ele, o clientelismo consiste numa relação não só entre pobres e ricos, mas, principalmente, uma relação entre os poderosos e os ricos. Daí que se estabelece uma relação de trocas de favores entre a burguesia e o Estado que fica, sobretudo, exemplificada com o governo de Getúlio Vargas e na ditadura militar de 1964-1984.

[...] O Governo Vargas parece ter sido, do começo ao fim, um suceder de jogos políticos executados com maestria e competência. Porém, marcado por inúmeras incertezas. Isso talvez explique por que Vargas estabeleceu com os “coronéis” sertanejos uma espécie de pacto político tácito. Em decorrência, o governo não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico, embora, ao mesmo tempo, regulamentasse e melhorasse substancialmente as condições de vida dos trabalhadores urbanos. Com isso, manteve nas zonas rurais e nas cidades interioranas do país uma enorme força eleitoral conservadora, que se tornou o fiel da balança da política brasileira. Força eleitoral, porém, que se realimenta continuamente do clientelismo político e, portanto, das relações institucionais corruptoras (MARTINS, 1994, p.32).

Martins salienta, ainda, que a disseminação das práticas clientelistas e patrimoniais passa por mecanismos de poder patrimonial presentes na mídia que alcançam grande parte da

população mais pobre das grandes cidades e no próprio uso dos bens públicos para interesses privados.

Podemos dizer junto com o autor que tais mecanismos tradicionais de tutela estão incorporados em instituições modernas e que nelas se encontra a revitalização de tais práticas clientelistas.

[...] Os políticos modernos e modernizadores, que melhor expressam a mentalidade urbana e a idéia do vínculo político racional entre o governante e os governados, não têm acesso ao poder se não fazem amplas concessões à mentalidade clientelista do eleitorado, e ao controle que têm dos votos os que tratam o eleitorado como se fosse um rebanho político (MARTINS, 1994, p.49).

As reflexões contidas em Chauí e Martins mostram como é difícil no Brasil estabelecer a distinção entre público e privado devido à permanência de elementos tradicionais na história das suas instituições, somada, ainda, às contradições trazidas pela modernização. Para Martins (1994, p.22), a distinção entre público e privado é “uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa”, ou seja, “[...] o que era patrimônio do rei e da coroa e o que era patrimônio dos municípios, isto é, do povo” (id., *ibid.*).

É importante entrelaçarmos algumas idéias contidas na primeira seção com as idéias presentes nos dois últimos pensadores — Chauí e Martins.

Parece-me que, frente a Hegel e a Marx, é oportuno levantar alguns pontos de reflexão ou, melhor dizendo, algumas explicações mais abrangentes. De tudo o que foi discutido, Hegel deixou claro que a sociedade civil, em sua concepção, é atravessada pelo amálgama de interesses e de diferentes atividades que têm como fim o seu desenvolvimento na forma do Estado³². Quero dizer: o Estado, na concepção de Hegel, não se opõe à sociedade civil, mas, sim, se realiza como universal, como o devir da sociedade civil, que sai de seus momentos particulares e que, ao se cruzarem, se reconhecem como partes de uma totalidade. Neste contexto filosófico, a idéia de estamentos e sua relação com o povo contida na história da passagem do feudalismo para o capitalismo emergente do Século XVII com o Mercantilismo exemplifica a disputa entre classes no período colonial brasileiro e o conseqüente

³² Refiro-me ao que está escrito na primeira seção sobre o sistema de carências, a jurisprudência e as corporações.

desenvolvimento da monarquia absoluta como forma reguladora dessas disputas. Diferente do que preconizou Hegel (somente nesse sentido) é que surge o Estado no Brasil. Isto é, aqui, o Estado se constitui não como devir da sociedade civil, pois aparece pairando sobre ela e se utilizando dela para sua própria existência. Os estamentos estariam concorrendo para se aproximar e até fazer parte e deter o poder. Isso por causa da oferta de riquezas que a Coroa colocava em jogo. Com estes últimos dados, podemos pensar com Marx a separação entre o Estado e a sociedade civil. Chauí, ao mostrar como a teoria do corpo místico do rei entrelaçada com a teoria do direito natural objetivo possibilitou a manutenção do distanciamento entre a monarquia e os estamentos — isto é, o Estado e parte da sociedade civil —, conduziu uma interpretação marxista da separação entre o público e o privado, embora nisso tudo não se descarta a compreensão hegeliana da relação entre essas duas esferas.

Portanto, resta-nos optar pelos dois modos de pensar o Brasil. Na sua constituição como Estado e nação, pensar no mercado é pensar no seu envolvimento com a cultura colonial e a política patrimonial. É certo pensar que a relação entre os estamentos e o povo preparava o terreno para a concepção das relações contratuais entre os indivíduos, principalmente pela classe burguesa emergente cooptada pela Coroa?³³ Se os interesses não tivessem sido influenciados por cargos e títulos aristocráticos, o desenvolvimento do sistema de comércio de produtos teria um outro sentido. Nesse ponto é que o Estado brasileiro diferencia-se dos Estados europeus na análise marxista. No Brasil a aristocracia se manteve muito tempo no poder e isto decorre das lutas empreendidas pela sua preservação e está representada pelo patrimonialismo herdado pelas oligarquias conforme Martins (1994). Se Karl Marx disse que o Estado é burguês, no Brasil isso só foi possível conceber de modo relativo.

2.2 Mercado e Sociedade Civil

A seguir, esta reflexão incide em três autores segundo os quais a sociedade civil — representada num primeiro momento pelo empresariado, após pelos sindicatos e, finalmente, pelas instituições religiosas — prepara o campo social para a abertura do espaço público e político com base nas noções de direito e cidadania e, contraditoriamente, acaba sendo

³³ De forma geral, a idéia de direito como disciplina reguladora dos indivíduos, expressa em Locke, Hegel e Marx, se aplica a todas as esferas da vida, sendo concebida como um sistema autônomo. A idéia do direito romano introduzido no Brasil colonial é que isentava o rei da regulação e deixou marcas profundas na história política do Brasil.

corroída pela lógica do mercado, não só por associação de ideais e práticas presentes em representações da sociedade civil e nas políticas neoliberais, como também pela distorção e ênfase dada a algumas idéias.

Ao se fazer referência à lógica de mercado, deve-se esclarecer que, no Brasil — de acordo com o que foi mostrado — a idéia opera mais como uma tentativa de se estabelecer o mercado baseado nas relações de direitos e contratos em face de um patrimonialismo adjacente à ideologia liberal. Ou seja, no Brasil podemos dizer que se concretiza como *quase-mercado*³⁴ ou, melhor dizendo, uma metáfora que no discurso se concretiza como um modelo real de atenuação das desigualdades. Como diria Nozick (In KRISCHKE, 1993), o mercado, no mínimo, nem teria qualquer implicação nas atitudes dos indivíduos em relação a suas propriedades. Portanto, numa primeira análise, em se tratando de Brasil, temos em várias frentes da sociedade civil e do Estado (partidos, empresas, movimentos sociais, ONGs, etc.) um discurso liberal que faz apologias ao mercado sem, no entanto, consistir numa prática.

Desse ponto de vista é que os argumentos dos autores a seguir serão incorporados nesta reflexão. A idéia de mercado no Brasil não faz sentido sem algumas discussões acerca da participação de entidades civis no cenário público-político. Entendo que a cultura patrimonialista presente no Estado, conforme analisado em Martins (1994), acaba tomando dimensões tais que alcançam os objetivos de instituições civis e neles se incorpora. Se falarmos das instituições religiosas, então, seria como se tal patrimonialismo fosse um revérbero em relação à sua origem. Quero dizer que por conta da nossa história colonial e patrimonial as diversas relações sociais como a política, a religiosa, a de classe aparecem amalgamadas na idéia de mercado. Emblemático a essa questão é o conceito de cidadania que traz em si diferentes formulações no decorrer da história moderna e de acordo com as mudanças políticas e econômicas³⁵.

Quanto a esse tema, podemos observar a sua importância na análise das relações de mercado no Brasil, uma vez que dele, vários segmentos sociais se utilizam, como forma de legitimar seus discursos e práticas.

³⁴ Uso a expressão de Dale comentada na primeira seção.

³⁵ Resultado do Iluminismo e das revoluções burguesas, “[...] o conceito simboliza a igualdade jurídica entre os indivíduos e o fim dos privilégios legados pelo Absolutismo com a subordinação do governo à soberania popular” (MEKSENAS, 2002, p.21). No Brasil, conforme Paoli (Apud MEKSENAS, 2002), podemos destacar três construções diferentes, mas relacionadas: 1) na ordem jurídica do Estado nacional do século XIX, cidadão era o senhor proprietário; 2) no Estado Novo inclui-se na noção de cidadania a classe trabalhadora, mas relacionamente, isto é, diz respeito aos deveres do cidadão para com o Estado e este, no caso, é o doador dos direitos; 3) nas décadas de 1970/1980 os movimentos sociais reivindicavam “o direito de produzir e assumir um espaço cultural próprio, visando à transformação da esfera pública regulada pelo poder central” (PAOLI, apud MEKSENAS, 2002, p.23).

Trata-se, então, de saber quem são os cidadãos num contexto de ações diversificadas de diferentes grupos sociais. Em Paoli (2002), veremos que a cidadania como uma noção democrática advinda dos movimentos sociais transmuta-se em parte e revela-se como uma demanda por responsabilidade social dirigida ao indivíduo, instituição ou empresa. No caso da análise de Paoli, por ser voltada ao empresariado, estes seriam os cidadãos em voga.

Da mesma forma, encontraremos indícios resultantes desse tema em Tumolo (2002) e Montes (1998). No primeiro, os sindicatos assumem a responsabilidade social do Estado na formação técnica dos trabalhadores passando por mudanças políticas em seu interior. Assim, eles passam a ganhar também um status de cidadania. Em Montes (1998), a idéia de cidadania pode ser analisada no processo de constituição da ampliação do *mercado dos bens da salvação*. Nisso temos a noção de cidadania representada pela busca de afirmação de uma religiosidade em face de outra.

Na forma como as idéias dos autores citados estão expostas aqui, procurarei mostrar a dificuldade de se pensar uma lógica de mercado na educação, tendo em vista a não existência de um mercado constituído como um espaço de trocas em igualdade de condições; um espaço constituído também por direitos capazes de gerir as partes contratantes como resultado, também, de uma política reguladora de Estado. Nestes termos e pensando na análise empreendida sobre as idéias desenvolvidas a seguir é que, de antemão, pergunto que efeito pode ter a lógica de mercado — na forma como foi apreendida no Brasil — na educação escolar. Vê-se que a concepção de mercado está carregada de idéias, conceitos, termos e até práticas das várias relações sociais. A educação escolar no Brasil tem sua trajetória marcada por conflitos (entre progressistas e católicos); somada a isto, a idéia de mercado poderá dar outros contornos a esta história. Aumentando a complexidade e a perplexidade diante de tal contexto, podemos falar numa cidadania dirigida ao direito à educação de qualidade e gratuita para todos e uma cidadania dirigida ao direito de se poder *manter* uma educação de qualidade ou apenas o direito de *manter* algum tipo de educação. Diante de tudo isso, vamos agora discutir as idéias expostas acima mais precisamente.

Paoli (2002) expõe, de início, o deslocamento do ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social de uma sociedade civil incrustada de imposições econômicas, heranças culturais e interesses particulares, surgida recentemente.

[...] A palavra “cidadania”, circulando como linguagem conotativa de civilidade e integração social, e portanto aparecendo como uma alternativa

de segurança e ordem incapaz de ser fornecida pelos tradicionais modos autoritários e policiais de agir e de pensar sobre estes problemas, gerou na opinião pública uma demanda por responsabilidade apenas secundária dirigida ao governo. De fato, esta demanda foi capturada através do apelo ao ativismo social voluntário da população, e a palavra “solidariedade” tornou-se, no senso comum, a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa, um quase sinônimo de cidadania (PAOLI, 2002, p.377).

Essa tendência político-social marcada por esse ativismo civil, voltada para a solidariedade, tem como elemento inovador o empresariado que entra no jogo através da ilusão das elites de se julgarem politicamente auto-suficientes (PAOLI, 2002).

A legitimação da filantropia empresarial se dá no discurso construído em cima da *terceira via*, ou seja, esta seria a opção entre o público — marcado pela ação do Estado — e o privado — marcado pela sociedade civil não-organizada. Recriada por Bresser Pereira com a noção de *Público Não-estatal*,³⁶ essa versão brasileira do inglês, deixa de lado os dois caminhos pelos quais se deu a construção da cidadania no Brasil. A primeira das experiências é marcada pelo Estado interventor que regulava as relações de contrato e que chegava aos trabalhadores como direitos sociais e a outra, é marcada por um renovado movimento sindical que

[...] pela primeira vez na história moderna do Brasil encaminhou os direitos e benefícios sociais para outro patamar, o de uma cidadania ativa que, além de sua identidade de classe, tendeu a construir uma outra medida para a célebre extrema desigualdade social brasileira (PAOLI, 2002, p.383).

A proposta de um *terceiro setor* vem impregnada com a idéia de que, estando representado por ONGs, estas sabem administrar os gastos com serviços sociais melhor que o Estado. Outra idéia é a da potencialidade dos consumidores individuais para escolher entre os serviços sociais aqueles de melhor qualidade e que podem ser chamados à responsabilidade social³⁷ (PAOLI, 2002).

³⁶ Para fomentar essa discussão, pode-se pensar a *terceira via*, ao contrário de Bresser Pereira (In PAOLI, 2002), como a ação do privado (instituições não-estatais, mais particularmente, empresas e ONGs) que se caracterizam pelo investimento financeiro em projetos sociais recriando o espaço público.

³⁷ Por *responsabilidade social* entende-se o movimento do espaço privado (empresas) para o espaço público, através de investimentos sociais, optando pela linguagem da cidadania e, desta forma, pela consciência da responsabilidade em relação ao contexto social.

Para Paoli, dois processos são importantes de se destacar para que se entendam os alcances e os limites da filantropia empresarial. O primeiro se refere a uma redução de políticas públicas voltadas para a promoção das garantias sociais. Esta tem suas bases estabelecidas pelo Consenso de Washington na década de 1990, em que a aceitação das suas linhas econômicas enunciadas pelo governo brasileiro provocou uma

[...] visível diminuição do interesse e da capacidade estatal de regulação e um encolhimento dramático do gasto público, em um cenário de aumento da dependência da economia brasileira aos movimentos financeiros internacionais de um capital globalizado imprevisível em suas investidas especulativas, o que deixou claro o tamanho da vulnerabilidade externa da economia do país (PAOLI, 2002, p. 387).

Já nesse processo, podem-se vislumbrar os primeiros efeitos de uma reformulação do contrato social, onde o chamado *terceiro setor*, juntamente com a filantropia empresarial, irá pouco a pouco tomar um espaço, no que diz respeito a uma responsabilidade social, até então pertencente ao Estado (PAOLI, 2002).

[...] Francisco de Oliveira (1999) chamou este processo de “privatização do público e publicização do privado”, o que supõe, além das alianças ainda abertas à disputa, uma verdadeira promiscuidade entre o governo e parte das elites, através da qual esta se auto-investe do monopólio de dizer o que as relações mercantis significam (PAOLI, 2002, p.388).

Aí aparece o segundo processo descrito por Paoli como ativismo social voluntário do setor privado e das ONGs. Essas experiências estão, para a autora, atravessadas pela racionalidade empresarial do *marketing* e dentro do contexto desregulado do mercado.

[...] Certamente os resultados são tão bons, que pesquisas de respeitado órgão governamental mostram que, na região mais rica do país, 65% das multinacionais aí instaladas (e 37% das nacionais) admitem claramente que empreendem ações sociais para promover a imagem da empresa, e organizações sociais que coordenam estas ações insistem na motivação da boa imagem para chamar as empresas à responsabilidade social (PELIANO, apud PAOLI, 2002, p.395-396). Não custa mencionar que nos casos nos

quais o empresário não opta por organizar uma entidade específica para o trabalho social (fundações ou institutos) este é alocado nos departamentos de marketing da empresa (PAOLI, 2002, p.395-396).

Para o que nos interessa especificamente é importante destacar quatro pontos seguindo a autora para a compreensão geral do processo de inserção do mercado pela filantropia empresarial nos espaços onde há o conflito público-político. O primeiro diz respeito “à substituição da idéia de deliberação participativa ampliada sobre os bens públicos pela noção de gestão eficaz de recursos sociais” (PAOLI, 2002, p.404).

Referindo-se a sujeitos sociais que começaram a aparecer a partir da década de 1970, através dos novos movimentos sociais, introduzindo modificação em quase todos os âmbitos da cultura política brasileira, as práticas de deliberação participativa inerentes aos movimentos sociais, gerando em torno da *cidadania* e dos *direitos* mudança de forma, passam a organizações públicas não-estatais, devido — como diz a autora (2002, p.405) — à “desmobilização social e política gerada pelos efeitos do modelo neoliberal”.

O efeito principal foi a profissionalização dessas instituições, agora responsáveis pela mediação das demandas populares aos bens públicos, no sentido de desenvolver projetos e procedimentos, produzir diagnóstico social e político, e localizar e propor temas e espaços de atuação sobre as carências sociais do país (PAOLI, 2002).

Outro ponto diz respeito ao investimento social das empresas que buscam entrar no campo da deliberação ampliada através da diluição das fronteiras do conflito público-político pela distribuição social dos bens públicos, utilizando a linguagem da cidadania, como uma forma de demonstrar consciência da responsabilidade em relação ao contexto social e uma postura crítica à ineficiência burocrática Estatal.

[...] Em um duplo movimento para fora de si mesma, a “empresa-cidadã” realiza eficientemente sua beneficência localizada e produz, para o espaço público da opinião e para o espaço privado de seus pares, a perspectiva de uma presença ampliada, legítima, do próprio poder social do capital. Como disse exemplarmente um dirigente empresarial, “a empresa e a comunidade devem ser a mesma coisa” (PAOLI, 2002, p.407).

O terceiro ponto diz respeito à dupla face da empresa: uma entidade constituída por um conjunto de relações mercantis e não mercantis. Isto é, estas últimas passam a encobrir as relações entre empregado e empregador. E, por último, a idéia passada à opinião pública da

ineficiência das políticas públicas do Estado e, em relação a isto, a filantropia empresarial como a possibilidade de se reverter as condições sociais geradas pela crise nas instituições prestadoras de serviços e atendimento públicas.

Por meio da racionalidade instrumental da gestão mercantil, conforme Paoli, a filantropia empresarial administra um novo mercado agora baseado em força de trabalho não-paga — o voluntariado. Nesse processo a empresa, com o voluntariado, multiplica os seus recursos doados. Num segundo momento, juntam-se as contribuições financeiras da classe média com as contribuições públicas que “vão parar nos programas sociais das empresas” (PAOLI, 2002, p.408). Temos, então, a face mercantil da solidariedade empresarial que se desfaz ou se desagrega da imagem simplesmente caritativa para também mostrar a eficiência de uma administração privada dos bens públicos. Esta ambigüidade notada pela autora também faz aparecer outro aspecto importante de se desenvolver neste item. Tem relação com o que foi destacado anteriormente e que diz respeito à inserção do mercado baseado em princípios liberais no Brasil e os efeitos deturpados que se sucedem. Esse processo, no que tange à filantropia empresarial, não ocorre diferente do Estado como mostrado por Martins (1994). Pode-se observar que a tentativa do empresariado em estabelecer os contornos de um mercado não regulado e ao mesmo tempo regulador (em outros termos, administrador) dos bens públicos passa pela autonomia das elites em se julgarem competentes para tal ação. Paoli (2002) nos confirma essa tese ao sustentar a idéia de que “o sujeito cidadão autonomizado e diferenciado pela consciência e práticas cidadãs de ter direitos”, surgido nas décadas de 1970/1980 é o modelo ideal de conexão entre interesses do Estado e da sociedade civil e que se constitui num ativismo político pela justiça social. Contrária é essa noção de cidadania que muda de sujeitos de direitos para “receptores de favores e generosidades” (PAOLI, 2002, p.413). Portanto, tal empresariado recai numa cultura de tutela das minorias, dos mais pobres, dos menos capazes, etc.

Após esse quadro apresentado sinteticamente, onde a solidariedade se torna matéria-prima do capital, ou seja, foi apropriada pelas indústrias em busca de um novo mercado, vamos, agora, nos ater à sociedade civil organizada aqui representada pelos sindicatos. Para isso, iremos buscar em Paulo Sérgio Tumolo (que analisa a evolução da formação sindical da Central Única dos Trabalhadores — CUT) os elementos que nos são necessários para o trabalho proposto.

Conforme Tumolo, o movimento sindical — forma de organização que visa à união dos trabalhadores pela luta de direitos — desde os anarco-sindicalistas, no início do século, passando pelos comunistas, a partir de 1922 até o pós 64, por volta de 1980, tinha como uma

de suas preocupações e dentre suas linhas de ação, a educação ou formação sindical dos trabalhadores “voltada para a integração política de seus quadros, procurando formar novos militantes através de cursos e periódicos” (TUMOLO, 2002, p.138), como queriam, por exemplo, os comunistas.

A CUT começa a pensar numa formação sindical entre 1984 e 1986, apesar de documentos oficiais informarem 1987 como o ano inicial dessa atividade. De qualquer forma, o autor busca a partir da primeira gestão (1984-1986) analisar a história desse período que marca as primeiras experiências de formação da CUT “que não está relatada e muito menos avaliada” (TUMOLO, 2002, p.141).

Durante os oito anos da Secretaria Nacional de Formação (SNF), sob a gestão de Jorge Lorenzette, ou seja, de 1986 a 1994, os *Princípios para uma Política Nacional de Formação* estavam em conformidade com a política do período inicial (1983 a 1986) que era classista e anticapitalista/socialista, embora outras práticas demonstrassem que, a partir de 1987, tratava-se

[...] mais de um elemento residual do que de uma tendência, uma vez que a formação sindical vai se transmutando na medida da mudança da estratégia política da CUT, que vai perdendo, paulatinamente, sua perspectiva classista e anticapitalista (TUMOLO, 2002, p.181).

Conforme o autor, a partir de 1994, a CUT deixa de lado os princípios que nortearam a formação sindical, que eram de certo modo combativos, para assumir uma prática negociadora e participativa, perdendo, sobretudo, o seu caráter classista.

A mudança na formação sindical cutista consolida-se na troca de uma formação teórico-básica por uma formação instrumental, ou seja, totalmente voltada para a “apreensão dos instrumentos necessários à atividade especificamente sindical” (TUMOLO, 2002, p.182). Na prática, isso é marcado pelo surgimento dos *Núcleos Temáticos* no lugar dos *programas de formação* do primeiro período (ver TUMOLO, 2002)³⁸.

Além disso, ocorre a preocupação com a responsabilidade da formação profissional, o que leva a CUT a tomar o lugar ao lado do Estado nessa atribuição.

³⁸ “Tais núcleos ‘se propõem como espaços de estudo, pesquisa, reflexão, elaboração e sistematização de conteúdos, constituídos enquanto instrumentos da PNF, que se organizam a partir de eixos temáticos-problemáticos relacionados com o projeto da CUT e sua Política Nacional de Formação’ ” (TUMOLO, 2002, p.187).

A concretização da formação profissional empreendida pela CUT se dá pela Escola-Sul. Essa Escola teve recursos emprestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES — durante sua construção e hoje ela é o principal empreendimento empresarial da CUT.

[...] Por outro lado, nesse mesmo período, a Escola-Sul se constituiu, na rede de formação cutista, como a principal referência da formação profissional e, por isso, como principal desaguadouro dos recursos oriundos do FAT e outras instituições que financiam aquela atividade. Não é por acaso que os dois grandes trabalhos nacionais de formação profissional desenvolvidos pela CUT, o projeto de formação de formadores e de conselheiros — já citados —, tiveram seu foco de elaboração e irradiação nessa Escola (TUMOLO, 2002, p.216-217).

Os fatos abordados brevemente, acima, indicam algumas brechas pelas quais são direcionados certos ajustes, necessários a algumas instituições, para que passem a se configurar à semelhança de um modelo empresarial. Tumolo deixa claro que a mudança estratégica política da CUT, para se consolidar, precisava de uma mudança no modelo de formação e, para isso, também uma mudança na estrutura física dos centros de formação. Estes aspectos confirmam o que demonstram alguns estudos abordados na primeira seção, segundo item, nesta pesquisa, sobre a inserção de uma lógica de mercado na educação.

[...] Ademais, é possível considerar que haja uma espécie de “casamento perfeito” entre a formação profissional e o complexo empresarial da Escola-Sul, pois seu projeto se constitui como espaço físico e político mais conveniente para sua efetivação (TUMOLO, 2002, p.221-222).

Tumolo, assim, conclui que, com a efetivação da formação profissional através da Escola-Sul, a CUT entra num novo tempo em que deixa transparecer a conformação da sua estratégia política com o capital.

A análise empreendida sobre o movimento sindical representado pela CUT e sua reformulação estratégica demonstrada pelas mudanças a que as atividades de formação sindical estiveram submetidas possibilita-nos tomar consciência das investidas do capital até mesmo em espaços onde pensamos estar imunes devido a contextos de luta. Isto significa que o mercado não se realiza como um espaço próprio e separado dos demais. Ele sempre está

prestes a surgir quando conflitos se traduzem em contratos para atribuir legitimidade a determinada política.

Esse processo representado pelos sindicatos, no Brasil, significa a necessidade de se constituir um mercado pautado pelos princípios que o determinaram mesmo pagando o preço do abandono das questões sociais. A questão que surge é como se opor ao poder do capital e a sua acumulação e, conseqüentemente, à sua organização no mercado, se este não se estabelece conforme uma relação de contratos e direitos e, portanto, não se constitui como uma esfera única e independente, podendo se auto-regular ou ser regulado. O exemplo da CUT é importante neste sentido, pois introduz no centro das discussões sobre a tensão Mercado-Estado, o fato de que pouco se observa que, no Brasil, vive-se entre as críticas direcionadas a políticas “neoliberais” que aparecem no discurso como uma realidade e, ao mesmo tempo, uma luta não só do Estado em implementar um mercado liberal, mas também de várias entidades civis. Neste contexto, a lógica do mercado liberal não deve ser entendida somente e, simplesmente, como uma tendência global, uma necessidade de se estar preparado para as novas formas de relações produtivas, mas, também é tomada como tentativa de romper com o patrimonialismo subjacente.

Como foi dito anteriormente, passaremos a analisar as instituições religiosas e a sua relação com o mercado no Brasil.

Maria Lúcia Montes mostra, antes de tudo, alguns episódios no panorama religioso brasileiro ocorridos em meados da década de 1990 que marcam uma reconfiguração do campo religioso e, a partir desta, uma reestruturação das instituições religiosas.

O protestantismo de massa representado pelo chamado *Pentecostalismo neoclássico* surge nos anos 50 já ocupando um espaço quando a Igreja Católica procura estagnar os conflitos internos e externos que irão desembocar na década de 1960 na forma de duas correntes: a igreja tradicional e a que optava preferencialmente pelos pobres e a qual se deixou representar, a partir da década de 1970, no Brasil, pelas comunidades eclesiais de base (MONTES, 1998).

Já aquele protestantismo de massa irá ganhar a forma atual em meados da década de 1970: o neopentecostalismo representado pelas igrejas Universal de Reino de Deus e Internacional da Graça de Deus ou Renascer em Cristo tem uma estrutura diferenciada das primeiras. Elas fazem uso dos meios de comunicação de massa — rádio e TV — e compram grandes edificações como cinemas, teatros, supermercados e galpões desativados para seus cultos (MONTES, 1998).

Outro ponto importante de se destacar diz respeito à característica peculiar deste novo protestantismo: estas são religiões autóctones. Este é o ponto fundamental do seu êxito em conseguir se apropriar daqueles fiéis que não se realizavam nas demais religiões (MONTES, 1998).

[...] Na verdade, ao fazer da “guerra espiritual” uma agressiva arma às demais religiões, ao catolicismo e em especial ao universo religioso afro-brasileiro, identificando neles a obra do demônio que impede os homens de gozar de todos benefícios que deus lhe concede no momento em que o aceitam como senhor, segundo ensina a “teologia da prosperidade”, a Igreja Universal conseguiu reapropriar em seu benefício, mas pelo avesso, um rico filão da fé já dado na tradição das religiosidades populares no Brasil (MONTES, 1998, p.92).

O aumento do número de fiéis evangélicos, no entanto, acompanhado pela expansão das religiões afro-brasileiras com início na década de 1960, isto é, uma década antes do salto quantitativo evangélico, tem um significado mais profundo se observarmos o contexto social da época.

Conforme Montes (1998), é na década de 1960 que a Igreja Católica volta-se para a esfera pública, no combate às injustiças geradas pelo processo da tomada de poder pelos militares e, por isso, abre-se um espaço para as outras religiões voltadas para a intimidade. Também, pelo fato de o regime militar se separar de setores da Igreja Católica, ocorreu a mudança na forma de concessão, que antes era dada por meio de autorização policial e que passa a ser dada por meio de registro em cartório, para abertura de centros religiosos (id.). De outra forma, o processo de expansão da industrialização e urbanização iniciada na década de 1950 e o novo modelo econômico empregado na década de 1970 pelos militares contribuirão para a impulsão do crescimento quantitativo de igrejas e centros (id.). Em síntese, é essa modernização que irá gerar, entre os menos afortunados — os despossuídos — o desespero, o desconsolo, o inconformismo e a busca de uma identidade e de conforto nas religiões não tradicionais.

Como bem observa Montes (1998), outrora, mais precisamente no período colonial, as festas religiosas — que registram a capacidade da Igreja Católica Romana em assimilar a cultura nativa — representavam o envolvimento do espaço público com o privado. Este aspecto próprio do catolicismo popular destoa das correntes católicas emergentes e das demais religiões por estas se voltarem exclusivamente ao espaço privado da vida.

Os primeiros cristãos, com o objetivo de catequizar os nativos e depois os negros que aqui chegavam, ao se defrontarem com a indiferença destes, recriaram todo um ambiente necessariamente “mágico” com o intuito de introduzi-los nos mistérios do cristianismo e da Igreja, o que se fez primeiro com a arte: “o teatro, a música, o canto, a dança e a poesia haviam se integrado ao arsenal catequético [...] Mais tarde, a forma de construção dos templos, [...]” (MONTES, 1998, p.104). Assim, “as devoções tradicionais do Reino desembarcaram no Brasil já com os jesuítas...” (id.; ibid.) e logo ganham o caráter festivo que irá marcar o catolicismo popular. Em seguida, nessa corrente, aparecem as festas civis que irão marcar a presença do poder temporal tornando-se público e político. “[...] Por outro lado, nenhum país vive impunemente sob o império da união do poder espiritual e temporal, de Igreja e Estado, por quatro séculos, sem que isso deixe na sociedade e na cultura marcas indeléveis” (MONTES, 1998, p.109).

Mais tarde, as festas religiosas — marca do catolicismo popular e do sincretismo religioso no Brasil —, nas quais as religiões afro-brasileiras se camuflavam e se integravam, se tornaram objeto a ser combatido pelo catolicismo romanizado. Estaria aí a abertura para o mercado dos bens da salvação.

[...] Com sua força integrativa, a festa traía uma perigosa zona de liminaridade, contraditoriamente perpassada pela negação e a atração, a fusão e a repulsa, a sedução e o horror, em cuja ambigüidade mesma as culturas afro-ameríndias haviam podido ao mesmo tempo transformar-se e resistir, integrar-se ao etos católico dominante e nele dissimular ou fundir outras visões de mundo, outros sistemas de crenças e práticas rituais. Era isso que, agora, para o novo catolicismo romanizado e as “elites modernizadoras”, se tornava preciso eliminar, definindo com precisão as fronteiras “entre o sagrado e o profano, o público e o privado, para que a civilização triunfasse e a Igreja pudesse firmar em outras bases o poder da fé” (MONTES, 1998, p.116).

Temos que, agora, seguindo a autora, colocar alguns pontos necessários para entendermos a relação entre o fenômeno religioso com as suas diversas representações institucionais e o mercado. Desta forma, devemos demarcar os limites de uma interpretação baseada no “[...] pressuposto metodológico possessivo que sustenta a teoria do mercado dos bens da salvação” (MONTES, 1998, p.139). Assim, a escolha de uma religião não é apenas

uma opção individual e, sim, passa a ser determinada por mudanças sociais³⁹ acompanhadas pela dinâmica cultural representada, no caso, pelo diálogo que se estabelece entre as religiões e outros sistemas de valores (id.). É a comunidade, as relações familiares, de trabalho e vizinhança, que determinarão ao indivíduo, diante da solidão e do sofrimento, a sua atividade religiosa (MONTES, 1998), fazendo com que “o sagrado volt[e] a emergir como fonte de significado para a existência humana (id., p.140).

Outro ponto se refere à laicização decorrente do processo modernizador e à dissolução das instituições que tinham por função capturar a realidade, interpretando-a para dar um sentido orientador àqueles que a elas recorriam.

Paradoxalmente, num contexto em que as determinações socioculturais sobre a vida do indivíduo se aprofundam, é numa corrente contrária e relacionada à dissolução das grandes instituições religiosas que, por outro lado, tem como efeito a expansão de ofertas no campo religioso, que os indivíduos passam a depender de si próprios na eleição dos sistemas de valores que apresentam (MONTES, 1998).

Não entraremos em detalhes aqui. Os dois tópicos destacados acima, conforme a autora, são suficientes para pensar o significado da relação entre o público e o privado num contexto de mudança no campo religioso e a relação entre a sociedade civil e o mercado, que, como vimos antes, não se constitui sem estar imbricada com elementos tradicionais, pré-capitalistas.

No primeiro caso, as festas que se traduzem na perfeita sintonia entre o divino e o profano, o público e o privado, sobrevivem ao tempo, se revestem com novos ritos e imagens, mas, como quer Montes (1998), continuam marcando o reencontro do indivíduo com sua intimidade através da projeção social que elas possibilitam e que se reflete na esfera pública, reinventando outra forma de sacralidade. No entanto, dentre as diversas formas em que o sagrado, ou melhor, o fenômeno religioso se apresenta, todas elas depõem a favor da conformação do processo modernizador com a tradição e da sociedade civil com o mercado. A expressão “mercado dos bens de salvação” nos oferece a oportunidade de pensar a verdadeira concepção de mercado no Brasil. Nela encontramos a síntese do que até agora tratávamos. Com Maria Lúcia Montes, entre outras coisas, observamos que a modernização iniciada na década de 1930, com Getúlio Vargas, e sua intensificação com os militares, nas décadas de 1960 e 1970, embora acompanhada pelo processo de laicização cada vez mais profundo do Estado, não se destituiu completamente do fenômeno religioso e apenas deslocou

³⁹ Ver em Montes (1998, p.124) como a violência transforma o cenário religioso, numa favela do Rio de Janeiro.

seu centro de atuação para os centros de interações entre indivíduos que são os atores sociais responsáveis pela reinvenção de sua fé. Se a festa, como disse Montes, é a ponte entre o público e o privado, é por ela que o processo modernizador, no aspecto religioso, volta a se impregnar com os elementos da tradição que condena. Assim, temos que, numa sociedade marcada por forte influência religiosa, mesmo caracterizada pela intervenção do Estado modernizador na sociedade civil, como forma de imposição de uma ideologia liberal, baseada em seus pressupostos clássicos, também se dilui a idéia de um mercado fundado nesta mesma matriz. Uma vez que tal fenômeno religioso deixa de configurar-se em grandes instituições para se situar no plano individual, vai encontrar no mesmo plano a ponte para sua re-institucionalização. Então, é difícil determinar em que medida é possível implementar uma ideologia de mercado livre de controle e de aspectos tradicionalizantes que ofuscam os contornos clássicos de sua apreensão.

Por outro lado, haja vista que tais elementos da tradição fundem-se com elementos modernizadores, é importante pensar neste processo o quanto, também, a modernização suplanta a tradição. Primeiro, retira para si os aspectos constituintes daquela e, depois, os introduz na sociedade com uma nova racionalidade; por exemplo, a solidariedade católica é tomada e transformada na solidariedade empresarial e, portanto, em solidariedade de mercado (como podemos notar em PAOLI, 2002).

A velha filantropia empresarial da época do início e da expansão das indústrias, na Primeira República (1889-1930), era marcada pelo patrimonialismo autoritário e nitidamente incrustada pela idéia de “favor”. Hoje, as empresas reinvestem seus recursos em projetos e programas de filantropia, só que, conforme vimos em Paoli, mais como negócio.

[...] Em primeiro lugar, como já mencionado, aparece o predomínio dos procedimentos de gestão mercantil no espaço da filantropia, que fornece um argumento de legitimidade tanto mais forte quanto mais a base de generosidade for organizada como uma empresa (PAOLI, 2002, p.394).

A essa pulverização da tradição podemos atribuir, também, a expansão das igrejas, seitas e sincretismos religiosos próprios de uma globalização reforçada pelo desenvolvimento tecnológico da mídia. Não se trata de pensar, aqui, a confluência de doutrinas religiosas tradicionais em novas seitas, mas que decorre desta expansão uma gama de ofertas do campo religioso que acabam se constituindo num grande mercado. Exemplo disto é o protestantismo implantado no Brasil e, atualmente, devido às igrejas que aqui foram erguidas, terem se

instituído como autóctones e marcado presença em outros países (MONTES, 1998). Isto evidencia uma reestruturação das instituições religiosas em moldes empresariais, e a sua abrangência no espaço social podendo ser determinada por um caráter mais ou menos econômico.

De outra maneira, podemos ver no Brasil contemporâneo o avanço da modernização até nas instituições sociais que, em sua origem, se definiam como o contraponto das relações produtivas firmadas no auto-investimento e acúmulo de capital acima da dignidade dos trabalhadores. Em Tumolo encontramos a idéia de flexibilização dos sindicatos frente às mudanças ocorridas no sistema produtivo (fábricas). Em sua análise empreendida acerca da formação da CUT, o autor (2002, p.217) mostra — ainda que alertando que se trata “de um processo muitas vezes eivado de movimentos contraditórios” — como, de 1987 a 1995, a CUT passa por uma reformulação estratégica, deixando de lado os princípios políticos mais classistas que marcaram a primeira fase (1984-1986) para se ocupar de uma formação sindical mais instrumental e dando preponderância à formação profissional.

Assim, notamos os efeitos da reforma política da CUT pela adesão à formação profissional e, como visto anteriormente, na concretização da atual fase empresarial da CUT com a Escola-Sul⁴⁰. Seria esta a face de **mercado** que se inseriu no sindicalismo?

O principal efeito modernizador, como demonstrado anteriormente — o avanço das relações de mercado em diversos âmbitos da sociedade —, parece dissolver aspectos culturais e políticos. O uso da análise das religiões e conseqüentemente daquilo que Montes (1998) chama de “mercado dos bens da salvação” e, em Tumolo (2002), o uso da análise dos sindicatos, insere-se justamente na discussão dos efeitos da modernização sobre instituições e servem como indicadores da dissolução de certos elementos mantidos pela tradição, ou podemos dizer a dissolução da própria tradição. Surge, assim, a preocupação sobre a desvinculação da educação escolar de alguns objetivos culturais em que se assenta. Daí que a presente pesquisa vem sugerir a ocorrência de tal processo na educação, não de forma isolada, mas como estando ligado a outros fatos evidenciados. Esta pesquisa, ainda, indica a necessidade de estudos empíricos, necessários à compreensão do modo como o mercado opera nos mais diversos níveis da vida social. A pretensão diz respeito, como o indicado na *Introdução*, a aprofundar por meio de estudo empírico e historicamente localizado, a análise dos elementos necessários à compreensão histórica da tríade Mercado-Estado-Educação Pública.

⁴⁰ Sobre a Escola-Sul (sede e investimentos), ver Tumolo, 2002, p. 214 a 217.

Como se pôde ver em Montes (1998) e Tumolo (2002), tanto o neopentecostalismo quanto a CUT começam a operar, em determinadas fases de suas existências, com características do mercado. As relações de mercado que aparecem nessas instituições serão novamente abordadas na terceira seção, tendo como objeto um fato novo — de inserção da lógica de mercado na educação escolar e, o que é contrastante, por meio de projeto político.

3 RELAÇÃO MERCADO E ESTADO EM CONTEXTO EMPÍRICO

Esta seção apresenta o fato que serve de base material para a hipótese construída. Assim e no contexto do enunciado, os dados empíricos são úteis por estabelecerem a abrangência, os limites e as possibilidades das categorias teóricas que fundamentam a hipótese antes apresentada. Portanto, resta-nos investigar minuciosamente, em busca de mais fatos que venham possibilitar a indicação de novos elementos nos quais Mercado e Estado, em tensão, se apresentam em um fato local de educação escolar pública.

Em 2001, a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina colocou-se à disposição para mediar a discussão que envolvia a Escola de Ensino Básico Governador Ivo Silveira, a Empresa de Transporte Coletivo JOTUR e a Prefeitura Municipal de Palhoça, a respeito da doação de parte do terreno da referida instituição escolar para a implantação de um Terminal Rodoviário Urbano, em parceria entre o município e a Empresa JOTUR. Até então, a política adotada pelo Governador era, segundo as palavras da própria Secretária da Educação na época, *uma política de permuta*, ou seja, o Governo estaria disposto a transferir a posse do terreno à Prefeitura em troca da construção de um complexo esportivo mesmo que contra o interesse, no início, de alguns professores. Este fato evidencia que o mercado pode ser promovido por políticas de Estado e, assim, inserir-se em espaço público conforme os interesses do capital privado? Um esboço de resposta a esta questão é o cerne desta seção.

3.1 A Escola entre o Público e o Privado

A compreensão de que a escola se manifesta historicamente como meio difusor de ideais e valores, quando financiada pelo Estado, colabora para mantê-la subsumida no conceito de espaço público. Mesmo assim, é notável que o espaço *público* confunde-se com o *privado* no que diz respeito à escola. É pelo fato de haver indivíduos de diferentes crenças e interesses dentro dela que se explica a idéia de *público* que recai sobre a educação escolar. Mas, é justamente devido a essas diferenças que os interesses privados se sobressaem como necessidade. Na escola, essas diferenças marcam a luta por um espaço de ação. Nessa perspectiva a escola se torna um instrumento de melhoria de condições de vida tanto no plano público como no pessoal — o âmbito do privado. É possível a conciliação de tais opostos?

Como podemos entender esta conciliação no âmbito escolar? Que fatores considerar de um lado, e quais a considerar de outro, ainda dão um *status de público* à educação escolar? Com o objetivo de responder estas questões, a presente subseção apresenta, inicialmente, a Escola Pública Governador Ivo Silveira como uma instituição que foi o palco de um jogo de interesses a ilustrar a discussão anteriormente realizada, sobre a tensão Mercado e Estado na Educação Escolar. Em seguida e ainda nesta seção, serão analisadas três perspectivas discursivas de atores-partícipes do fato em análise, com o objetivo de estabelecer um diálogo com as categorias Mercado e Estado.

A *Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira*, localizada no Município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina, foi fundada em 04 de novembro de 1963 como Colégio Normal. Ainda na década de 1960, iniciaram-se as atividades com o Ginásio, de 1º ao 4º ano. Na década de 1970, com o ensino profissionalizante de 2º Grau, o Colégio deixou de ser apenas Colégio Normal, oferecendo aos seus alunos o 1º Grau (de 5ª. a 8ª. série) e os cursos de Magistério, Técnico em Secretariado, Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade e, de 1982 a 1987, foi incluído o curso de Educação Geral. Na década de 1990, passou a funcionar também o denominado curso de Estudos Adicionais do Magistério/Educação Infantil.

Devido à precariedade do prédio, em 1995 foi solicitada a construção de um outro. Com as enchentes desse mesmo ano, tornou-se inviável trabalhar na instituição, pois os danos nas instalações foram inúmeros. Em novembro de 1997, foram inauguradas as novas instalações da Escola. Até o final de 2001 esta unidade escolar tem uma estrutura que a leva a atender 19 turmas do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª série) e 41 turmas de Ensino Médio (incluído aí o antigo Curso de Magistério).

Faziam parte do corpo docente, também até o ano de 2001, trinta e oito profissionais admitidos em caráter temporário — ACTs —, destes, onze sem habilitação, vinte e seis efetivos e seis professores em regime de readaptação⁴¹. As demais funções são de direção, três — um diretor geral e dois adjuntos; na secretaria, dois funcionários; na biblioteca, um; e especialistas, cinco. Legalmente, os diretores adjuntos⁴² são considerados assessores diretos do diretor, designados em ato próprio pelo Secretário de Estado da Educação. Na prática, há apenas uma repartição de tarefas. Os especialistas, por sua vez, estão distribuídos da seguinte

⁴¹ Professores readaptados são aqueles que, por motivo de saúde, estão impossibilitados de exercer a sua função em sala de aula.

⁴² No início do ano de 2005, foram aprovados pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina três Projetos de Lei. Um destes Projetos, além de dar outras providências a função de direção escolar, modificou a denominação. Assim, os Diretores Adjuntos passam a ser chamados de Assessores de Direção.

forma: três no Serviço de Orientação (SOE) e dois no Serviço de Supervisão (SSE). Cada um em seu respectivo turno.

O espaço físico da escola é composto por um prédio novo, construído em blocos de dois pisos, em alvenaria, com estrutura para mais um piso. O prédio está em bom estado de conservação, perfazendo um total de vinte e sete dependências: vinte salas de aula, duas alas de sanitários masculinos e duas de sanitários femininos, sala de vídeo, laboratório de informática e biblioteca. No antigo prédio, também em alvenaria, de um só piso, se encontram mais treze dependências, entre as quais estão os laboratórios de química, física, artes, sala de ginástica e educação física, banheiros, vestiários e um depósito. O centro de desporto da unidade escolar possui duas quadras polivalentes novas, um campo de futebol e pista de atletismo, atualmente sem condições de uso. Todas estas dependências estão em condições de uso. O laboratório de informática possui onze computadores, com acesso à internet, uma impressora e um *scanner*. A biblioteca, até o ano de 2002, registrava mais de três mil livros de todos os gêneros e mais mapas geográficos e históricos, do corpo humano e globos. Todos os professores bem como demais funcionários e alunos (acompanhados pelos professores) têm acesso irrestrito à esses ambientes. Isso garante uma efetiva utilização desses recursos pedagógicos⁴³.

A *política de permuta*⁴⁴ do governo anterior⁴⁵ trouxe para discussão um tema até então desconhecido pelo corpo docente e administrativo da escola — a possibilidade de o Estado passar para as mãos do capital privado um bem público, a saber, uma parte correspondente a um terço do terreno da escola.

Antecipando o transtorno que causaria um terminal atrás da escola devido ao barulho dos motores e, principalmente, à poluição, alguns professores iniciaram um abaixo-assinado com pedido de suspensão de tal obra. O referido abaixo-assinado contou com o efetivo apoio de professores, de alunos e seus respectivos pais, envolvendo quase toda a comunidade. Mesmo assim, no início do ano de 2002, foi aberto um espaço no auditório da escola para uma apresentação do projeto de construção do terminal de ônibus da Empresa JOTUR⁴⁶. Lá

⁴³ Conforme o Projeto Político-Pedagógico da escola do ano de 2002.

⁴⁴ Sobre essa política de permuta sabe-se apenas o que a Secretária de Educação na época — Mirian Schilikman — colocou-a como uma forma de o Governo, em conjunto com a iniciativa privada, promover melhorias em diversas áreas da sociedade.

⁴⁵ Esperidião Amim.

⁴⁶ Empresa de transporte coletivo intermunicipal. Iniciou suas atividades no ano de 1962. A administração da JOTUR está localizada na cidade de Palhoça, na região da grande Florianópolis. Ocupa uma área total de cento e vinte mil metros quadrados. A sede abriga garagem, oficina de manutenção e escritório central. A administração é exercida dentro de um modelo profissionalizado, sob o comando de um Gerente Geral, monitorado pela Assembléia dos Sócios que é o poder soberano dentro da organização JOTUR. Atua sob concessão Estadual e Municipal, fazendo o transporte de passageiros entre Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis. Atua também

estavam professores, direção, especialistas, o vice-prefeito do município de Palhoça, técnicos em urbanismo da Prefeitura de Palhoça, a Secretária da Educação, alunos e demais representantes da comunidade. Após ouvir os prós e contras do projeto, a Secretária da Educação — Mirian Schilikman — determinou que aqueles que eram contrários ao projeto da prefeitura apresentassem em tempo o seu projeto de construção de um ginásio de esportes e, junto, a reforma da pista de atletismo. A discussão se estendeu até o final do ano sem nenhuma posição final da Secretaria de Estado da Educação. Isso tudo levou quase um ano e meio, até que no final de 2002, coincidentemente após as eleições e a troca de governo⁴⁷, foram arquivados todos os processos.

Ainda em 2003, o fato brevemente exposto acima continuou sendo discutido entre o Secretário Regional, o Secretário de Educação, a Direção escolar, os professores e a Prefeitura Municipal de Palhoça. Embora o Projeto de Lei 0466/02, que autoriza a doação de imóvel no Município de Palhoça, tenha sido arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça — CCJ — da Assembléia Legislativa, chegou a ser desarquivado e novamente arquivado, em 13 de maio de 2003. Contudo, segundo consta em Ofício Especial nº 021/2003, sobre solicitação de audiência com o Governador para tratar de obras naquela escola, com o objetivo de encerrar de vez a discussão sobre a doação ou permuta do terreno, está implícita nesse contexto ainda a possibilidade real da concessão por parte do Estado.

O que segue é uma seqüência de entrevistas feitas a partir de julho de 2005 com alguns atores partícipes do caso.

O primeiro entrevistado é TMS⁴⁸, atualmente diretor da Escola Governador Ivo Silveira. Em 2001 atuava como professor de matemática no Ensino Fundamental e Médio. Militar reformado, começou a trabalhar como professor aos 45 anos, um mês após obter sua reforma⁴⁹. No seu depoimento transparece um misto de luta baseada em ideais democráticos e, contraditoriamente, em doutrina militar. Enfatiza o seu afeto pela escola e critica as lideranças do município, consciente de que estava ocorrendo um caso de apropriação de um bem público pelo privado.

TMS nasceu em Santo Amaro da Imperatriz, município próximo de Palhoça. Iniciou seus estudos primários no Instituto Estadual de Educação, localizado no centro de Florianópolis, ficando lá até a oitava série do ensino fundamental. Na Escola Governador Ivo

na área de Turismo e Fretamentos, atendendo especialmente a Universidade do Sul de Santa Catarina — UNISUL — no seu campus de Palhoça, em Santa Catarina.

⁴⁷ Em 2002 o Governador Esperidião Amim (PPB) perde a eleição para Luiz Henrique da Silveira, do PMDB.

⁴⁸ Os nomes dos entrevistados foram substituídos.

⁴⁹ Conforme sua declaração, trabalhou como balconista antes de ingressar na carreira militar.

Silveira concluiu a oitava série. Após, fez o curso de Agrimensura na Escola Técnica Federal, em Florianópolis, seguindo a carreira militar como Sargento do Exército, formando-se na Escola de Sargento de Três Corações. Formou-se também em Matemática e Física pela Universidade Católica do Paraná e finaliza sua trajetória de cursos como Oficial da Marinha, no Rio de Janeiro, por vinte e oito anos, tempo que, somado aos anos que trabalhou como atendente de cantina no Instituto Estadual de Educação, possibilitou a aposentadoria aos quarenta e cinco anos de idade.

Embora não tenha nascido no município de Palhoça e tenha frequentado por pouco tempo a Escola Governador Ivo Silveira, atribui ao ano que lá completou a oitava série do Ensino Fundamental, mais o fato de sua mãe ter trabalhado na cantina da escola por cinco anos e seus irmãos terem iniciado e completado seus estudos nela, o seu apreço e carinho pela escola. Estes dois últimos elementos somados à sua experiência na vida militar explicam a decisão tomada por TMS em se tornar professor:

O Ivo Silveira, digamos assim, eu tenho um amor assim especial. Inicialmente a minha mãe gerenciou a cantina da escola Governador Ivo Silveira, na escola antiga então, no mínimo, acho mais de cinco anos. Meus irmãos estudaram e eu, particularmente, estudei sempre no Instituto de Educação, mas na oitava série eu fui reprovado na época em línguas tanto inglês quanto francês e vim terminar a oitava série no Ivo Silveira. Aí então me formei na oitava série, no antigo Ginásio Ivo Silveira e aí vem minha paixão pela escola, né? E, posteriormente, fui para a Escola Técnica, a seguir a vida militar. Fiz a Universidade Católica. Recém aposentado me convidaram para trabalhar no Ivo [...] eu tenho prazer sempre de estar lidando com pessoas, né? Nas forças armadas, também não deixa de fazer [...]

Em muitos outros aspectos da vida do entrevistado aparecem os dados para uma construção da origem do movimento formado por professores da Escola Governador Ivo Silveira.

No ano de 2001, TMS atuava como professor de Matemática no Ensino Fundamental e Médio quando, ao lado de outros professores, deparou-se com um projeto da Prefeitura Municipal de Palhoça e da Empresa JOTUR de doação de um complexo esportivo em troca de parte do terreno da escola. No terreno seria construído um terminal de transbordo. Este fato

que será descrito em sua íntegra num outro momento traz importantes questões sobre o movimento que daí se iniciou.

Pensar a participação de TMS nesse movimento é conhecer a origem deste. Para isso, se exige pensar sobre a sua biografia. Não se infere, com isso, que o movimento está totalmente subsumido na atuação deste entrevistado e nem que a sua percepção seja a única possível. No entanto, algumas questões importantes para esta pesquisa serão desenvolvidas por estarem contidas em seu depoimento.

Do ano de 2001 até o final do primeiro semestre de 2004, TMS era professor e tal fato, segundo suas palavras, facilitava as suas ações dentro do movimento de professores contra a doação do terreno, se comparado à função de diretor que assumiu na escola a partir do segundo semestre de 2004. Como professor do Estado por concurso público, não sofreria alguns incômodos como as ameaças de dispensa da função de diretor. Contudo, TMS declara não colocar sua função acima da causa dos professores:

A minha esposa até briga muito comigo o seguinte, né? Até diz assim, brincando comigo, assim: “puxa vida, felizmente tu tava na direção nessa última vez que...” Porque aí eu na direção eu fiquei neutro e fiquei simplesmente administrando as coisas de uma maneira que desse, respeitasse os dois lados, respeitasse o governo, mas respeitasse também o movimento dos professores. Meu pensamento é que o terreno não fosse doado. Muitas vezes eu posso ter me exposto e eu nunca me apeguei ao cargo também aí eu [...] Valter Galina numa das situações eu disse prá ele assim: eu quero dizer pro senhor que eu estou lá desde agosto fazendo um favor pro PMDB em função de meus parentes porque eu não sou filiado a nenhum partido político e o que eu ganho como diretor na escola eu pago mais imposto de renda que eu ganho como diretor, então eu posso voltar para sala de aula a qualquer momento porque eu não estou apegado ao cargo, tá?

Desse ano em diante a sua atuação ao lado dos colegas professores era “estratégica” (palavra usada por TMS ao falar do envolvimento no movimento dos professores após se tornar diretor). Vê-se uma metáfora cunhada durante sua carreira militar. Diante desse aspecto cabe perguntar primeiramente: como pensar o envolvimento deste professor — de matemática

e com formação militar⁵⁰ — num movimento de professores que se colocaram contra um projeto que no início da divulgação tinha como objetivo ampliar as dependências da escola com a construção de um complexo esportivo? Ou seja, se se fizer uma interpretação desinteressada do fato, a idéia do projeto estaria entusiasmando os professores de Educação Física, a Direção da escola e, desta forma, os colegas professores de outras disciplinas e, como se não bastasse, alunos e pais. Para responder esta primeira pergunta, é necessário colocar outra indagação que indicará pistas para a resposta da primeira: qual o conceito de escola do entrevistado?. O que ele pensa sobre escola pública e a função do professor?

Considerando sua fala, a idéia de escola coaduna-se com o exército, por meio de alguns princípios próprios do militarismo — como o trabalho coletivo. Esta expressão aparece freqüentemente em seu depoimento e, principalmente, quando cita a escola.

[...] O que me dá assim um ensinamento dessas vivências todas é a liderança, né? A facilidade de lidar com as pessoas, conviver com as pessoas, o ponto forte sempre... Meu profissional foi exatamente é coordenar pessoas e ajudar as pessoas a fazer com que... Motivar elas a apresentar as idéias, o que elas tinham de melhor e, às vezes, as idéias que eram aproveitadas ou... A decisão às vezes era minha, a idéia era do conjunto, era uma idéia coletiva, uma idéia coletiva que era aperfeiçoada pelo meu grupo, né? Então, isso a vida militar ensina muito, né? E outro fato muito importante da vida militar entre ser professor e de ser sargento do exército e quando fui oficial da marinha, principalmente como oficial é aquele planejamento militar e isso depende de comando [...] Depois de escolhida a linha de ação, que o comandante vai cumprir a missão, todos trabalham com o objetivo... Para todo grupo.

Embora a literatura pedagógica indique muitos autores que trabalham com a idéia de trabalho coletivo, como no pensamento sobre a escola russa, com *Anton Makarenko* (1888-1939) e *M. M. Pistrak* (1888-1940), em *Fundamentos da escola do trabalho* e outras tendências, como *Célestin Freinet* (1896-1966) com sua pedagogia social, em que preconiza que a atividade natural da criança se desenvolve no grupo, em cooperação, não se deve inferir

⁵⁰ A disciplina em que TMS se habilitou e a sua formação anterior aparecem, neste momento, pelo interesse apenas de informar. No entanto, sempre é bom lembrar também a importância que há nessas informações por se tratar de elementos para a análise de sujeitos dando outras indicações para o exame.

que possa haver relação direta aqui com a noção exposta pelo entrevistado.⁵¹ Na sua fala estão inseridos exemplos tirados da sua experiência militar e é justamente — no exército — onde mais influência teve o positivismo. Considerando este aspecto, se faz necessário pensar sobre essa influência no militarismo brasileiro.

Estática e dinâmica são as duas categorias fundamentais do positivismo comteano que na forma filosófica tornam-se *ordem e progresso* que figuram na bandeira positivista e na bandeira brasileira⁵². A estática, diz Comte, seria o estudo da “ordem humana como se fosse imóvel” (COMTE, in ARON, 1999, p. 88). Isso facilitaria encontrar a essência da natureza humana e, dentre os diversos aspectos da ordem humana, “determinar o regime normal que corresponde a nossa verdadeira natureza, e explicar, em seguida, a necessidade que subordina seu aparecimento decisivo a uma longa preparação gradual” (Id; ib.) Com isso, percebe-se o quanto pode estar distante e o quanto pode se opor à noção de trabalho coletivo empregada no militarismo aquela presente em uma pedagogia social. Ou seja, a ordem humana, no sentido empregado por Comte e depois usado pelos militares, é transpassada pelo que se apresenta como imóvel, imutável e perene. E o que é que não muda na natureza humana? Os sentimentos, que são os verdadeiros motores da vida humana. É em nome desses sentimentos que o homem deve se apropriar das leis que governam os fenômenos sociais. É dessa forma que a inteligência se subordina ao sentimento no positivismo. A idéia do trabalho coletivo, quando usada pelo entrevistado está inserida nessa lógica; está voltada para o desenvolvimento harmônico da sociedade e impõe-se como parte da doutrina positivista e militar. Daí a necessidade de disciplina como forma de controle presente no discurso e na prática militar.

Continua o entrevistado:

[...] O ideal único, seria na escola, é nós termos no planejamento, termos o respeito de tal maneira que todos trabalhassem em função do Projeto Político-Pedagógico da escola que na prática não acontece. Na prática nós todos, os professores, trabalhamos fragmentados, trabalhamos no eu e não

⁵¹ O entrevistado é aluno do curso de Pós Graduação em Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — UDESC. Daí que é importante chamar a atenção para uma possível distorção de seu conteúdo. Neste caso, em todo seu depoimento não há como se fazer uma relação da idéia de trabalho coletivo usada por ele, com as referências teóricas citadas.

⁵² Conforme Raymond Aron em “As Etapas do Pensamento Sociológico” (1999, p.88). Também neste mesmo livro o autor ressalta em nota, à página 117: “A influência do positivismo no Brasil foi muito profunda; chegou a tornar-se a doutrina quase oficial do Estado. Benjamin Constant [...] promoveu a adoção da Enciclopédia das ciências positivas como base para o programa de estudo das escolas oficiais. Em 1880 foi fundado o Instituto do Apostolado, e no ano seguinte era inaugurado no Rio de Janeiro um templo positivista, para celebrar o culto da Humanidade”.

no nós. E no planejamento militar a diferença é que nós tínhamos que trabalhar no nós porque a vida de um depende do outro. O sucesso de um depende do sucesso do outro.

Por meio deste fragmento se percebe o Estado, pensado pelos militares sob a óptica positivista e como entidade moral reguladora da sociedade. Assim, até o mercado deve sofrer sua regulação por parte do Estado. Esse talvez seja o ponto de discordância entre positivistas e liberais que, por sua vez, pensam no Estado como imparcial e aplicador das leis. Ou seja, ao contrário dos positivistas, os mecanismos coercitivos do Estado lockeano, como a segurança, servem justamente para garantir o livre comércio⁵³.

Essa interpretação da idéia de trabalho coletivo, adotada pelo entrevistado, se apresenta eficaz uma vez que, ao analisarmos a sua história de vida, é inevitável inquirir sobre os usos de conceitos que se misturam, uma vez e outra, conforme a necessidade.

Termos como liderança e planejamento aparecem com freqüência, o que vem a ser para TMS um dos objetivos na formação do professor, isto é, o professor deve estar preparado para liderar e transmitir essa habilidade aos discentes. Planejar é imprescindível para um desempenho eficaz e produtivo do professor na sua tarefa de educar.

[...] o professor, ele está deixando, ele está querendo ser apenas professor, apenas ser transmissor de conteúdo e o professor hoje em dia tem que ser um educador integral, ou seja, ele tem que interagir com a turma de tal maneira que o jovem veja o professor como exemplo, no sentido do que a sociedade espera dele no futuro breve. Então o professor vê um aluno jogar um papel no chão, vê um aluno descomprometido com a sua aula, um aluno descomprometido riscando a parede e o professor não está nem aí, ele não quer, ele se omite, se omite porque traz um desgaste para ele e acha que não vale a pena, então nesse particular é muito triste, porque a gente vê um jovem recém formado na universidade, não são todos, depende do perfil dele, e nossas universidades também perdem em relação à formação militar. Eu acho que nossas universidades deviam ter em suas graduações uma disciplina chamada planejamento, liderança para que o licenciado, o graduado, ao terminar sua licenciatura, chegasse nas escolas já com idéia de

⁵³ Para rever os conceitos relacionados à tensão que se estabelece entre Estado e Mercado, rever a seção 1 desta dissertação. Para repensar essa tensão no contexto brasileiro, rever a seção 2, também desta dissertação.

liderança e planejamento porque infelizmente tem gente que chega a vinte e dois, vinte e três anos formado e a gente vê que a universidade não foi...

Em meio às idéias progressistas sobre o trabalho dos educadores, o entrevistado usa um discurso conservador, resultado de sua óptica militar, principalmente quando se refere às atitudes dos professores, dando-lhe um sentido moral. Esta é uma visão que valoriza os processos de regulação do Estado sobre a vida social, daí que o mercado pode aparecer como algo a ser posto sob suspeita, como uma instância a ser orientada pela ação do Estado. Vale notar que essa visão mais reguladora e menos liberal da tensão Estado-Mercado não encontra eco apenas no positivismo. Vimos na seção 1 desta dissertação que, também em Hegel, a solução estatal para os problemas do mercado, ou o sistema de carências da sociedade civil, é algo marcante em termo de uma teoria social. Entretanto, na concepção do depoente em questão, impera a visão positivista da regulação social.

A sociedade mais uma vez é vista sob o lema da ordem e progresso. A escola, por meio de professores morais e preparados para liderar, reúne os elementos necessários para a concreção da estabilidade. Mas como se estabeleceu a relação de tal concepção de indivíduo e sociedade, por parte do entrevistado, com um movimento aparentemente calcado em idéias opostas da estabilidade, ordem, disciplina e controle como as que foram expostas? Como pensar uma atitude contra a ordem antecedida por um discurso conservador? Como um ex-militar torna-se líder de um movimento contra a privatização da escola pública? Colocando-se de outra forma, é possível pensar o conservadorismo numa atitude dessas?

Por se estar analisando o fato a partir da experiência de um sujeito partícipe do caso empírico em análise, parece ser válido considerar o significado que o movimento tem para esse entrevistado e os motivos que o levaram a defender tal causa. Algumas idéias preliminares surgem para responder as perguntas formuladas acima por meio desse exame.

Para TMS, o movimento significou, antes de tudo, uma defesa do que seria considerada, por todos os professores, da sua própria casa.

[...] foi dada liberdade para eles lutarem porque é como se estivessem invadindo a casa deles e tirando algo que era deles, então, um ponto forte.

Vale chamar a atenção para a antinomia contida neste fragmento da fala de TMS que, parece ser comum a todos os sujeitos sociais envolvidos na defesa dos interesses da escola em análise. Vejamos o porquê: Em se tratando da defesa do público como, então, nomear a escola

por casa? Ou seja, a defesa do espaço público foi realizada por meio de uma metáfora relacionada ao espaço privado — *a escola como uma casa*. Na verdade, esta antinomia emerge como um traço da história do Brasil e foi o objeto da segunda seção desta dissertação. Outro significado, igualmente importante, aparece quando o entrevistado critica o poder público e privado, do município de Palhoça. Como ocorre em geral, os bairros periféricos são esquecidos pelos políticos e comerciantes que optam por investir na zona central da cidade.

[...] Palhoça, isso é uma visão minha, pessoal. Passei vários anos, né? Eu saí de Palhoça em setenta, inicialmente eu saí de Palhoça em setenta, fui para Curitiba. Fiquei trabalhando em Curitiba dentro da universidade, fui para Palhoça em setenta e sete. Passei aqui poucos meses já participando do... da marinha. Fui, em setenta e oito, pro Rio e voltei em noventa e cinco. Ao voltar, o que me causou estranheza: Palhoça tinha crescido desordenadamente em vários bairros e simultaneamente ocorreu em noventa e cinco e noventa e seis, começou a vir pra cá a universidade Unisul. E o bairro como a Pinheira, praticamente o bairro na época, hoje já tem uns doze mil habitantes fixos, tá. A Praia dos Sonhos... com bastante gente residindo ali diretamente. A Praia do Pontal, o bairro próximo à Unisul, como é? O Jardim Eucaliptos, o Jardim Eldorado e Palhoça. Os jornais escreviam Palhoça, continuavam escrevendo como se Palhoça fosse em volta da praça. Então, tudo o que acontece em Palhoça é como se fosse em volta da praça. Os caras não se acordaram que Palhoça em noventa e cinco tinha noventa mil habitantes, digamos noventa e três mil e as coisas não aconteciam só em volta da praça. Mas os políticos, o CDL... O que é o CDL de Palhoça? O CDL da Palhoça — e vocês podem pegar lá quem foi o presidente do CDL — normalmente são comerciantes da quadra central da Palhoça. Se a Ponte Imaruim é o local de maior comércio da Palhoça, por que o CDL tá sempre na mão do... É uma cultura atrasada. E por que não pensaram no bairro Jardim Eldorado. Agora se pensa naquele lado de lá, com o lançamento do empreendimento da Pedra Branca, Unisul Pedra Branca. Então, quer dizer, um investimento daquela qualidade trouxe... depois, posteriormente, o Pagani. Que que eu percebi então naquele momento: que Palhoça pensava em volta da praça.

Constata-se com isso que o movimento em questão significou uma forma de protesto do entrevistado ao que ele chamava de “atraso” do tipo de gestão administrativa que ali

dominava. Frente a essa concepção, é interessante pensar o movimento como defesa do público pelo discurso do privado. A idéia de que os professores estariam lutando pelo que era deles é explicada por Martins (1994) quando diz que no Brasil colonial havia uma personificação do público pelo privado onde os homens *bons* administravam as vilas e os municípios sob a concessão do rei que delegava a eles parte de sua autoridade.

O Estado estaria representado pelo movimento e este teria o seu poder delegado pelo primeiro mesmo que não intencionalmente. Contudo, a consciência que domina a ação não é a do público e, sim, do privado. As intenções do movimento claramente decorrem de um sentimento egoísta, no sentido hegeliano. Como irá se ver, não havia nenhum indício, antes do projeto ser apresentado pela Prefeitura em parceria com a empresa JOTUR, de uma preocupação por parte dos professores com o terreno da escola. Parece que o motivo seria medir forças dentro de um quadro de disputa político-partidária.

Em toda a entrevista a escola aparece como próprio sujeito do movimento. Interessante ressaltar a forma com que a escola é vista pelo entrevistado a partir das palavras que usa para falar do fundador da escola:

[...] o próprio governador, ex-governador Ivo Silveira, que é o Patrono da nossa escola — um carinho especial — nunca viu com bons olhos um terminal de ônibus dentro da escola que ele criou.

Ou seja, a escola Governador Ivo Silveira se torna símbolo no meio de uma luta pelo poder entre diferentes grupos. Alguns representando a sociedade civil a favor da doação do terreno e outros contra, como o movimento dos professores. Da mesma forma, aparecem os representantes políticos do Estado. É nessa luta de poder, constituída em volta do tema, que se configura um jogo sem regras, sempre por ser definido, pois estão reunidos sujeitos com diferentes discursos e ideologias de diferentes forças político-partidárias. De um lado, dentre os envolvidos com a discussão sobre a doação do terreno e situando-se na categoria que podemos chamar de *políticos profissionais*, estão o Deputado Celestino Secco, que pediu no início do ano de 2005 a reabertura do processo; o Deputado João Henrique Blasi, líder do governo de Luís Henrique da Silveira na Assembléia e que faz parte da Comissão de Constituição e Justiça; o Secretário de Desenvolvimento Regional, Valter Gallina; o Deputado Afrânio Bopré, do PT; o Deputado Sérgio Godin, do PTB; o ex-Governador Esperidião Amim; o Prefeito de Palhoça, Paulo Vidal e seu vice; e o Deputado Ivan Ranzolin. De outro lado, representando a sociedade civil organizada, temos o movimento dos professores, a

Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça — CDL — e a Associação Comercial e Industrial de Palhoça — ACIP —, que sempre se manifestaram a favor da doação do terreno, e o padre responsável pela paróquia, que teve seu envolvimento devido a interesses que havia sobre o terreno da igreja localizado ao lado da Escola Governador Ivo Silveira. Além destes, dentro de seus cargos e funções encontravam-se o Promotor José Cardoso que sempre apoiou o movimento por ver a construção de um terminal de transbordo inadequado para o local, e a ex-Secretária de Educação, Miriam Schilikman, que foi a primeira mediadora no caso⁵⁴.

É difícil retomar exatamente o papel de cada um durante todo o desenrolar do caso, mesmo porque seria necessário apanhar os seus depoimentos, analisar e comparar os fatos contados a partir de suas experiências. Contudo, o relato de TMS contém elementos importantes para respaldar a idéia de jogo sem regras ou com regras sempre a serem definidas. A exemplo disto pode-se observar, nas palavras do próprio entrevistado, o quanto que, à sua idéia do que é *público*, apresenta-se a idéia do *privado*:

[...] E eu tenho irmãos. Meu irmão que é empresário investe em campanhas políticas e uma das campanhas que o grupo dele investiu foi nesse deputado. Nós fizemos uma... Na véspera que ele recebeu, nós — os professores — em seu gabinete e tinha recebido de maneira negativa. Após nós fazer o contato e a pessoa que ajudou a campanha dele disse que fez contato pra ele nos receber. Ele já nos recebeu de uma maneira bem diferenciada. E nós mostramos para ele que fizemos um requerimento ao presidente da Assembléia que o desarquivamento não tinha um amparo legal, isso tudo assessorado pelo nosso promotor que sempre esteve ao nosso lado, promotor do meio ambiente José Cardoso, tá?

O deputado em questão é Celestino Secco, que, sob pressão de um de seus colaboradores de campanha, no caso, irmão do entrevistado, muda seu tratamento em relação ao grupo de professores. Conforme Chauí (2000), a partir deste contexto vê-se que persistem, numa democracia representativa, as idéias de favor, clientelismo e tutela como forma de mediação entre o poder público e a sociedade civil, herança do Brasil colônia perpetuada nas elites modernas, como a própria forma de sua manutenção no poder. Ainda, deve-se lembrar que Martins (1994), em sua análise, mostra como a política, com base na troca de favores, torna irrelevante a distinção entre o público e o privado e como está encoberta por uma

⁵⁴ Os nomes, cargos e atividades presentes, aqui, foram citados no relato de TMS.

modernidade contratual. A partir desse quadro, fica menos complicado procurar e entender as motivações do movimento. Pode-se, com isso, defender a tese das “vantagens” que o entrevistado, como líder do movimento, detinha e estão demonstradas no seu próprio relato. Além disso, pode-se trabalhar com a idéia de dois grupos dominantes no município. TMS, hoje diretor da escola Governador Ivo Silveira, detém esta função por força partidária. Ou seja, isto reforça a tese colocada acima. No ano seguinte à alternância de partidos no poder, em 2003, houve uma briga pelas funções de direção de escola entre PMDB e PSDB (reflexo da coligação no governo de Santa Catarina), e, TMS, mesmo não tendo filiação, encontra-se na função por intermédio de sua esposa.

Sugere-se, com tudo isso, que o movimento dos professores nasce, antes de tudo, pelo interesse nos principais postos de comando. Lembra-se que o movimento inicia em 2001, quando o governo estava nas mãos do PPB de Esperidião Amim e era favorável à doação do terreno.

De outra forma, a análise do entrevistado sobre a situação administrativa no Município de Palhoça⁵⁵ explica a sua atitude de começar um movimento contra o que fora anunciado pelo Prefeito, em entrevista na rádio.

Eu fazia parte do conselho deliberativo do Ivo Silveira, tava numa fase de aprendizagem, quando o senhor Paulo Vidal, ex-Prefeito, no dia vinte e quatro de abril de dois mil e um, numa entrevista na rádio, disse que a escola Ivo Silveira, iria ser construído no terreno da escola Ivo Silveira, que é um terreno onde já teve um campo de futebol e uma pista de atletismo, que no princípio tinha refletores, ia ser construído ali um terminal de ônibus — Estação Açores — para o sistema de transporte integrado. De posse dessa informação, eu coloquei uma comunicação interna pedindo uma reunião extraordinária e começamos então a agir junto com a APP e o conselho deliberativo. A direção nos levou na Secretaria de Educação, naquela época manifestando-se contra, oficialmente. Isso ocorreu no mês de abril, dois mil e um. Nós fizemos uma equipe de professores [...] aos alunos que levassem um abaixo-assinado aos pais de maneira que nós percorremos todas as escolas estaduais e do município e, trabalhando com aluno de oitava série e do ensino médio e mais os pais, nós conseguimos sete mil assinaturas contrárias com algumas salas de aulas visitadas. Fomos nas particulares e nós tivemos várias adesões.

⁵⁵ Ver na página 82.

Portanto, a Escola em questão é antes um pretexto para depois se tornar um símbolo. Para esta conclusão basta levantar o fato de que antes do projeto enviado pela Prefeitura em conjunto com a empresa JOTUR, não houve nenhuma reivindicação por um ginásio, nem foi apresentado qualquer outro projeto. Não por falta de interesse de alguns professores partícipes, mas isso tudo demonstra que houve uma fonte motivadora ligada a interesses locais e de grupo.

Temos que o espaço público se constitui ininterruptamente, atravessado pelo privado, e a escola se insere nisto. Será necessário analisar o significado de público na escola como, também, o significado da escola sob a concepção do público. Portanto, sendo a escola pública historicamente regulada e mantida pelo Estado e, por isso, sinônimo de público, cabe perguntar: é suficiente atribuir-lhe a idéia de público por causa do Estado?. Sendo assim, com o Estado obtendo o monopólio e, considerando as condições em que se apresenta no Brasil, a torna imune ao mercado? Com estas perguntas encerra-se esta subseção com o objetivo de deixar para a próxima subseção novos elementos para a formulação das respostas.

3.2 As Medidas Políticas de Privatização

Na primeira seção, encontram-se algumas indicações de como o Estado, numa condição neoliberal, atua no desmonte das instituições públicas sem parecer arbitrário ou mesmo apelar para suas instituições de segurança, a não ser, neste último caso, para sua manutenção.

Roger Dale (In GENTILI, 1995) corrobora com a idéia de *liberalização*, ou seja, de abertura de espaços no setor público à competição de mercado sem a necessária transferência da propriedade. Vimos que, para Dale, o Estado sempre detém o controle das condições das quais o mercado é sempre dependente. Em nosso caso empírico, vê-se que havia um contrato entre a Prefeitura de Palhoça e a Empresa JOTUR, tanto para a concessão do terreno quanto para a construção do complexo esportivo com subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social — BNDES. Mesmo as políticas que pretendem incorporar o setor privado na gestão dos direitos sociais, entre eles a educação, não deixam de ser políticas que partem, antes, do Estado. “[...] Enquanto privatização envolve a venda de bens do Estado, ‘liberalização’ significa a redução do controle governamental através da abertura de uma área a pressões competitivas” (DALE, in GENTILI, 1995, p.140).

Há a necessidade de manter o controle do Estado, quer sobre "o produto", quer sobre "o serviço". Assim, Dale esclarece não só o porquê o mercado é passível de promoção e depende de fatores políticos e econômicos, como também, revigora a importância do Estado, mesmo que em última instância, num contexto de mercado educacional livre.

Segundo Ball (In GENTILI, 1995), como ele demonstra na análise do mercado educacional no Reino Unido, o importante é não ver os mercados como um fenômeno neutro ou natural e, sim, que eles são social e politicamente construídos:

[...] O mercado é, assim, fortemente determinado e singularmente construído pelo Governo. Além disso, os indicadores de desempenho da escolarização são fixados pelo Governo, através de um sistema de Testagem Nacional e das exigências da Carta dos Pais (*Parents Charter*, 1991). É isso uma escolha 'real'? É isso o mercado? Tem certamente o efeito de um mercado, ao criar a competição entre as escolas, mas as possibilidades de invenção e empreendimento ou as expressões dos interesses das minorias ou as preocupações dos pais ficam fortemente limitadas pelo controle político do mercado (BALL, in GENTILI, 1995, p.208).

O relato de TMS parece se encaixar no quadro apresentado pelos dois analistas europeus da educação. Muito embora as relações de mercado não tenham se constituído no Brasil da mesma maneira que nos países mais desenvolvidos da Europa, como se tentou mostrar na segunda seção deste trabalho de dissertação, as medidas políticas em relação à privatização de instituições públicas operam na mesma lógica exposta por Stephen J. Ball e Roger Dale. Desde o início da proposta da construção de um terminal de transbordo no terreno de uma escola pública, mesmo ocorrendo debaixo de interesses político-partidários, a promoção do mercado pelo Estado foi explícita no que tange à doação de um terreno pertencente ao Estado. Não sendo apenas isso, no próprio andamento das discussões envolvendo o movimento dos professores e a Prefeitura de Palhoça, aparecem situações de uso do terreno pertencente à escola como objeto de negociação, ou seja, uma mercadoria que pode favorecer também aos sujeitos do Estado. Também e nesse sentido, vimos as formas em que as “conversas de bastidores” ocorriam entre alguns participantes do Movimento e certos políticos, em que se usaram da influência de alguns, devido às doações feitas a campanhas eleitorais.

Na seqüência, analisar-se-á entrevista realizada com VNM, Vice Prefeito de Palhoça, em 2001, atualmente vereador no mesmo município. Inserida no mesmo propósito encontra-se a tomada de depoimento de PFC. A sua participação se deve ao fato de uma parte do terreno da Paróquia que, por ser contíguo ao terreno da escola, separados apenas por uma estreita rua, ter sido cogitado no projeto do terminal.

Estes dois entrevistados de diferentes origens sociais — VNM, nascido e criado em Palhoça, seu pai era funcionário público enquanto que sua mãe era responsável pelos afazeres do lar; e PFC, filho de imigrantes alemães, nascido em São Bonifácio, município situado na região serrana de Santa Catarina —, têm em seus discursos, como veremos a seguir, a mesma preocupação com o desenvolvimento do Município de Palhoça.

PFC e VNM estudaram em escola pública. O primeiro, filho de trabalhadores rurais, cursou o ensino médio no seminário em Brusque e na Fundação Educacional de Brusque — FEB — fez Estudos Sociais. Mais tarde licenciou-se em Filosofia e bacharelou-se em Teologia. Sua atividade profissional tem início em Brusque, como relata:

[...] trabalhei em Brusque durante 14 anos como professor, depois fui reitor do seminário, monitor do santuário e da parte do período que lá estive fui diretor do hospital... Carlos Reno, na administração e, atualmente, já estou há seis anos aqui na Palhoça como pároco e, neste último ano de 85, faço a Administração da Arquidiocese de Florianópolis. Isso é um espaço que envolve 30 municípios com 64 Paróquias e essa administração ela é gerida por um único CNPJ, então é um volume um bocado grande. Então isso eu faço na parte da manhã, a administração, e na parte da tarde eu volto à paróquia e exerço a função de padre normalmente. E sou padre há 20 anos e aqui em Palhoça foi uma experiência muito singular, por ter vindo de uma cidade industrial que se chama Brusque. Um nível de vida muito bom, muito pouco conflito social, em Brusque trabalhei com a coordenadoria regional de educação, ou seja, diretor de, com segundo grau, com seminário, então foi uma experiência assim, muito singular esta aqui de palhoça, porque aqui encontrei um conflito social, assim, à flor da pele.

VNM também desde cedo teve que trabalhar ao mesmo tempo que estudava:

Ah! Eu engraxava sapato, depois fui trabalhar de lavador de carros. Depois trabalhei em posto de gasolina, oficina mecânica e tinha que aprender

alguma coisa, naquela época não tinha... Ia sair à luta porque hoje filho da gente são tudo rico e a gente sustenta de uma forma diferente, tem que ter carro, a universidade tem que ser paga porque é mais fácil, porque fica mais perto de casa, é complicado, né? Mas eu lhe digo, depois dali saí, montei um bar... aí fui trabalhar no BESC. Aí trabalhei 25 anos no BESC, aí saí de lá faz quatro anos, três anos, três anos agora e fui... sou... entrei na vida pública em setenta e seis, entrei com um mandato.

O depoente ressalta que cursou o ensino fundamental e o médio em Palhoça, nas escolas Venceslau Bueno e Governador Ivo Silveira. Perguntado sobre o que pensa da escola em sua época de estudante, respondeu citando os objetivos da Secretaria da Educação durante o Governo Amim. Para VNM, a Secretaria de Estado da Educação tinha a intenção de diminuir o número de alunos nas escolas, ou seja, como era na época que estudava.

Era uma escola melhor. Pouca gente. Porque hoje o... até o projeto do Governador Amim era prá descentralizar. [...] A Mirian. Ele queria escolas pequenininhas, né? Escola no máximo dois mil alunos, né?

O número de alunos que se encontram hoje em sala de aula também é um problema para outro depoente, PFC:

É pena que nossas escolas estejam muito lotadas. Todas com grupos com 30, 35 alunos em sala. Isso é demais.

Deduz-se, da experiência de PFC como professor no seminário em Brusque, o seu reconhecimento da superlotação das salas de aula como um dos problemas pedagógicos. Quanto a VNM, sua conscientização da existência desse problema, embora possa ter surgido no meio político e na sua relação com professores, teve a influência de sua esposa — orientadora educacional e ex-diretora.

Na época minha mulher era diretora dele, não sei como esse pessoal [...] A minha mulher é orientadora lá na Ponte Imarui. [...] Porque quanto mais gente tem pior era para o... Então a Miriam sempre falava prá nós que ela queria que o Ivo Silveira [...] andava com três mil e quinhentos alunos. O máximo que ela queria era dois mil e tanto. Descentralizar a escola mais

para os bairros, né? Aí tu vai fazendo escolas boas nos bairros e o pessoal vai ficando e fica fácil, fica o deslocamento, tudo, né?

PFC, ao falar de um projeto cuja finalidade era a construção de uma escola num dos bairros da periferia do Município de Palhoça, que seria uma unidade extensiva do Colégio Catarinense, deixou clara a sua preocupação com o atendimento à população em seu local de origem. Uma das características no ensino de Palhoça que representa uma realidade da educação escolar no Brasil é que, para a maioria dos bairros periféricos, só há o atendimento da Escola de Ensino Básico Governador Ivo Silveira, no centro da cidade.

[...] um pouco amizade que tenho com o Diretor e um dia conversando na Cúria, na casa do Arcebispo, ele me perguntava, o Diretor do Colégio Catarinense se eu tinha algum ambiente propício para eles instalarem uma extensão do Colégio Catarinense, um estabelecimento com capacidade para 1000 alunos, da primeira à oitava série, gratuito, a presença do [...] no Colégio e, após a conclusão da oitava série, eles gratuitamente fariam o traslado dos alunos e estudariam no Colégio Catarinense, tudo nível de Colégio Catarinense. Foi uma euforia. E o que precisávamos? Encontrar um espaço para instalar esse Colégio. Encontramos na região do Caminho Novo, porque a intenção desse projeto é inserção social e eles fariam... a equipe. Encontramos esse terreno no Caminho Novo, onde é uma região de conflito, uma região onde o problema social é sério, muito sério até a questão de droga é contundente.

Para PFC, o projeto tornou-se uma frustração por ter sido rejeitado na Câmara dos Vereadores, sob a alegação de que se esperava ali a construção de um posto de saúde.

[...] e a direção do Colégio Catarinense, quando percebeu toda esta melação da Câmara, ela mesma, a Direção foi à Câmara e pediu para que o Projeto fosse retirado. Então foi uma frustração. O que que assinaram? Assinaram o Caminho Novo a ser fadado a não mais crescer, porque não vai aparecer na região do Caminho Novo, um bairro com mais de trinta mil pessoas, não vai ter nenhuma instituição que seja referência e quando nós não temos uma instituição que seja referência com projeto referência esta localidade não cresce, ela fica na mesmice e o Caminho Novo foi sacramentada sua mesmice por algumas décadas e anos. Isso é pena, lamento. Então tem desse

tipo e quando você fala, tem dessas coisas, os bairrismos, então nesse sentido a política ainda é muito pobre, ela não consegue ainda vislumbrar o bem social como maior, mas um interesse momentâneo.

Se considerarmos que pensar em escolas menores, com menos alunos do que existe hoje em sala de aula; pensar em escolas que atendam do infantil ao médio em todas as diferentes localidades sejam pontos favoráveis à educação, parece que, quando os entrevistados começam a falar em desenvolvimento no sentido econômico e produtivo, isso toma outros contornos.

Sendo um dos entrevistados um político profissional, tal discurso é esperado, mas tratar de tal assunto levando em consideração a educação escolar, no caso de PFC, desenvolvimento é consequência de políticas públicas voltadas para a educação e esta seria, como podemos observar pelas palavras do próprio Padre,

[...] a solução tanto de Palhoça como de qualquer outra localidade [pois] ela passa pela educação. Hoje sinto que temos uma grande dificuldade de referência, a família não consegue mais ser referência, a escola tem grande dificuldade de ser referência e até a dimensão de igreja, religião tem dificuldade de ser referência na vida das pessoas. Tudo passa por um limite muito grande de educação. Nós, eu acompanhei o período do avanço progressivo e hoje nós quase que inculcamos a idéia de que não podemos exigir disciplina, conhecimento e, mais do que nunca, precisamos novamente aprender que o caminho de toda a solução passa pela educação com disciplina, conhecimento, e novamente a Grande obra de arte é: se Deus nos deu conhecimento, é ele que vai pautar o nosso viver.

Antes de se analisar as implicações da idéia de desenvolvimento na educação escolar nos termos de PFC, dar-se-á continuidade ao fato trazido pelo entrevistado de que a educação seria a solução para muitos dos problemas sociais.

De fato, parece que há nisso uma idéia que tem permeado a Educação já há alguns séculos: a educação como redenção da sociedade (LUCKESI, 1994, p.38). Essa idéia concebe uma sociedade em que apenas se deve trabalhar para integrar aqueles que estão à sua margem e contribuir para seu ordenamento. A educação seria então o instrumento, imune aos desvios

dessa sociedade, para interferir e mudar as condições dos indivíduos. Cipriano Carlos Luckesi cita um dos precursores dessa concepção, João A. Comênio ⁵⁶:

E como poderá ser alcançado esse esforço de recuperar a sociedade? Renovando-a pela educação, fazendo com que toda a juventude, “de um e de outro sexo — responde-nos Comênio —, possa ser formada nos estudos, educada nos bons costumes, impregnada de piedade, e, desta maneira, possa ser, nos anos de puberdade, instruída em tudo o que diz respeito à vida presente e futura, com economia de tempo e fadiga, com agrado e com solidez” (COMÊNIO, apud LUCKESI, 1994, p.39).

Comparando a citação acima, especificamente o texto de Comênio,⁵⁷ com a fala do entrevistado — PFC — se nota uma linha traçada historicamente, principalmente, quando este último coloca o paradigma da “exigência da disciplina e do conhecimento”. Comênio diz “possa ser formada nos estudos, educada nos bons costumes”; assim, temos, de forma diferente, num e noutro, os mesmos pilares da educação que se modernizava.

Além de tudo, há aí uma visão deturpada do público, uma vez que princípios e valores religiosos se misturam com a educação escolar. PFC, em sua fala, sugere um resgate de valores necessários para a formação da criança e do jovem, e pretende isso por intermédio da educação escolar. Como disse: “hoje sinto que temos uma grande dificuldade de referência...”. Esta falta de referência, mesmo incluindo a escola — “a escola tem grande dificuldade de ser referência” —, só pode ser resolvida, enquanto um problema para PFC, pela educação escolar: “Tudo passa por um limite muito grande de educação”. À escola cabe o retorno a alguns valores que se perderam com o que ele mesmo coloca — “o período do avanço progressivo” — e na pedagogia — “hoje nós quase que inculcamos a idéia de que não podemos exigir disciplina, conhecimento”.

Portanto, como foi discutido nas seções 1 e 2, a concepção de público é permeada por princípios e valores próprios de uma instituição privada. Para o entrevistado, o conhecimento

⁵⁶ Educador do século XVII, autor de *Didática Magna*, nascido na antiga Morávia (hoje Tchecoslováquia) em 28 de março de 1592, e falecido em 15 de novembro de 1670, em Amsterdã (LUCKESI, 1994, p.38).

⁵⁷ A emergente estrutura social do século XVII, a partir da política econômica adotada (mercantilismo), é propícia ao desenvolvimento dos preceitos teórico-educacionais de Comênio. O desequilíbrio social provocado pela ruptura com o feudalismo exigia mudanças institucionais para a sedimentação dessa nova ordem. Assim Comênio se refere a sua época: “Na verdade, do que existe em nós ou do que a nós pertence, haverá algo que esteja no seu devido lugar? Nada em parte alguma. Invertido e estagnado, tudo está destruído e arruinado.” (LUCKESI, 1994, p.39).

é ainda uma graça divina: “a Grande obra de arte é: se Deus nos deu conhecimento, é ele que vai pautar o nosso viver”.

A idéia de desenvolvimento⁵⁸ teve seu sentido cunhado no discurso político do Brasil no Governo Vargas, no Estado Novo, embora a política marcada pelo paradigma do desenvolvimentismo tenha sido a de Juscelino Kubitschek, quando a industrialização se consolida. No Governo de Getúlio acreditava-se que o desenvolvimento econômico, apoiado na nascente industrialização, iria extinguir, aos poucos, os bolsões de miséria, esquecendo da ação dos monopólios estrangeiros com a remessa de lucros para o exterior (BUFFA, 1991). Ou seja, esperou-se que o capital estrangeiro pudesse assegurar o crescimento da economia interna.

O desenvolvimento é pensado por todos os entrevistados com o mesmo significado econômico e aparece na sua fala, visto que ao abordar o assunto sobre a construção do terminal, sempre é levada em consideração a importância que tal empreendimento iria ter para o comércio do município, aumentando o fluxo de possíveis consumidores. O Vice-Prefeito na época, VNM, diz:

Então o custo desse ônibus é o mesmo do que leva cinquenta, então tu diminui, diminuindo o custo da empresa tu diminui o quê? Acaba diminuindo a passagem também. E a JOTUR tem interesse, claro que tem interesse, porque isso aí facilita eles, vai baratear o custo deles, né? E a Prefeitura tinha o interesse de deixar dentro da Palhoça o pessoal para comprar no comércio. Porque muitas vezes o cara não vem lá do El Dorado [...] “ah! Eu vou direto para Florianópolis porque é mais fácil ir para Florianópolis do que para Palhoça”. Talvez tinha mais ônibus para Florianópolis do que aqui pro centro da Palhoça. Ia ter, né, a... ia ter esse circular que circula, o dia todo circulando. É tão bom que quem entra no ônibus deste, aqui, circular, se ele não descer ele roda o dia todo, só paga uma passagem, se quiser passear até. Mas, aí nós precisávamos do quê? Do terreno. Como aquele terreno do colégio estava ocioso e do lado tinha o terreno do padre, se pensou em quê? Em conseguir com o Estado sessenta metros da BR e o terreno do padre já estava.

⁵⁸ Ver: BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada:** introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991.

Acreditar num “crescimento econômico” através do aumento do consumo no comércio local pode ser considerado ingênuo, caso não se leve em conta, por exemplo, um estudo sobre a capacidade produtiva da região, as possibilidades de geração de empregos e, por fim, outros fatores atrelados que possam influir diretamente na economia daquela região.

PFC revela ter concordado no início com a construção do terminal sobre o terreno da escola e parte do terreno da Paróquia. Acreditava na importância que um terminal integrado teria na região para facilitar o acesso ao centro do município.

A cidade precisa de um terminal de transbordo, é uma necessidade, é urgente, que seja mais versátil, mais ágil, até a otimização das viaturas circulando, porque nossa cidade tem ruas estreitas então não vamos aumentar o número dos carros, mas otimizar a ocupação, a rotatividade dos mesmos. Então, no início, achávamos que fosse interessante a idéia, de fato iria trazer maior desenvolvimento. Mas quando a Assembléia votou pelo arquivamento por causa da lei existente, então nós começamos a pensar diferente. Acho até que não seja para a cidade o local ideal, mas é um local de fácil acesso por ser marginal, às margens da 101, então seria de fácil acesso, próximo à cidade, as pessoas viriam até o centro sem precisar usar o seu carro. Então de certa forma ele tinha todos aspectos positivos, mas, por outro lado, tem o entrave da lei, aquilo que constituído você não pode mexer.

Pode-se ver na fala abaixo que a idéia de desenvolvimento também é tratada em termos liberais por PFC:

[...] vamos ocupar um espaço que seja benéfico para a cidade, que seja benéfico à paróquia, que seja benéfico à questão social do emprego, porque não se tem propriamente empregos e a proposta da rede de supermercados Comper que apresentou o projeto e como na Câmara, na Assembléia, já havia sido votado...

Como não houve o consentimento da Assembléia para a construção do terminal naquele local, a Paróquia acabou assinando um contrato de locação com a rede de supermercados Comper. Ainda, segundo PFC, cogitava-se utilizar o terreno da Paróquia para festas, o que seria plausível com a construção do Ginásio no terreno da escola.

E aqui, quanto ao terreno da Paróquia, havia também a necessidade de termos espaço para que pudéssemos desenvolver a Festa do Divino que precisa de estacionamento, de espaço e tudo mais. Mas como as festas se tornaram as festas abertas com problema social existente em toda a cidade, em todo o município, como as festas abertas são um problema sério, principalmente em relação à segurança, começou-se a pensar diferente...

O nosso primeiro entrevistado, TMS, citado no item anterior, concorda com PFC nesse aspecto, que houve uma pressão de “certas forças” do Município para a aprovação do projeto de efetivação de tal empreendimento no centro de Palhoça. A CDL foi apontada pelos dois como sendo uma dessas forças, o que, para TMS, significa um desconhecimento da região.

Ao voltar, o que me causou estranheza: Palhoça tinha crescido desordenadamente em vários bairros e simultaneamente ocorreu em noventa e cinco e noventa e seis, começou a vir pra cá a universidade Unisul e o bairro como a Pinheira, praticamente o bairro na época, hoje já tem uns doze mil habitantes fixos, tá? A Praia dos Sonhos... com bastante gente residindo ali diretamente. A Praia do Pontal, o bairro próximo à Unisul, como é? O Jardim Eucaliptos, o Jardim Eldorado e Palhoça, os jornais escreviam Palhoça, continuavam escrevendo como se Palhoça fosse em volta da praça. Então, tudo o que acontece em Palhoça é como se fosse em volta da praça. Os caras não se acordaram que Palhoça em noventa e cinco tinha noventa mil habitantes, digamos noventa e três mil e as coisas não aconteciam só em volta da praça, mas os políticos, o CDL... O que que é o CDL de Palhoça? O CDL da Palhoça e vocês podem pegar lá quem foi o presidente do CDL. Normalmente são comerciantes da quadra central da Palhoça. Se a Ponte Imaruim é o local de maior comércio da Palhoça, por que o CDL tá sempre na mão do... É uma cultura atrasada. E por que não pensaram no bairro Jardim Eldorado. Agora se pensa naquele lado de lá. Com o lançamento do empreendimento da Pedra Branca, Unisul Pedra Branca. Então, quer dizer, um investimento daquela qualidade trouxe depois, posteriormente, o Pagani. Que que eu percebi então naquele momento: que Palhoça pensava em volta da praça.

De outra forma, PFC fala a respeito:

A procura do espaço, do melhor espaço sempre foi muito grande. Como está Santa Catarina... na Palhoça, centro, o comércio é evidente que CDL, várias organizações existentes se mobiliza também junto à Câmara dos Vereadores para que todos esses usuários não se distanciem do Comércio. Então um terreno como o do Ivo Silveira que ainda aparece baldio, que ainda o terreno da paróquia parecia baldio, desocupado, caiu logo à vista. E começou a tramitar a idéia e com os projetos decidiu-se fazer nesses espaços.

Pode-se entender que há um comprometimento de algumas forças institucionais representadas pelos três entrevistados, sumariamente expresso em seus relatos, com o desenvolvimento econômico do Município de Palhoça. Este fato se torna a ponte na relação público/privado no caso apresentado. Todos concordam que um terminal integrado é de necessidade vital para o Município. Embora alguns façam a crítica, esta é voltada para o local onde ele seria construído. De outro modo, pensar a construção do terminal tem pouca relação com o bem-estar dos usuários. Não ficou claro no projeto, se após construído o terminal, como a empresa JOTUR, principal interessada no empreendimento, trataria das condições da frota, tendo em vista que alguns entrevistados falaram em ônibus com capacidade maior para transporte de passageiros em comparação com os carros usados hoje. Assim diz VNM:

[...] o transporte integrado é que, que o pessoal venha todo mundo para o local e desse local quem fica na Palhoça fica ali e vai para o outro, embarca no outro. Leva duzentas pessoas. O maior ônibus leva cinquenta, leva duzentos. Então o custo desse ônibus é o mesmo do que leva cinquenta, então tu diminui, diminuindo o custo da empresa tu diminui o quê? Acaba diminuindo a passagem também. E a JOTUR tem interesse, claro que tem interesse, porque isso aí facilita eles, vai baratear o custo deles, né?

Pode-se dizer que pensar o projeto da construção de um terminal não coloca, necessariamente, a responsabilidade com o atendimento aos usuários nas mãos da empresa de transporte coletivo JOTUR. Falou-se muito que a parte da empresa no empreendimento estava no patrocínio financeiro da construção do Ginásio de Esportes. Muito se pensou que a empresa JOTUR iria aplicar muito na consecução do projeto. Conforme TMS, o terminal seria construído com recursos do BNDES e aqui entram os fundos públicos no financiamento de projetos puramente privados, quando, na verdade, os estatutos do BNDES indicam o uso de tais fundos em projetos de desenvolvimento econômico que possuam caráter social:

A empresa JOTUR que tem um empreendimento tem um contrato de concessão da exploração das linhas de ônibus, para implantar o sistema de transporte integrado, ia receber o financiamento do BNDES em torno de vinte e oito milhões de reais. Estaria liberado para dar o início.

VNM se referia aos recursos sempre como provenientes da Prefeitura e da empresa JOTUR, em cujo projeto o Ginásio de Esportes tinha sido orçado em oitocentos mil reais.

Não. Era um ginásio de esportes para o Ivo Silveira. O resto era tudo... era para o Ivo Silveira o ginásio de esporte [...] Oitocentos mil reais. [...] JOTUR também, né? Da JOTUR, isso aí era um...

De qualquer forma, não havendo uma definição da origem dos recursos que seriam usados, é fácil deduzir que um empreendimento de tal grandeza teria um financiamento público. O problema surge, nesta questão, justamente em como seria administrado tal terminal. Estaria nas mãos da Prefeitura, ou nas mãos da empresa parceira no projeto? Mais uma vez ocorreria o uso do público pelo privado?

Exatamente, porque, se não fosse um terreno do Estado, a Prefeitura poderia desapropriar, mas bem público, claro, município não pode desapropriar, então nós tínhamos que receber de graça, não é? Aí a Assembléia... o movimento lá, acabaram com uma proposta também, deu certo.

Acima, VNM se refere ao modo encontrado pela Prefeitura de receber a concessão, por parte do Estado, do terreno, enviando um Projeto à Assembléia, mas que acabou sendo arquivado devido ao contraprojeto apresentado pelo movimento dos professores. Para este ex-Vice-Prefeito e, atualmente, Vereador no Município, a Escola Governador Ivo Silveira não tinha como cuidar da limpeza do terreno, sempre precisando dos serviços da Prefeitura, pois o Estado não dá recursos suficientes para a autogestão da escola. Mas, acima de tudo, nesta sua fala, vislumbra-se o anseio da Prefeitura em obter o terreno para a construção do terminal. Como foi mostrado, anteriormente, havia muita pressão do CDL para tal empreendimento naquele local. Também deve-se mencionar que, com a concessão do terreno, muito se diminuiria em valores no orçamento e, ainda mais, que além do terminal, estava no projeto a construção de um “calçadão” como prolongamento do terminal até a rua central.

De fato, o desenvolvimento almejado pelos entrevistados parece basear-se nos mesmos pressupostos econômicos. Para TMS, o terminal teria que unir os bairros não precisando estar no centro, mas num terreno adjacente à BR-101, para facilitar a entrada e saída dos ônibus para o litoral. De outro modo, iria contribuir e muito para o comércio local.

Nós não somos contra o sistema de transporte integrado, nunca fomos contra. Fomos contra a localização do terminal na área central da Palhoça.

PFC reconhece que tal empreendimento ao lado de uma escola estava contra a lei que regula a construção de escolas e determina o afastamento delas de locais que possam causar transtornos ao processo ensino-aprendizagem.

Mas desde o início o que é... sempre foi muito em conta ver o que era bom para a cidade. A cidade precisa de um terminal de transbordo, é uma necessidade, é urgente, que seja mais versátil, mais ágil, até a otimização das viaturas circulando porque nossa cidade tem ruas estreitas, então não vamos aumentar o número dos carros, mas otimizar a ocupação, a rotatividade dos mesmos. Então, no início, achávamos que fosse interessante a idéia, de fato iria trazer maior desenvolvimento. Mas quando a Assembléia votou pelo arquivamento por causa da lei existente, então nós começamos a pensar diferente.

VNM vê o caso como uma decorrência natural da política.

Não é questão de A ou B. É o desenvolvimento da cidade, sabe? É o que nós achávamos que ia favorecer o comércio local. Queria que isso gerasse emprego, né? Gerasse renda para o comerciante. Isso aí era assumido, ninguém... aço coisas prá ser pior, prá melhor. Até porque a grande vantagem do político só tem é o voto. É o trabalho... trabalha direto, só tem uma intenção — é o voto. Quem quer voto tem que fazer o melhor, né? [...] Não tem, não tem nada. Com certeza os professores realmente tiveram êxito, agora esperamos que não fique como tá, aí. Não adiantou nada... tem avenida central, né?

Os interesses de tais instituições — educação, política e religião — sobre tal empreendimento evidenciam a tendência econômica que é predominante tanto na prática política quanto nas formas de ação de qualquer entidade civil. Confirma também o que foi discutido na seção anterior. Conforme os autores estudados, tais instituições passam por uma modernização que suplanta muitos dos valores resguardados pela tradição, ao mesmo tempo, outras se apropriam de um determinado *ethos* originalmente adverso a seus princípios. Neste sentido temos a solidariedade católica, tomada e transformada na solidariedade empresarial, conforme vimos com Paoli (2002).

Outros exemplos se seguem, como os questionamentos formulados por Tumolo sobre as mudanças implementadas pela CUT, principalmente no que concerne à política administrativa adotada em que passa uma reformulação estratégica deixando de lado os princípios políticos mais classistas para se ocupar de uma formação sindical mais instrumental, dando preponderância à formação profissional. Esses exemplos parecem indicar o revigoramento de uma dialética já presente no Brasil-colônia e da qual o público se faz público por meio do privado e o privado se faz privado por meio do público⁵⁹.

Esses fatos demonstrados podem fazer com que tal afirmação sobre a realidade de uma tendência econômica nos planos e projetos de entidades surja apenas como uma hipótese, ainda mais por estarem distantes do contexto empírico apresentado nesta seção. Contudo, é justamente o contexto em que se evidenciou uma possível inserção da ideologia de mercado na educação escolar pública que confirma algumas das conclusões apresentadas em interface com os autores usados. São os relatos dos entrevistados que lançam as evidências necessárias para tal formulação.

Preliminarmente pode-se conceber uma tensão Mercado-Estado na educação escolar marcada por interesses diversos, mostrados em algumas práticas e discursos sumariamente apresentados nas falas dos entrevistados. Estes interesses passam pela defesa do público mesmo com intenções particulares e, ao contrário, passam pela defesa de interesses próprios, fundados num discurso desenvolvimentista e progressista. Isso tudo mostra a dificuldade em se definir o que é o *público*. E para responder as perguntas que encerram o segundo item desta seção, pode-se pensá-lo como o espaço em que, num primeiro momento, tudo é possível a partir do discurso dos autores, isto é, o público parece estar na multiplicidade das vozes, mas nada se resolve nele. As lutas são travadas em diferentes planos — e cada um deles com suas

⁵⁹ Só para citar alguns cientistas sociais que se debruçaram sobre essa questão, vide: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro, Globo, 2000. HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

especificidades — e na totalidade desses planos, na política de Estado há a interferência do plano econômico.

Assim, a educação escolar se forma determinada por esses fatores. Está nela a raiz histórica das formas em que o público vem se constituindo. Esta seria a dialética hegeliana na relação Estado-Sociedade civil. Portanto, não é pelo Estado que a escola ganha o status de público, mas o Estado, sendo a concreção do universal, é que garante a possibilidade de público à escola. É inevitável recuar no tempo e encontrar essa premissa da idéia de educação escolar pública.

CONCLUSÃO

Os aspectos mais importantes da presente pesquisa devem ser reunidos com o objetivo de desenvolver algumas idéias que, embora pareçam saturadas, são passíveis ainda de discussão pelos elementos que englobam. O encaminhamento de nova pesquisa será possível exatamente após este retrospecto.

Ao apresentar a categoria Mercado na concepção lockeana, na seção 1, quis situar historicamente o leitor na discussão que atualmente culmina no que se refere à educação — a sua mercantilização. Por outro lado, a idéia de Estado em Hegel esclarece o enredo de tal instituição na querela. Com esse autor obtive aportes seguros para a afirmação da importância do Estado na consolidação da idéia de público na educação escolar. No jogo das categorias *particular e universal*, o Estado surge como concretização do universal. É necessário como meio e fim para a legitimação do público. Mesmo Karl Marx, fazendo as críticas ao Estado moderno (hegeliano), concebendo-o como propriedade burguesa, não ignora sua necessidade universal e seu caráter de objeto de conquista da classe trabalhadora⁶⁰.

A economia clássica, baseada no liberalismo de John Locke, supõe a auto-regulação do mercado como regra essencial para o desenvolvimento econômico e, antes disso, como propulsora da liberdade individual. Locke fez a crítica ao absolutismo no que se refere à centralização do poder, principalmente econômico, mas deu condições a sua manutenção, desde que esse poder exercesse apenas o dever de garantir a liberdade do indivíduo (e, assim, do comércio). De qualquer forma, a economia de mercado no sentido lockeano continua tendo seus limites na política de Estado. Embora o neoliberalismo faça as críticas ao Estado interventor e à Social-democracia, tem demonstrado que não é possível de outro modo, ou seja, sem o próprio Estado manter a ideologia da auto-regulação do mercado. Nesse sentido é que Stephen J. Ball (1995, p. 208) insiste na idéia de que o “[...] mercado é, assim, fortemente determinado e singularmente construído pelo Governo”, ao considerar a educação escolar no Reino Unido⁶¹. Esta afirmação é válida para todo o tipo de mercado.

A educação sempre é vinculada às questões econômicas de diversas maneiras. Na segunda subseção da seção 1 apresentei algumas idéias desenvolvidas no âmbito da educação

⁶⁰ Ver Capítulos 1 e 2 desta pesquisa. Para aprofundamento sugiro a leitura de LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1977; HEGEL, G.W. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Ícone, 1997; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

⁶¹ Ver seção 1 desta pesquisa.

e que subsidiam a discussão acerca da mercantilização da educação escolar: a influência do Estado na promoção do mercado (liberalização); o interesse ideológico de classe na restrição de direitos; o fortalecimento do Estado para o controle dos meios que garantam a efetivação das políticas de privatização e liberalização; e a utilização dos currículos como campo de criação simbólica e cultural que se traduzem nas estratégias discursivas político-educacionais⁶². Dessa forma, o que ficou demonstrado nesta pesquisa, antes de tudo, é a vigência do que nas últimas duas décadas vem paulatinamente tomando lugar na administração dos setores públicos: uma ideologia de mercado.

Como se viu no contexto empírico em que esta pesquisa se assenta, os entrevistados, ao pensarem na educação, não desvinculam dela as repercussões no plano econômico. Seus relatos, corroboram algumas das idéias presentes em Daniel Suárez, Pablo Gentili e Stephen J. Ball. Temos, então, a liberalização (processo de abertura do espaço público ao mercado) por parte do Governo do Estado de Santa Catarina. O que caracteriza exatamente esse processo de liberalização é o fato de a Secretaria de Estado da Educação ter conhecimento do interesse privado (empresa de transporte JOTUR) na obtenção do terreno. Neste mesmo processo podemos ressaltar a restrição de direitos. Como relatado por um dos entrevistados, a doação do terreno tornou-se pública após uma entrevista com o Prefeito na rádio local. Não houve discussão com os professores e nem mesmo aviso ou consulta a eles. Foi uma ação entre a Direção escolar e a Prefeitura Municipal.

[...] eu fazia parte do conselho deliberativo do Ivo Silveira, tava numa fase de aprendizagem, quando o Senhor Paulo Vidal, ex-Prefeito, no dia vinte e quatro de abril de dois mil e um, numa entrevista na rádio, disse que a escola Ivo Silveira iria ser construído no terreno da escola Ivo Silveira, que é um terreno onde já teve um campo de futebol e uma pista de atletismo, que no princípio tinha refletores, ia ser construído ali um terminal de ônibus — Estação Açores — para o sistema de transporte integrado.

Até a mobilização dos professores liderados pelo entrevistado TMS, não houve nenhuma iniciativa do Estado, principalmente por meio da Secretaria da Educação, em discutir a doação do terreno e o projeto de construção de um terminal para transporte público. Seria necessária a mobilização dos professores para garantir o que a lei proíbe (as construções

⁶² Quanto aos currículos e seu uso político-ideológico parece-me oportuna a leitura já comentada nesta pesquisa de FRIGOTTO, G.; CIVIATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso**. Educação e Sociedade, v.26, n.92, Campinas, out. 2005.

que prejudicam o ensino e a aprendizagem)? A relação entre o público e o privado no Brasil se confunde até mesmo nas situações em que o poder público tem autonomia para decidir. Como foi visto na segunda seção, o Estado no Brasil sempre se deixou ser administrado pelo privado. No caso da doação do terreno, em particular, com o envolvimento de políticos (representando o Estado), professores e alunos (representando a sociedade civil) e uma empresa (representando o capital privado), a impressão é que seria fácil presumir os objetivos e como se daria a ação de cada um deles. Mas ficou demonstrado que os interesses se combinaram independentemente de qualquer classificação. O Estado se mostrou favorável tanto à doação do terreno, o que fazia parte de sua política de permuta, quanto ao movimento dos professores. Por outro lado, o movimento não surgiu de uma causa compartilhada por todos. Foi a atitude de um professor (TMS, um dos entrevistados) que possibilitou o envolvimento de outros professores:

De posse dessa informação, eu coloquei uma comunicação interna pedindo uma reunião extraordinária e começamos então a agir junto com a APP e ao conselho deliberativo. A direção nos levou na Secretaria de Educação, naquela época manifestando-se contra, oficialmente. Isso ocorreu no mês de abril, dois mil e um, nós fizemos uma equipe de professores [...]

O movimento também se utilizou da força do capital privado para ter facilidades no acesso a políticos profissionais, chaves na discussão, e no encaminhamento das decisões sobre o caso.

[...] em abril de dois mil e três, o Deputado Celestino Secco pediu para reabrir, desarquivar o processo. Só que o documento que tinha na mão dele era incompleto e o documento que estava na nossa mão era completo. E eu tenho irmãos, meu irmão que é empresário, investe em campanhas políticas e uma das campanhas que o grupo dele investiu foi nesse deputado. Nós fizemos uma... na véspera que ele recebeu nós — os professores — em seu gabinete e tinha recebido de maneira negativa. Após nós fazermos o contato e a pessoa que ajudou a campanha dele disse que fez contato pra ele nos receber, ele já nos recebeu de uma maneira bem diferenciada e nós mostramos para ele que fizemos um requerimento ao presidente da Assembléia que o desarquivamento não tinha um amparo legal, isso tudo

assessorado pelo nosso promotor que sempre esteve ao nosso lado — promotor do meio ambiente José Cardoso — tá?

Aí, constata-se a troca de favores, discutida em Chauí (2000) e Martins (1994) na segunda seção. Outros pontos discutidos na terceira seção confirmam isto. Só para fins de conclusão me detenho nestes. Portanto, fica a dúvida: há um jogo de interesses em que os meios deslegitimam os fins?

Por último, afirmei que é pelo Estado que a educação escolar (financiada por este) ganha o status de pública. Para isto utilizei-me da concepção hegeliana de Estado como universal. Em vista dos fatos demonstrados nas entrevistas, fica estabelecido que o Estado e a idéia de público se legitimam também pela luta de classes. Foi no (que defini) jogo de interesses que o movimento dos professores se construiu como classe opositora aos interesses da Prefeitura Municipal em acordo com a empresa JOTUR. O governo de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Educação, com sua política de permuta como forma de agilizar a burocracia na consecução de obras, manteve-se neutro até o último momento na discussão sobre o projeto proposto pela Prefeitura Municipal de Palhoça. A tese marxiana da falsa impessoalidade do Estado deve ser refutada aqui? Parece-me que não. Numa ordem política em que movimentos aparecem, mesmo com certas contradições, significa que há muito a ser desvendado na estrutura e organização da sociedade e do Estado.

Creio que o paradigma político concebido atualmente como *parceria público-privada* para uma nova gestão de políticas públicas vem representar, de forma menos obscura, a relação entre Estado e Mercado. Nesses termos sugiro continuidade desta pesquisa no andamento da política no Estado de Santa Catarina e, sobretudo, nas políticas para a Educação da Secretaria de Estado da Educação.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BALL, Stephen J. *Mercados Educacionais, Escolha e Classe Social: O Mercado Como uma Estratégia de Classe*. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y Estrategias para la Educacion*. Washington, 1996.

BUFFA, Ester; Nosella, Paolo. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DALE, Roger. *O Marketing do Mercado Educacional e a Polarização da Educação*. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

E.E.B. GOVERNADOR IVO SILVEIRA. *Projeto Político Pedagógico*. Palhoça, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIVIATTA, M.; RAMOS, M. *A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido*. *Educação e Sociedade*, v.26, n.92, Campinas, out. 2005.

GENTILI, Pablo. *Adeus à Escola Pública. A Desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias*. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HEGEL, G.W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Ícone, 1997.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, José de Sousa. *O Poder do Atraso*. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARX, Karl. *Manuscritos de Economia e Filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____ *A Questão Judaica*. São Paulo: Moraes, 1991a.

_____ *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991b.

_____ *O Capital*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTES, Maria Lúcia. *As figuras do sagrado: entre o público e o privado*. In: SHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil. Contraste da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MUNARIM, Antônio. *Educação e esfera pública na Serra Catarinense: a experiência política do Plano regional de Educação*. Florianópolis: UFSC, 2000.

NOZICK, Robert. *A justiça distributiva*. In: KRISCHKE, Paulo (org.). *O Contrato Social, ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 1993.

PAOLI, Maria Célia. *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Poderes Instáveis em Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SUÁREZ, Daniel. *O Princípio Educativo da Nova Direita*. Neoliberalismo, Ética e Escola Pública. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TORRES, Carlos Alberto. *Estado, Privatização e Política Educacional*. Elementos Para Uma Crítica do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.